

Olivia Gonçalves Janequine

**Estrangeiros no meio:
o processo de estabelecimento dos sírio-libaneses
na Guiné Portuguesa, 1910-1926**

Dissertação apresentada ao Instituto de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade Estadual de Campinas, para obtenção do Título de Mestre em Antropologia Social, área de concentração: Cultura e Política.

Orientador: Prof. Dr. Omar Ribeiro Thomaz.

CAMPINAS
2009

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP
Bibliotecária: Cecília Maria Jorge Nicolau CRB nº 3387**

J253e **Janequine, Olivia Gonçalves**
Estrangeiros no meio: o processo de estabelecimento dos
sírio-libaneses na Guiné Portuguesa, 1910-1926 / Olivia
Gonçalves Janequine. - - Campinas, SP : [s. n.], 2009.

Orientador: Omar Ribeiro Thomaz.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de
Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Libaneses - Migração. 2. Colônias - Comércio.
3. Portugal - História, 1910-1926. 4. Guiné-Bissau -
Migração - História. II. Thomaz, Omar Ribeiro. II.
Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas. III. Título.

Título em inglês: Strangers in between: the settling of the syrian-
lebanese in Portuguese Guinea, 1910-1926

Palavras chaves em inglês
(keywords) :

Lebanese - Migration
Colonies - Commerce
Lebanese - Guinea-Bissau - Migration
Portugal - History, 1910-1926
Guinea-Bissau - Migration

Área de Concentração: Cultura e Poder

Titulação: Mestre em Antropologia Social

Banca examinadora: **Omar Ribeiro Thomaz, Wilson Trajano Filho,**
Marta Jardim, John M. Monteiro

Data da defesa: 22-09-2009

Programa de Pós-Graduação: Antropologia Social

C1
R-1605

Olivia Gonçalves Janequine

Estrangeiros no meio: o processo de estabelecimento dos sírio-libaneses na Guiné Portuguesa, 1910-1926

Dissertação apresentada ao Departamento de Antropologia Social do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do grau de Mestre em Antropologia Social sob orientação da Prof. Dr. Omar Ribeiro Thomaz.

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 22/09/2009.

Comissão Julgadora:

Prof. Dr. Omar Ribeiro Thomaz (Presidente)

Prof. Dr. Wilson Trajano Filho

Profª Drª Marta Jardim

Prof. Dr. John M. Monteiro

Suplentes

Profª Drª Fraya Frehse

Prof. Robert W. A. Slenes

Campinas
Setembro/2009

Agradecimentos

Esta dissertação de mestrado é resultado de pesquisa realizada com financiamento do Conselho de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPES).

São várias as pessoas a quem agradecer pela contribuição a este trabalho, a começar pelos que colaboraram comigo no ambiente acadêmico. Quero expressar minha gratidão:

Ao professor Omar Ribeiro Thomaz, que orientou este trabalho, me apresentou o continente africano e quero ter sempre como interlocutor;

Ao professor Wilson Trajano Filho, pelo auxílio fundamental no início desta pesquisa, ainda em 2004, e pelo privilégio de sua participação na banca examinadora;

Ao professor John Monteiro, pelo imenso aprendizado proporcionado nestes anos em que estive no programa de Antropologia Social da Unicamp e que, espero, não se esgote tão cedo;

À Marta Jardim, grande parceira e amiga, que acompanhou, opinou e ajudou muito ao longo de todo o processo de pesquisa e, como parte disso, participou da bancas do exames de qualificação e final;

Ao professor Ronaldo Almeida, que também participou do exame de qualificação, e tem sido, desde a minha iniciação científica, uma referência de pesquisador, professor e companheiro de trabalho;

Aos meus professores ao longo do curso no Departamento de Antropologia do IFCH-Unicamp: John M. Monteiro, Mauro W. B. Almeida, Nádya Farage, Vanessa Lea, Bela Feldman-Bianco e José Luis dos Santos;

À professora Dominique Gallois, do Departamento de Antropologia da FFLCH-USP, que gentilmente me acolheu em curso oferecido no segundo semestre de 2006;

À Maria José Rizola, secretária do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Unicamp e anjo-da-guarda de plantão;

Aos participantes da mesa “Guinea-Bissau, today”, no encontro de 2007 da African Studies Association, pelos comentários aos primeiros resultados desta pesquisa, decisivos para sua continuidade e também um grande estímulo para mim: Lorenzo Bordonaro, Joanna Davidson, Eric Gable e Walter Hawthorne.

Minha família é o solo fértil que me possibilita brotar, crescer e florescer a cada ciclo. Reconheço e agradeço:

À minha mãe, Ana Maria, por algo que é do tamanho de uma vida e por me ajudar a recuperar as coisas que são fundamentais quando elas estiveram em risco.

À minha avó, Maria de Lourdes, que me dá segurança quando é preciso e estímulo, sempre, pra seguir nos caminhos que eu escolho.

Aos meus irmãos, por ordem de chegada, Julia, Pedro e Joaquim, pela torcida visceral que me acompanha quando estamos longe e pelas coisas compartilhadas sempre que estamos perto: a história de cada um e de nós quatro, a boa mesa e o Corinthians.

Algumas pessoas são como outras famílias que a gente escolhe e que nos escolhem, verdadeiras dádivas do tempo a que só me cabe fazer tudo para retribuir:

Julia di Giovanni é parceira para muitas encarnações, parece até que a gente foi criança juntas. Tem o dedo mágico dela em várias coisas da dissertação, desde o projeto até a defesa.

Iracema Dulley é uma amiga incondicional, interlocutora fundamental e companhia que faz qualquer lugar parecer minha casa. Algumas das idéias nesta dissertação não há como saber se são minhas ou dela.

Danilo Paiva Ramos, com quem quero compartilhar a poesia, a antropologia e as coisas que são sagradas na vida por mais nove vezes nove anos, fez comentários que fizeram toda a diferença no último capítulo.

Dea, Bruno e Clara, minha co-família, são puro amor e acolhimento. O encanto de vê-los crescer, cada um e os três juntos, me dá confiança e ânimo para o futuro.

Sobre Julia Chaim Salles e Bia Adura Martins, a Bia disse tudo: “nós três como a melhor parte de mim”. Entre muitas primeiras vezes que vivemos juntas, foi através delas e de suas famílias adoráveis que eu primeiro flertei com o Líbano e a Palestina.

Beth Braga me ajuda a construir minha história e estar no mundo de forma plena, uma mestre. Seu apoio foi fundamental para que esse trabalho tomasse forma, desde o projeto até o último formulário.

Gera e Maria Lúcia di Giovanni são amigos queridos de quem eu quero sempre estar perto e exemplos de vida que eu mantenho sempre no horizonte. Seu conselho e apoio deram o fôlego necessário para que eu vencesse a dificuldade maior durante o trabalho.

Ana Paula Gomes esteve bastante presente num período importante da pesquisa e colaborou, com gentileza e elegância, na preparação do texto.

Joana Lins e Leandro Mahalem são amigos muito queridos e foram leitores especiais desta dissertação.

Bárbara Dulley foi um pinguinho de alegria, inocência e espanto em longas tardes de discussão “cabeça”.

Agradeço ainda:

Todos da turma de mestrado, por um ano muito rico de formação que compartilhamos em 2007. Raul Ortiz (junto a Paula “Memoria” Gonzales e o pequeno Katari), Flavinha Melo e Carol Parreiras foram e são ótimas companhias nessa adorável bolha que é Barão Geraldo.

A brigada verde e roxa nos vastos campos e no céu aberto: Juliana Vergueiro, Camila Midori e Rodrigo “Xuxa” Caravita.

Na Unicamp e em Barão Geraldo, o cotidiano foi melhor com a ajuda do pessoal do Trocas Verdes, os companheiros representantes discentes da pós-graduação em 2008 e os estudantes da turma de 2006 do curso de graduação em Ciências Sociais, de quem tive o prazer de ser monitora e alguns dos quais se tornaram bons amigos, especialmente Rodrigo C. Bulamah, que também ajudou na tradução das citações (assim como Julia di Giovanni e Stella Z. Paterniani).

Do período anterior à Unicamp na minha trajetória acadêmica e pessoal devo mais do que este agradecimento aos meus amigos quase-éticos e a três professores e pesquisadores que são exemplos de que eu busco me aproximar e cujos conselhos me acompanham: Fernando Pinheiro Filho, que me apresentou as Ciências Sociais ainda no Colégio Oswald de Andrade; e Álvaro Comin e Nadya Guimarães, meus orientadores de Iniciação Científica e supervisores de estágio no Cebrap.

À Stella, pela poesia.

*A primeira tarefa é a retificação
dos nomes (Confúcio).*

Resumo

Na passagem do século XIX para o XX, no contexto de sua grande migração, alguns milhares de sírio-libaneses foram para a África Ocidental e ali se estabeleceram. Em toda a região, tornaram-se intermediários no circuito comercial, então em plena ascensão, que fazia chegar as matérias-primas da região à indústria europeia e os bens de consumo produzidos na Europa àquele que era um novo mercado. Concomitantemente à expansão do comércio externo na região, deu-se a intensificação da presença militar e administrativa dos Estados imperiais europeus ali e no resto do continente africano. Com o contexto global e regional sempre em perspectiva, esta dissertação apresenta uma investigação sobre o processo de estabelecimento de migrantes sírio-libaneses na Guiné Portuguesa (atual Guiné-Bissau), concentrando-se nos anos correspondentes ao primeiro período republicano em Portugal, entre 1910 e 1926. O tema é abordado através da análise de documentos produzidos no contexto da administração colonial portuguesa no território, material que nos permitiu construir uma interpretação sobre este processo em que a ambigüidade da condição de estrangeiro é o elemento central.

Palavras-chave: Libaneses – Migração; Colônias – Comércio; Portugal – História, 1910-1926; Guiné-Bissau – Migração – História.

Abstract

Between the late 19th and the early 20th centuries, in the context of their great migration, a few thousand Syrian-Lebanese travelled to and settled in West Africa. All over the region they became middlemen in a then growing trade circuit that carried local produce to the European industry and European manufactures to that new market. Concomitant to the expansion of external trade in the region was the intensification of imperial European states' military and administrative presence there and in the rest of the African continent. With the global and regional contexts constantly in the horizon, this dissertation presents a survey of the settlement process of Syrian-Lebanese migrants in Portuguese Guinea (present Guinea-Bissau), focusing the years of the first Portuguese republican period, between 1910 and 1926. The theme is approached through the analysis of written documents produced in the context of the Portuguese colonial administration in the territory. The material allows of an interpretation of the process in which the ambiguity of the condition of stranger plays a central role.

Key-words: Lebanese – Migration; Colonies – Commerce; Lebanese – Guine-Bissau – Migration; Portugal – History, 1910-1926; Guine-Bissau – Migration.

Sumário

Capítulo 1 - Apresentação.....	1
Capítulo 2 - Cruzamentos coloniais.....	7
2.1. Os sírio-libaneses no mundo.....	13
2.2. Cruzamentos coloniais.....	16
2.3. Os sírio-libaneses na África Ocidental.....	20
Capítulo 3 - A administração colonial e os estrangeiros.....	27
3.1. Condições da colonização da Guiné Portuguesa.....	29
3.2. A Guiné Portuguesa durante a República.....	37
3.3. Os sírio-libaneses na Guiné Portuguesa.....	42
3.4. Estrangeiros no meio político.....	47
3.5. Estrangeiros estabelecidos.....	54
3.6. Conclusões preliminares.....	58
Capítulo 4 - Intermediários estrangeiros no comércio colonial.....	61
4.1. Mercadorias globais, redes globais.....	62
4.2. A economia da invasão da África Ocidental.....	64
4.3. Comércio externo na África Ocidental, 1900-1929.....	68
4.4. Novos intermediários comerciais na África Ocidental.....	74
4.5. A economia da Guiné Portuguesa sob a República.....	77
4.6. Comércio externo da Guiné Portuguesa, 1910-1926.....	80
4.7. Os sírio-libaneses no comércio interno da Guiné Portuguesa.....	83
Capítulo 5 - Etnografia e etnografia de documentos.....	89
5.1. Trabalho de campo e antropologia.....	90
5.2. Distanciamento temporal e outros isolamentos.....	96
5.3. Etnografia e documentos.....	100
5.4. Considerações finais.....	105
Referências bibliográficas.....	107

Capítulo 1 - Apresentação

O objetivo da pesquisa que motiva esta dissertação é investigar o processo de estabelecimento de migrantes sírio-libaneses na Guiné Portuguesa (atual Guiné-Bissau) através da análise de documentos sobre a então colônia, concentrando-nos no período 1910-1926. Como forma de apresentar o trabalho, faremos aqui, de trás para frente, breves esclarecimentos sobre cada um dos elementos desta definição inicial, começando pela escolha do recorte cronológico.

O período 1910-1926 diz respeito, em sentido estrito, à cronologia político-institucional portuguesa, e corresponde à duração do primeiro regime republicano português. Além deste, o nexos da escolha do período envolve alguns outros elementos fundamentais. A história portuguesa desde o fim do século XIV é indissociável da questão imperial, cuja importância para a economia, a política e todos os demais elementos da vida social do pequeno território metropolitano português é imensa e profundamente arraigada. A partir de meados do século XIX até o terceiro quartel do século XX, a África era o grande assunto da política imperial portuguesa e a disputa de percepções e interesses sobre a ação do Estado em relação ao continente africano foi um motivo central do amplo e longo processo de transformação política em que o advento, breve duração e declínio do regime republicano é um episódio crítico.

É preciso acrescentar ainda que o período é muito relevante, embora nestes casos não corresponda a grandes marcos cronológicos clássicos, no que diz respeito a dois dos principais elementos de contextualização na análise aqui elaborada. Um é o declínio do Império Otomano, contexto em que se dá o grande movimento emigratório da região correspondente ao atual Líbano. O outro, o processo de invasão europeia da África e a grande competição entre poderes europeus que o caracterizou, elemento fundamental para a construção de uma

interpretação sobre o contexto regional oeste-africano, ao qual entendemos que o processo de estabelecimento dos sírio-libaneses na então Guiné Portuguesa e nos demais países da região esteve intensamente articulado.

Os documentos que compõem nosso objeto de análise foram redigidos por e circularam, principalmente, entre administradores coloniais portugueses na Guiné e na metrópole. Os sírio-libaneses aparecem em relatórios, censos, anuários e artigos publicados em periódicos coloniais sempre como tema acessório, subordinado a alguma outra questão maior – a população branca na província / colônia, o estado do comércio, etc. São dois os limites que estas características dos documentos analisados impuseram à pesquisa. Em primeiro lugar, o ponto de referência básico de todos eles é o mesmo: os interesses da administração metropolitana na província. Isto fez com que nossa observação de outras posições e agentes do contexto estivesse sempre mediada pelo modo como os fizeram aparecer (ou desaparecer) os administradores coloniais que produziram inicialmente estes documentos. Em segundo lugar, o fato de as referências aos sírio-libaneses serem sempre complementares a algum outro assunto fornece, ao mesmo tempo, um limite e um guia para a análise: a necessidade de construir contextos para ler estas referências e evitar que o resultado da pesquisa se resuma a uma coleção de passagens.

A percepção que temos das características do período determinado para o estudo e dos documentos selecionados para a análise combinou-se ao repertório teórico-metodológico formado (e em formação) no período da graduação, no curso de Ciências Sociais da FFLCH-USP, e do mestrado na Unicamp. Da combinação resultam as escolhas e o percurso da análise empreendida, que pretendemos estar inserida no amplo e profundo debate sobre a antropologia, os antropólogos e o fazer antropológico que tanto caracteriza – e até mesmo fundamenta – esta área acadêmica no Brasil. Portanto, a discussão teórico-metodológica apresentada no capítulo 5 tem como objetivo expor a debate

este repertório e a relação com ele da análise apresentada nos capítulos 3 e 4. A exposição organiza-se em torno do questionamento da possibilidade de empreender estudos etnográficos de documentos e da apresentação de uma possível fundamentação para esta modalidade etnográfica, problematizando a relação entre etnografia e pesquisa de campo em momentos críticos da história da disciplina. A argumentação é articulada com, sem limitar-se a, o rico debate sobre a relação entre antropologia e história.

É importante esclarecer a escolha do termo sírio-libaneses, que usamos para fazer referência a um conjunto de categorias usadas em diferentes momentos que entretêm importante correlação semântica e, no caso da Guiné Portuguesa, não incluem a própria expressão “sírio-libaneses”. Conforme descrito no capítulo 1 e abordado também nos capítulos 3 e 4, a partir da década de 1880 houve um grande movimento emigratório a partir da região do Império Otomano denominada Grande Síria (atuais Síria, Líbano, Jordânia, Israel, territórios Palestinos e parte da Turquia), especialmente da área onde está localizado o Monte Líbano e arredores. Como súditos do Império Otomano, estes migrantes eram muitas vezes identificados oficial e não-oficialmente como “turcos” em diversos dos países para onde foram, como, por exemplo, o Brasil. Muitas outras categorias de identificação também foram utilizadas nos diversos lugares espalhados pelo mundo aonde foram estes migrantes, tais como “árabes” e “sírios”.

Nos documentos referentes à Guiné Portuguesa no período 1908-1950 analisados na pesquisa, estas categorias são: “syrien”, “syrios”, “syrianos”, “franceses (naturais da Síria)” e, finalmente, “libaneses”. Grosso modo, o aparecimento e desaparecimento destas categorias corresponde ao percurso político-institucional da região do Monte Líbano ao longo da primeira metade do século XX: de território otomano à país independente, passando pelo domínio francês no entreguerras. Um pouco diferente da bibliografia corrente que tematiza

este movimento migratório em seus diversos aspectos, optamos pela expressão “sírio-libaneses” e não pelo termo “libanês” para nos referirmos àqueles migrantes. Isto porque, embora a ampla maioria deles e de seus descendentes seja oriunda da região hoje correspondente ao Líbano e se identifique como libanês, isso não é absoluto. Havia entre eles também oriundos da atual Síria e possivelmente de outros lugares da região, sendo que a distinção entre estas diferentes origens – especialmente no plano oficial, por exemplo os documentos por nós analisados – só se deu de forma clara após a independência em relação à França da Síria e do Líbano, como países distintos, na primeira metade da década de 1940.

Por fim, é importante comentar a categoria que busca sintetizar o modo como construímos nosso objeto de pesquisa, a noção de “processo de estabelecimento”. A escolha desta expressão foi feita, em grande medida, pela negativa, como forma de evitar uma série de termos muito recorrentes na literatura sobre migrações (e, de forma mais ampla, sobre contato), tais como adaptação, acomodação, integração, etc. Estes termos são ruins porque implicam uma dualidade entre origem e destino migratório, e supõem estes pólos como totalidades, no limite, estáticas. Como bem demonstra o trabalho de Trajano Filho para a Guiné Portuguesa e o de Akarli para o Líbano, pensar estes lugares nas primeiras décadas do século XX como unidades bem delimitadas é perder de vista o principal: a intensa dinâmica de relações e processos sociais pluri-dimensionais ali em curso. Ao falar em “estabelecimento”, portanto, a intenção é nos referir à chegada destes migrantes sem contudo pressupor o que era este lugar onde eles chegavam.

Além disto, ao pensar a idéia de processo de estabelecimento, buscamos também nos diferenciar de interpretações que reduzem o movimento migratório ao resultado de um cálculo, em geral econômico, e concentram-se em identificar, descrever e quantificar variáveis que comporiam este cálculo, sejam elas referentes ao país de origem ou ao país de destino. Portanto, pensar a

chegada e estabelecimento dos sírio-libaneses na Guiné Portuguesa como um processo específico significa buscar compreendê-lo em seu próprio contexto (ou como a intersecção de contextos que eles significa) e em sua própria lógica.

Além desta apresentação e do capítulo 5, que é uma conclusão de caráter teórico-metodológico ao trabalho, conforme descrevemos acima, esta dissertação é composta de três outros capítulos. No capítulo 1 fazemos uma breve introdução histórica ao fenômeno da migração sírio-libanesa entre a década de 1880 e, aproximadamente, a Segunda Guerra Mundial. Esta introdução enfatiza o contexto político-econômico do imperialismo e busca identificar e construir as intersecções em que se tecem as redes de sírio-libaneses em nível global, regional (África Ocidental) e local (Guiné Portuguesa). Os capítulos 3 e 4 apresentam o trabalho mais substantivo de análise etnográfica das fontes. O capítulo 3 dedica-se a interpretar a percepção sobre os sírio-libaneses expressa por administradores coloniais portugueses em seu relatórios sobre a Guiné. O objetivo é abordar o aspecto sócio-político do processo de estabelecimento dos sírio-libaneses ali, buscando identificar os diferentes agentes e interesses atuantes no contexto e descrever – sem perder de vista as possibilidades e os limites das fontes trabalhadas – a dinâmica entre eles. O capítulo 4 apresenta exercício semelhante, mas concentrado na questão do comércio – atividade econômica básica dos sírio-libaneses na Guiné Portuguesa, assim como em todo o mundo – e muito apoiado na bibliografia, sobretudo historiográfica, sobre a economia da Guiné Portuguesa e da África Ocidental no período.

Capítulo 2 - Cruzamentos coloniais

Portugal chegou ao final primeira década do século XX num dos ápices de um longo processo de transformação política interna em curso desde o início do século anterior: em outubro de 1910, teve fim o regime monárquico português. Nos dezesseis anos subsequentes a este marco, o país viveu sua primeira experiência de regime republicano, marcada por disputas intensas e incessantes, fonte da grande instabilidade a que o regime, em 1926, acabou por sucumbir, dando lugar ao regime autoritário, primeiro militar e logo civil (Estado Novo). Em qualquer análise dos debates e dos interesses em disputa neste processo, um tema é incontornável: o ultramar (Thomaz, 2002). O anseio comum era a construção de um Portugal diferente daquele do século XIX, isto é, que o país voltasse a estar entre os grandes no jogo econômico, político e tecnológico das potências ocidentais. Evocava-se um passado de glórias marítimas e intensa atividade comercial, de que o Brasil era o grande símbolo. As maiores expectativas estavam sobre o território africano, especialmente Angola e Moçambique.

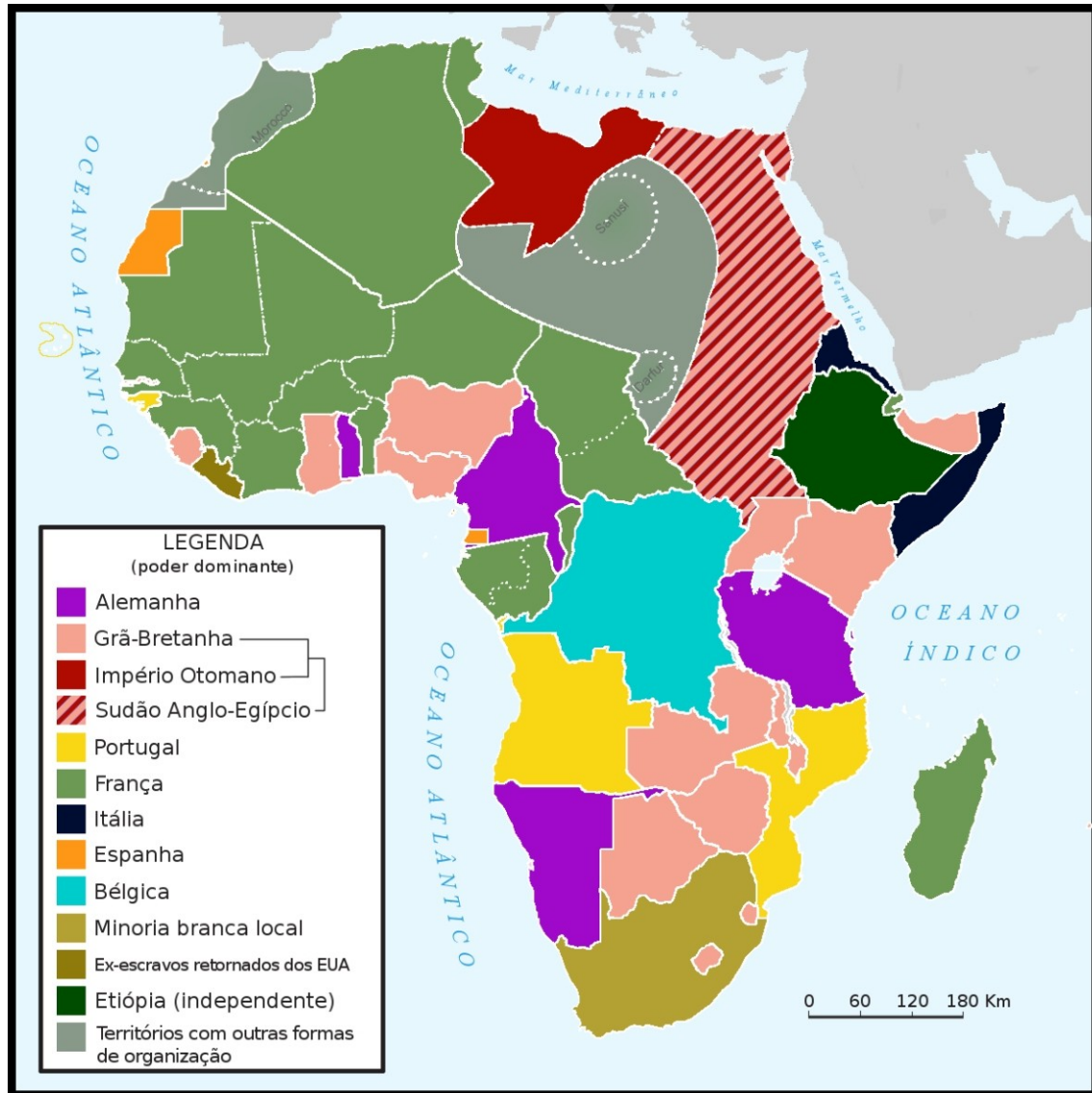
O contexto mais amplo da ação de diferentes países europeus na África, das complexas relações destes países entre si e das transformações pelas quais passava a Europa é fundamental para a compreensão tanto das transformações ocorridas em Portugal a partir de meados do século XIX – tarefa que não nos cabe aqui –, quanto da trama de relações e processos que então ocorriam em todo o continente africano – assunto diretamente relacionado aos nossos temas. O último quartel do século XIX foi tomado por uma intensa crise econômica de abrangência global (ver capítulo 4) e foi o momento de grandes mudanças no continente europeu. O rearranjo das fronteiras nacionais no Velho Mundo e as concomitantes mudanças econômicas foram acompanhados de uma mudança geral nos modos em que se dava a influência européia no mundo todo. A

intensidade e a qualidade da atenção dedicada ao continente africano pelas principais potências européias e também pelas secundárias talvez sejam o aspecto mais central desta mudança.

Um processo diplomático e militar complexo, marcado pela Conferência de Berlim, realizada entre 1885 e 1886, estabeleceu critérios de posse legítima que delimitavam o campo dos embates diplomáticos acerca de territórios no continente. Os contornos básicos das fronteiras internas na África, entretanto, permaneceram em disputa ainda por cerca de três décadas: o chamado “*scramble*” entre potências européias foi um dos elementos centrais do cenário que levou à Primeira Guerra Mundial (1914-1919), e foi o resultado desta que traçou os limites em vigor durante o domínio europeu sobre o continente. Estes mesmos contornos são a base das atuais fronteiras entre Estados na África. Neste processo, Grã-Bretanha e França dominavam o cenário, e Alemanha e Bélgica eram as principais forças emergentes. Portugal, assim como o Império Otomano, era um império em franca decadência econômica, mas os resultados da “partilha da África” foram muito diferente para um e outro (Brunschwig, 2004).

Na comparação com outros países que reivindicaram partes do continente africano, a estabilização do território português foi bastante precoce, definindo já em 1891 fronteiras oficiais que se manteriam fundamentalmente as mesmas até a independência das colônias portuguesas, em 1974 (ver Figura 1, p.9). Segundo Clarence-Smith, a diplomacia portuguesa garantiu mais do que a condição econômica e militar do país parecia possibilitar. Para tanto, teria se valido de sua presença já anterior em alguns enclaves costeiros do continente africano e na existência de populações crioulas de língua portuguesa ou baseada no português nestes locais – e isso sob o olhar cuidadoso e interessado do Império Britânico, que soubera fazer, desde as Guerras Napoleônicas, do Portugal decadente um bom aliado (1985, p.12).

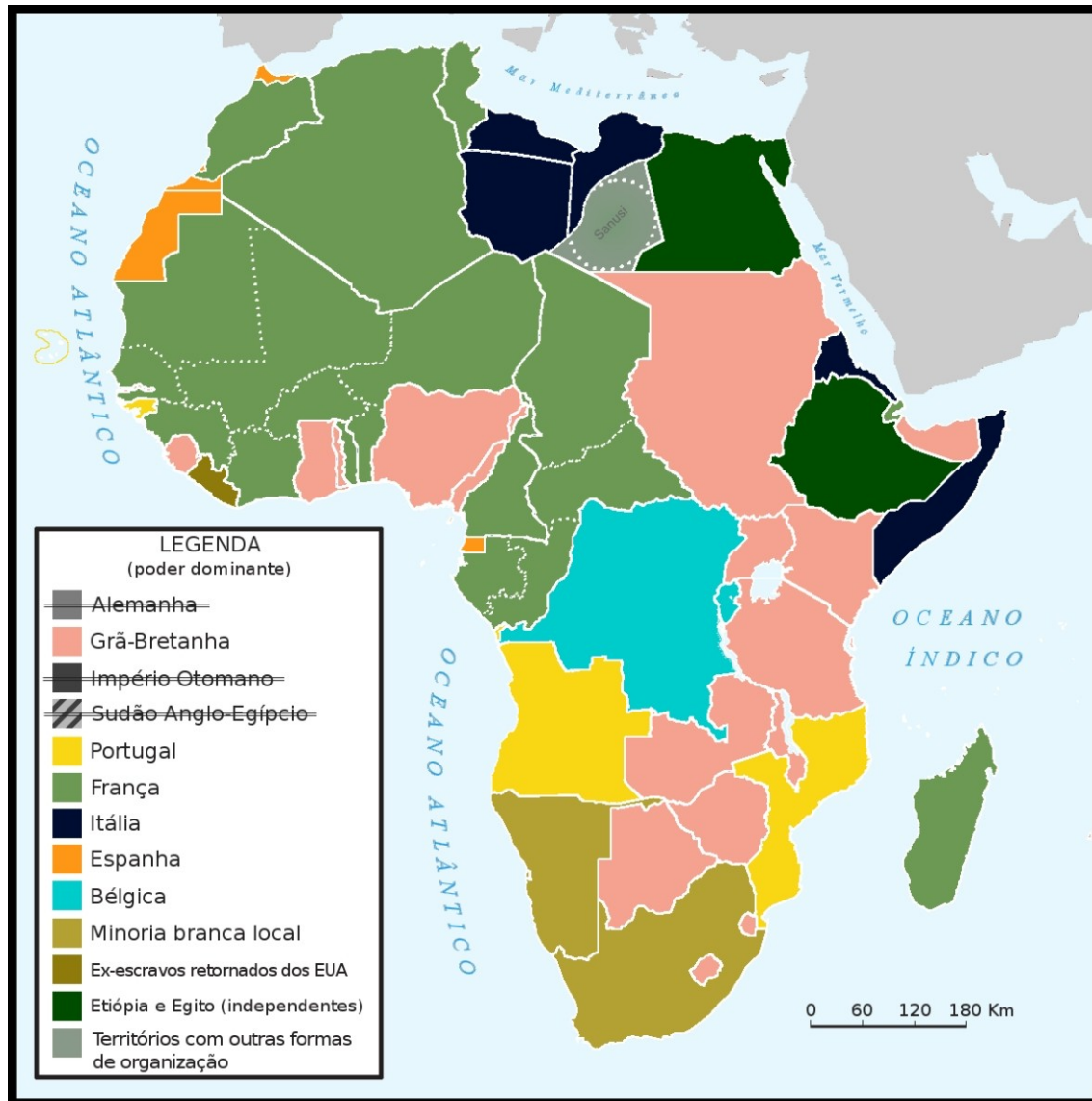
Figura 1: África (político), 1910



Elaborado a partir de Jacobs e Peñate (2004).

O sucesso relativo na partilha, entretanto, foi um resultado bem aquém do pretendido pelas vozes mais pretensiosas do nacionalismo imperialista português no último quartel do XIX, em meio à recessão que atingiu gravemente as economias agrárias europeias (Hopkins, 1993, pp.135-64; Clarence-Smith, 1985, p.85-6). A definição dos territórios se deu imediatamente após o desfecho do episódio do “Mapa Cor-de-rosa”, que foi divulgado em 1886, e que representava uma grande porção de terra na África Central, ligando o Oceano Índico ao Atlântico na latitude de Angola e Moçambique. Os portugueses reclamavam oficialmente direitos sobre a área – destinada a ser o “novo Brasil” na África – que entravam em conflito com os planos britânicos para a região. Em 1890, o governo britânico encerrou a questão ao emitir um ultimato exigindo o fim de todas as atividades portuguesas na área (Thomaz, 2002, p. 55,63; Clarence-Smith, 1985, pp.87-8).

Figura 2: África (político), 1926



Elaborado a partir de Jacobs e Peñate (2004).

A grande comoção provocada pelo episódio foi um dos momentos mais intensos da série de crises que culminou com a derrocada do regime monárquico em Portugal, em 1910. Na passagem do século XIX para o XX, diante do crescente descontentamento de diversos setores da sociedade portuguesa, o governo monárquico já adotara medidas para incrementar a política ultramarina, intensificando ações militares e buscando tirar maior proveito econômico dos territórios através de políticas protecionistas. Se isto não foi suficiente para evitar a mudança de regime, o foi para que o primeiro governo republicano recebesse os territórios africanos com as fronteiras de 1891 preservadas. Bem diferente foi a história do Império Otomano, que entre o último quartel do século XIX e o fim da Primeira Guerra Mundial não apenas viveu o colapso de sua economia, como viu suas posses territoriais minguarem, até o que restara delas ser repartido entre os vencedores como espólio de guerra (ver Figura 1, p.9 e Figura 2, p.11).

O Império Otomano controlava grande parte do Oriente Médio e do norte da África, além de territórios na região leste meridional da Europa, e o fim de mais um ciclo de poder imperial comandado a partir de Istambul teve grandes consequências para estes territórios. O Império foi pouco a pouco perdendo o controle de suas possessões no norte da África, a partir da tomada da Argélia pela França, ainda em 1830. No Oriente Médio, o declínio dos otomanos se expressava na economia, com uma grave crise generalizada no setor produtivo e domínio do setor comercial e financeiro por estrangeiros, especialmente os britânicos. Esta grave crise otomana ganhava contornos bastante específicos na região densamente povoada do Monte Líbano e seus entornos, que se tornou em consequência disto um pólo de intensa emigração (Issawi, 1992, pp.22-3)¹.

1 Segundo o autor, a região do Império Otomano denominada Grande Síria – atuais Líbano, Jordânia, Cisjordânia, Síria e Israel (antiga Palestina), mais os territórios palestinos – teve um aumento populacional de 60% entre 1878 e 1913. A densidade populacional estimada para o Monte Líbano em 1913 é 159 hab./km², 34 hab./km² para Beirute, 25 hab./km² para Jerusalém, 15 hab./km² para Aleppo e 13 hab./km² para Damasco (Issawi, 1992, p.24).

2.1. Os sírio-libaneses no mundo

Nas últimas décadas do controle otomano sobre o Oriente Médio, o Monte Líbano, excluindo-se a região costeira, gozava de um regime administrativo especial, que permitiu à administração local não aplicar à sua população a regra que impedia a emigração dos súditos otomanos nos demais territórios (Akarli, 1992, pp.136-8). Foi assim que a população libanesa tomou parte do impressionante fenômeno de deslocamento demográfico que, entre o fim do século XIX e a segunda década do século XX, transformou de forma ampla e profunda o hemisfério ocidental. O fluxo de maior volume era o que ia da Europa em direção às Américas – especialmente aos EUA (o maior receptor), ao Brasil e à Argentina –, estimado em 32 milhões de pessoas entre 1881 e 1915 (Owen, 1992, p.33).

Baseado em dados do Ministério de Assuntos Estrangeiros da França à época, Hashimoto estima em cerca de 690 mil o número de libaneses que viviam fora do Líbano em 1926, incluindo nascidos no exterior (1992, p.107). À parte as limitações da estatística oficial, baseada em pedidos de nacionalidade, e a dificuldade inerente ao esforço de contabilizar uma população espalhada em algumas dezenas de países em todos os continentes habitados, a magnitude do número de pessoas, se comparada aos 32 milhões do fluxo Europa-América, não ajuda a dimensionar o impacto do movimento emigratório dos libaneses no Líbano – onde coincidiu, entre 1880 e 1914, com um período de crescimento econômico contínuo,– e nos países que receberam esta população. Em toda a Grande Síria foi imenso o impacto demográfico e econômico da saída de centenas de milhares de pessoas, em sua maioria homens jovens. Dados apresentados por Ruppin, e citados por Issawi, indicam que, em 1914, a taxa de emigração das aldeias do Monte Líbano variava entre 25% e 50% e, em 1917, só as remessas em dinheiro enviadas por migrantes estabelecidos nos EUA representavam aproximadamente 40% da renda total daquela unidade administrativa (1992, p.27, 31).

Apesar de estes migrantes terem se espalhado por dezenas de países muito diferentes entre si, as descrições do processo de estabelecimento de libaneses em diferentes destinos no final do século XIX e início do século XX apresentam um conjunto de elementos recorrentes que nos parece muito relevante.² Os autores são unânimes em ressaltar a predominância da atividade comercial no período inicial de migração, a rápida ascensão econômica dos migrantes e a importância das relações familiares em diferentes momentos do processo migratório. Segundo Hourani, a articulação destes elementos constitui o processo migratório como um fenômeno cumulativo (1992, p.7), marcado pela criação, reconfiguração e manutenção de vínculos que fazem com a migração seja mais do que um evento na trajetória de indivíduos.

Os dados quantitativos e os estudos locais aprofundados indicam que a migração cumulativa foi e segue sendo um fenômeno que inclui a maioria dos migrantes libaneses espalhados pelo mundo. Mas, ainda que se tratasse de minorias dentro dos contingentes migrados, a consistência e a abrangência geográfica do fenômeno seriam suficientes para o considerarmos um objeto de análise interessante. O presente estudo não trata deste fenômeno em escala global, mas é também como um elemento deste quadro maior que o nosso objeto específico – o processo de estabelecimento de migrantes sírio-libaneses na Guiné Portuguesa –, se torna interessante e ganha inteligibilidade.

A migração sírio-libanesa cumulativa articula diferentes levas de migrantes no tempo e os diferentes locais de destino entre si e com o Líbano.³ O

2 Listamos aqui os trabalhos a que nos referimos identificados por destino migratório ou, quando não há recorte geográfico deste tipo, por tema. Brasil (Lesser, 1992), comparação entre EUA e Brasil (Truzzi, 2001), Argentina (Valverde, 1992), Inglaterra (Halliday, 1992), Senegal (Boumedouha, 1992), Costa do Marfim (Bierwirth, 1997; Peleikis, 2000), Nigéria (Falola, 1990), Serra Leoa (Leighton, 1974, 1992), África Ocidental (Winder, 1962), comparação entre quatro países do Caribe (Nicholls, 1992), perspectiva demográfica (Hashimoto, 1992), contexto migratório global (Owen, 1992), contexto político-administrativo no Oriente Médio (Akarli 1992; 1997).

3 Hourani (1992, p.4) distribui a migração libanesa em quatro momentos distintos: 1) pré-1880, poucos emigrantes; 2) 1880-1914, migração provocada pela saturação econômica da região administrativa do Monte Líbano no contexto do declínio do Império Otomano, em que os principais contingentes eram cristão pobres advindos de aldeias no norte do Líbano e drusos em condições semelhantes; 3)

desenvolvimento de uma rede de comércio internacional de tecidos (Halliday, 1992), que discutiremos no capítulo 4, é uma das dimensões fundamentais desta acumulação. A manutenção de vínculos com a aldeia de origem, através de casamento, retorno de membros da família na segunda geração, e investimentos em propriedades e melhorias públicas, constitui uma outra dimensão (Nicholls, 1992, p.343; Hashimoto, 1992, pp.65-8; Halliday, 1992). Entre as possíveis situações em que migrantes sírio-libaneses retornavam (e retornam) ao seu local de origem, o retorno definitivo de um migrante de primeira geração parece ter sido bem pouco comum, e todas as modalidades de retorno parecem ter servido para reforçar os vínculos internacionais a partir da aldeia (Nicholls, *ibid.*; Peleikis, 2000).

De modo semelhante, é provável que grande parte das remigrações, bastante comuns e pouco estudadas (Hashimoto, 1992, p.72), incluísse a manutenção de vínculos com o local de moradia anterior, muitas vezes com um parente ou conterrâneo que recebia o migrante e que se tornava um parceiro comercial. Este seria um mecanismo importante de formação de redes nacionais – no caso dos EUA, Brasil e Argentina, países de grande extensão territorial – e regionais, como no Caribe (Nicholls, 1992; Hashimoto, 1992) e na África Ocidental.

Talvez por um excesso de ênfase no nexos econômico dos movimentos migratórios do período 1880-1945, é frequente a descrição da presença de sírio-libaneses no Caribe e na África Ocidental como acidental. Em oposição a isto, consideramos as evidências sobre o caráter cumulativo da migração libanesa apresentadas acima como o melhor ponto de partida para compreender a presença sírio-libanesa em locais de destino considerados marginais pela literatura corrente. Curiosamente, Hourani apresenta tanto a interpretação dos

entreguerras (1914-1945), o fim do Império Otomano e a inclusão de novas áreas ao território, que então constituía um país sob mandato francês, provocam mudanças na composição da população emigrante, que passa a incluir um grande contingente de muçulmanos shii'as do sul do Líbano; 4) a migração provocada pela Guerra Civil de 1982.

destinos “acidentais” quanto a idéia de migração cumulativa que a ela opomos na mesma página de sua introdução ao compêndio *The Lebanese in the World* (1992, p.7). Nicholls é outro autor a subordinar a ida dos sírio-libaneses para o Caribe à falta de dinheiro, ao acaso, ou à negligência de funcionários das companhias de navegação de Marselha. Não obstante, este mesmo autor descreve, mais adiante no mesmo texto e para o mesmo contexto, o conjunto de elementos que constituem a migração cumulativa e a formação de redes regionais dentro da grande rede sírio-libanesa internacional: fortalecimento e internacionalização progressiva das atividades comerciais; apoio a familiares e conterrâneos no processo de estabelecimento; vínculos com a aldeia de origem; remigrações com manutenção de vínculos; e intercasamentos (Nicholls, 1992, pp. 340, 343-4).

2.2. Cruzamentos coloniais

Tudo indica que, nas duas últimas décadas do século XIX, a migração sírio-libanesa tenha se confinado aos países que atraíam também o grande fluxo migratório europeu: EUA, Brasil e Argentina. Um grande número de fatores contribui para que, na virada para o século XX, os destinos daqueles se multiplicasse, como a imposição de restrições à entrada de migrantes nos EUA, por exemplo. Porém, acreditamos que o estabelecimento destes migrantes ao redor do mundo nas décadas subsequentes ganha mais sentido se entendido como resultado da articulação dos dois conjuntos de fatores: (1) a dinâmica cumulativa que levou os migrantes libaneses a constituírem redes locais, regionais e internacionais que mesclavam pelo menos três tipos discerníveis de vínculos – os comerciais, os de parentesco e os de origem –, que começamos a descrever acima; e (2) a ação das grandes potências imperiais, determinante tanto das conjunturas de onde partiam quanto daquelas em que se inseriam os migrantes sírio-libaneses, especialmente no que diz respeito a oportunidades econômicas.

No final do século XIX, perdeu vigor o controle britânico do comércio no Oriente Médio, num movimento associado ao declínio do Império Otomano (Halliday, 1992). Este enfraquecimento significou o aumento da influência francesa na região, o que culminaria numa divisão dos territórios entre franceses e britânicos em 1920, sob regime de mandato concedido pela Liga das Nações. No contexto de um esforço de reorganização do mundo após a Primeira Guerra Mundial – cujo insucesso torna-se flagrante com o advento da Segunda Guerra, apenas duas décadas depois –, coube ao Reino Unido o controle da Palestina, e à República Francesa o controle sobre a Síria e o Líbano.

Foi neste mesmo período que se deu a consolidação das posições territoriais das potências coloniais europeias na África Ocidental, primeira região da África subsaariana a ter as fronteiras estabilizadas e o caminho para a ocupação e exploração plena aberto. A França detinha a maior porção do território, consolidada como África Ocidental Francesa em seus contornos quase definitivos já em 1902 (Fage, 1969, pp.176-8); o Reino Unido ficou com grande parte do restante; Portugal

Figura 3: África Ocidental (político), 1910



Elaborado a partir de Jacobs e Penâte (2004) e United Nations Cartographic Section (2004b).

manteve um pequeno enclave, a Guiné, e o arquipélago de Cabo Verde; a Libéria, enclave independente com uma elite formada por ex-escravos retornados dos EUA, criado e financiado por este país, mantendo os mesmos contornos da época de sua criação (1824). O único território a mudar de mãos entre as potências depois de 1910 foi o que hoje corresponde ao Togo, que esteve sob domínio alemão até 1914, foi ocupado pela França e pela Grã-Bretanha entre 1914 e 1916, e partilhado entre as duas potências em 1916. Em 1922, a parte inglesa foi incorporada pela Costa do Ouro, e a parte francesa tornou-se a colônia que daria origem ao Togo independente (ver Figuras 3, p.17, e 4, p.19).

A situação no comércio não era um espelho da configuração territorial da região. Por um lado, é verdade, a consolidação territorial e as políticas comerciais caminharam juntas no declínio do período do chamado “livre comércio”, com a concentração das atividades de cada potência em seus próprios territórios já no início do século XX (Hopkins, 1993, pp.174-5). Por outro lado, entretanto, a intensidade dos conflitos e negociações concentradas na questão dos territórios no final do século XIX deslocou-se para a disputa por mercados fornecedores de matérias-primas e consumidores de manufaturas na primeira metade do século XX. No próximo capítulo discutiremos mais detidamente esta dinâmica no que diz respeito à África Ocidental. Por enquanto, importa ressaltar esta forte presença francesa, ao lado dos britânicos, também no comércio, e o fato de que, a despeito das oscilações, o período foi de crescimento exponencial deste setor econômico na região.

A proeminência de França e do Reino Unido no processo de invasão colonial da África Ocidental se reflete, sem surpresas, na produção acadêmica dedicada a esta região e ao período, sendo que a presença libanesa nos territórios que não pertenciam a estas duas grandes potências é ainda muito pouco estudada. Apesar deste limite, a bibliografia que trata especificamente sobre sírio-libaneses na África Ocidental é rica. Estão contempladas as colônias francesas e

britânicas, consideradas mais importantes pelas próprias metrópoles por sua relevância econômica. Do lado francês, há bons estudos sobre o Senegal (Boumedouha, 1992) e Costa do Marfim (Peleikis, 2000; Bierwirth, 1997). Nigéria (Falola, 1990) e Gana (Peil, 1971; 1974), conhecida como Costa do Ouro no período colonial, foram as colônias britânicas economicamente mais importantes da região, e são também objeto de pesquisa razoavelmente bem trabalhado. Os sentimentos anti-libaneses entre os krios de Serra Leoa, que provocaram sérios conflitos em 1919 e que perduram até hoje, é o tema sobre o qual Neil Leighton dedicou longa pesquisa (1974; 1992).

Figura 4: África Ocidental (político), 1926



Elaborado a partir de Jacobs e Peñate (2004) e United Nations Cartographic Section (2004b).

Não há ainda um trabalho de fôlego que tome a presença dos sírio-libaneses na região como objeto. O artigo publicado por Bayly Winder em 1962 apresenta até hoje a melhor síntese disponível na combinação entre abrangência geográfica e profundidade no tratamento das principais questões relativas ao tema.⁴ Não se trata de um texto longo, mas de um artigo que reúne informações recolhidas principalmente em fontes secundárias de modo competente. Entre os

4 Os artigos de Khouri e Hanna pretendem uma abordagem regional, mas cujos resultados estão muito aquém do alcançado por Winder.

pontos positivos do trabalho, estão o uso de fontes em árabe e uma útil reunião dos dados demográficos disponíveis até então.

Mais adiante, trataremos da presença sírio-libanesa especificamente na Guiné Portuguesa no período que vai aproximadamente de 1910 até 1926, assunto sobre o qual não existe ainda bibliografia específica. A síntese do que foi trabalhado na bibliografia sobre os sírio-libaneses nos outros países da região no mesmo período serve para oferecer ao leitor uma imagem do repertório prévio que estimula nossa reflexão específica.

2.3. Os sírio-libaneses na África Ocidental

As recorrências verificadas na bibliografia sobre os primeiros anos dos sírio-libaneses na África Ocidental são bastante coerentes com o padrão de migração sírio-libanesa em todo o mundo no mesmo período, tal como apresentado em *Lebanese in the World* (Shehadi e Hourani, 1992). Parece haver uma trajetória inicial típica dos grupos de libaneses em toda parte, e que se pode resumir da seguinte maneira: alguns pioneiros, homens solteiros, iniciam a vida num novo país como mascates; juntam capital para expandir a atividade e passam a proprietários de pequenos estabelecimentos comerciais. Então voltam ao Líbano para se casarem ou, aqueles com menos recursos, mandam dinheiro para que a noiva vá até eles, dando início a um núcleo familiar. Estes pequenos comerciantes, a esta altura atuando como intermediários no comércio de importação e exportação (ver capítulo 4), passam a receber parentes, e os ajudam a se estabelecer no país em questão. Consolida-se um conjunto de núcleos familiares que entretêm relações e mantêm uma taxa geralmente alta de intercassamentos, com alguma variação por destino.

Além da maior ou menor abertura a casamentos fora da comunidade libanesa, há outros aspectos que sabemos importantes na experiência destas comunidades, e que variam de um modo, até o presente momento, que não nos

permite generalizações. Um dos possíveis nexos dos vínculos mantidos entre sírio-libaneses espalhados pelo mundo que carece de maior estudo é a filiação religiosa. Os estudos sobre o Monte Líbano e o entorno apontam para associação bastante geral e importante entre pertença territorial e pertença devocional; complementarmente, sabemos que a pertença territorial – isto é, a aldeia de origem – é um dos elementos básicos da constituição de vínculos entre sírio-libaneses migrados e entre estes e o país de origem. Assim sendo, é presumível que filiação religiosa dos sírio-libaneses seja um aspecto da sociabilidade importante também nos destinos migratórios.

Não há evidências incontestes sobre a data ou o local de chegada dos primeiros sírio-libaneses à região. Concordamos com Winder que, levando em conta que o porto de partida para o Atlântico destes migrantes era Marselha, é muito provável que o porto de chegada tenha sido um território francês. Tudo indica que já na década de 1880 um número muito reduzido de precursores tenha chegado ao Senegal, e ainda antes do fim do século XIX, Guiné Francesa (atual Guiné Conacri), Sudão Ocidental (atual Mali), Serra Leoa, Libéria, Costa do Ouro (atual Gana) e Nigéria. A parca presença colonial europeia na África Ocidental até os primeiros anos do século XX faz com que dados estatísticos sobre a chegada dos sírio-libaneses sejam esparsos e pouco confiáveis. É este o caso até mesmo daqueles territórios que algumas décadas depois viriam a se tornar pequenas potências regionais, como a Nigéria e a Costa do Marfim (Winder, 1962, p.300). É esta reduzida presença que nos permite supor não apenas a funcionalidade dos sírio-libaneses no comércio colonial, mas mesmo o fato de, no contexto de consolidação imperial em que chegaram à África Ocidental, não representarem uma competição evidente a empresas ou indivíduos de origem europeia.

Bastante diversa da migração sírio-libanesa para as Américas, o fluxo que se dirigiu à África Ocidental não impressiona pelo volume. Estimativas mais precisas sobre esta população nos diferentes países da região apareceram

somente na década de 1950. De acordo com estas estimativas, a população de sírio-libaneses varia consideravelmente de país para país, mas é pequena em todos eles quando comparada com a população total, e até mesmo com a população estrangeira de cada um. Baseado em diversas fontes, Winder estima a população total de libaneses (inclusive descendentes) residentes na África Ocidental em 1960 em cerca de apenas 40 mil pessoas.⁵ Ainda segundo o autor, o número deve ter sido substancialmente menor nas duas primeiras décadas do século XX, pois há evidências de que, no período entre as duas guerras mundiais, as taxas de imigração de sírio-libaneses para a África Ocidental e de nascimentos no território em questão tenham sido altas (Winder, 1962, p.303).

À primeira vista, este volume populacional pequeno pode dar a impressão de que a presença de sírio-libaneses na África Ocidental é um fenômeno de interesse apenas residual ou complementar a questões mais centrais. Não é este o caso, nem no que diz respeito ao fenômeno global de migração sírio-libanesa em curso desde a década de 1880, nem no que diz respeito à história da África Ocidental no mesmo período. Nossa hipótese é que estes migrantes constituíram na região uma rede baseada em vínculos de origem e na atividade comercial integrada a outras redes nacionais e regionais de migrantes libaneses no mundo. Além disso, por suas particularidades, a inserção regional e local dos sírio-libaneses nos países da África Ocidental no período colonial tem um impacto sobre a dinâmica social destes lugares – especialmente no que diz respeito à circulação econômica – que deve necessariamente ser considerado no estudo da região. Uma série de evidências corrobora esta hipótese.

O conjunto da bibliografia sobre a região revela que já nos primeiros anos do século XX havia sírio-libaneses em todos os países da região (exceto,

⁵ Em comparação, estas são as estimativas apresentadas por Hashimoto do número de sírio-libaneses nos principais destinos migratórios no início da década de 1920: EUA – 200 mil; Brasil – 180 mil; Egito – 120 mil; e Argentina – 110 mil (1992, p.107).

talvez, Cabo Verde, sobre o qual não encontramos dados) e que eles atuavam basicamente, se não exclusivamente, no comércio.⁶ Esta produção, assim como a que se refere a outras partes do mundo apontam o envolvimento da África Ocidental numa rede internacional – ou mesmo global – de migrantes sírio-libaneses que têm no comércio um de seus nexos principais. Não existe consenso sobre as causas da preponderância, em todo o mundo, do comércio como atividade econômica básica de migrantes sírio-libaneses que, em geral, eram originários da zona rural.⁷ Do nosso ponto de vista, a simples indagação sobre as causas deste fenômeno tem pouco valor heurístico. Parece-nos mais interessante entender como se deu o estabelecimento desta rede e elaborar a descrição de um processo, não de algo estanque. Pela abrangência geográfica e complexidade deste objeto, entendemos que o caminho para seu entendimento é coletivo e cumulativo, de modo que este texto deve ser entendido como uma parte deste esforço.

A combinação entre um padrão generalizado de migração para um local onde já residisse um familiar ou conterrâneo e a ocorrência de reemigrações indicam dois movimentos complementares. Por um lado, familiares e conterrâneos iam ao encontro uns dos outros, formando núcleos familiares ou pequenas comunidades em localidades específicas nos países de destino. Por outro, núcleos mais ou menos consolidados numa localidade podiam se expandir regionalmente, enviando membros para lugares mais ou menos próximos.⁸

6 A diversificação das atividades econômicas exercidas por eles dar-se-ia após a Segunda Guerra Mundial (Winder, 1992, p.307), no contexto de um amadurecimento das comunidades e das redes de sírio-libaneses na região, possivelmente estimulado pela crescente tensão no Oriente Médio a partir da criação do Estado de Israel. No contexto local, a diversificação da estrutura econômica da África Ocidental, que acompanhou a tendência mundial de crescimento econômico no mesmo período, certamente contribuiu para que os sírio-libaneses passassem a atuar em outras áreas de atividade além do comércio.

7 Winder elenca algumas explicações aventadas por pesquisadores: diferenças entre a zona rural de origem e aquela do país de destino; aversão ao meio rural, dada a experiência prévia de dificuldades que estariam na base da própria decisão de migrar; o desdém ao trabalho manual típico do Oriente Médio. Embora possam ter tido algum papel nas decisões dos migrantes, estas razões não bastam como explicação geral e também não se aplicam muito bem ao contexto oeste-africano.

8 Hourani sugere que as transformações nas telecomunicações e transportes ocorridas nas últimas décadas em escala mundial podem ter afetado este modo de estar no mundo dos libaneses de forma a “globalizar” esta tendência, antes apenas local e regional, à expansão geográfica de núcleos de parentes e

A presença sírio-libanesa em Manchester foi fundamental neste processo na medida em que a cidade foi se tornando o grande centro mundial de exportação de tecidos (Winder, 1962, p.301). Segundo Halliday, o domínio manchesteriano do comércio mundial de tecidos de algodão perdurou por aproximadamente cem anos, entre a década de 1830 e o entreguerras, quando passou a sofrer mais acentuadamente a competição dos recém-desenvolvidos sintéticos e da indústria japonesa emergente. Ao mesmo tempo em que descreve a participação da comunidade sírio-libanesa em Manchester, o autor descreve o papel desta comunidade e da economia têxtil da cidade na conformação de um “triângulo de comércio” de escala global⁹:

Os libaneses e sírios [exportavam algodão] para comerciantes relacionados nas Américas e África Ocidental, assim como para o Oriente Médio. Manchester tornou-se então um elo entre diferentes seções da emigração comercial árabe e o Oriente Médio, o centro econômico do triângulo de comércio e parentesco que se espalhou pelos cinco continentes na era do livre comércio (Halliday, 1992, p.161).¹⁰

O que Halliday chama de “triângulo” é, na verdade, uma figura com muito mais vértices, já que uma das pontas do triângulo corresponderia a diversas regiões, um grande número de países e um número difícil de calcular de localidades. E não há evidências de um padrão geral de distribuição geográfica dos sírio-libaneses que ajude a compreender seu estabelecimento nos diferentes países. Segundo Winder, isto é algo que varia muito, mesmo entre os países da África Ocidental. Contudo, a partir das descrições deste e dos outros autores que

conterrâneos.

9 Ao longo da primeira metade do século XX, Marselha, que já era principal porto de emigração dos sírio-libaneses, foi também muito importante na recepção da produção africana de sementes oleaginosas e óleos vegetais. Isto é um indício de que a cidade possa ter desempenhado, em seu tempo e a seu modo, um papel semelhante ao de Manchester na rede comercial sírio-libanesa. Fica aqui a sugestão para futuras investigações.

10 “The Lebanese and Syrians [exported cotton] to fellow traders in the Americas and West Africa, as well as to the Middle East. Manchester therefore became a link between different sections of the Arab commercial emigration and the Middle East, the economic centre of a triangle of trade and kinship that stretched across five continents in the era of free trade”.

se dedicam ao tema na região, é possível reter alguns elementos recorrentes, pelo menos para o período que nos interessa mais.

Conforme destaca Halliday, o papel daqueles poucos sírio-libaneses na história da economia da África Ocidental foi muito importante, “dado os volumes até então baixos de comércio internacional na região” (1992, p.171). Eles foram fundamentais na expansão dos circuitos ligados ao comércio internacional daquelas colônias em direção ao interior dos territórios. Os sírio-libaneses atingiram rincões do chamado *hinterland*, muitas vezes antecedendo os exércitos da ocupação europeia, até mesmo em territórios preferenciais de potências fortes, como a Nigéria (Winder, 1962, p.304). Duas questões que serão discutidas aqui se articulam numa possível explicação para esta tendência dos sírio-libaneses a rumar ao interior dos territórios.

A primeira das questões seria a generalidade, nos países da região, da ocorrência de hostilidade aos recém-chegados comerciantes sírio-libaneses. Em pelo menos três casos – Senegal, Guiné Portuguesa e Serra Leoa –, estes movimentos restringiram-se, ao menos nos primeiros anos, às principais zonas urbanas de seus territórios, e eram liderados pela classe de pequenos e médios comerciantes que se viam ameaçados pela nova concorrência.¹¹ A segunda questão, a ser aprofundada no capítulo 4, é que o modo de vida dos sírio-libaneses representava, segundo alguns autores, uma grande vantagem econômica comparativa em relação aos concorrentes europeus e crioulos. Hostilizados por parte das elites urbanas locais, e dotados de uma disposição e capacidade de adaptação que seus concorrentes não tinham, os sírio-libaneses depararam-se com a possibilidade do estabelecimento no interior.

Não cabe aqui avançar mais em relação a isto, pois estes temas retornarão em diferentes partes do restante deste texto. Tampouco devemos

11 Mais adiante neste capítulo, discutiremos a vulnerabilidade social e, mais especificamente, política dos sírio-libaneses na Guiné Portuguesa na primeira década após a chegada dos primeiros deles ao território.

especular sobre os desdobramentos além da década de 1920 das condições a que aqui nos referimos para elaborar nossas hipóteses. Basta mencionar que as manifestações anti-libaneses tiveram destinos muito distintos nos três países a que nos referimos. No Senegal, após sofrerem acusações de prática comercial leviana durante a Primeira Guerra Mundial (Boumedouha, 1992, p. 554), os sírio-libaneses voltaram a ser alvo de hostilidades, ainda mais radicais, entre 1930 e 1950, num provável alastramento dos sentimentos xenofóbicos em voga na metrópole francesa para suas colônias (*ibid.*, pp.555-7). Em Serra Leoa, as hostilidades se radicalizaram já em 1919, quando um surto de violência em Freetown teve os sírio-libaneses como alvo, e os sentimentos anti-libaneses mantiveram-se – e talvez mantenham-se ainda – e se fortaleceram com a entrada dos sírio-libaneses na economia dos diamantes, na década de 1930 (Leighton, 1992, p.591). Na Guiné Portuguesa, tudo indica que, após o episódio do repúdio aos comerciantes sírio-libaneses pela Liga Guineense, em 1915, não houve maiores incidentes envolvendo esta população (Trajano Filho, 1998, pp. 274-302).

Capítulo 3 - A administração colonial e os estrangeiros

As fronteiras de todas possessões portuguesa no continente africano encontravam-se definidas já em 1891, mas demorou mais alguns anos para que esse direito à posse dos territórios fosse exercido. No caso da Guiné, foi o tratado com a França, em 1886¹² (Clarence-Smith, 1985, pp.87-8), que delimitou os contornos que o país mantém até hoje, mas os primeiros esforços de ocupação do território para além da costa e do leito dos principais rios só aconteceram nos primeiros anos do século XX. Até o início das primeiras campanhas militares, com Portugal ainda sob o regime monárquico, a presença do Estado português no território era pequena, restrita ao principais postos da costa e a pequenos agrupamentos urbanos ao longo dos principais rios. A coleta de impostos era pífia, pois a administração colonial dependia de acordos com lideranças locais, ao ponto de em alguns casos serem os comerciantes europeus que atuavam no território os obrigados a pagarem impostos aos africanos (Pélissier, 1989, vol. II).

A precariedade da presença oficial portuguesa na Guiné era a expressão da precariedade da própria metrópole e de suas opções em relação ao ultramar. Nos últimos anos da monarquia, diante do efeito acumulado do fim do comércio atlântico de escravos e da crise que afetou especialmente as economias agrícolas europeias, via-se a mudança de política em relação ao ultramar com a mira voltada para a África, vista como grande solução. O que Portugal conseguiu na partilha parece desproporcional a sua condição econômica e militar, e isto se reflete na dificuldade do Estado de levar a cabo a ocupação efetiva de seus territórios.

12 O Tratado definiu o aceite português da incorporação da região do Rio Casamansa ao Senegal e do Rio Nunes à Guiné Francesa; em troca, os portugueses receberam o apoio oficial francês a seus planos de expansão na África Central, frustrados no já mencionado episódio do “Mapa cor-de-rosa” (Clarence-Smith, 1985, pp.87-8).

Não havia estrutura nem recursos em Portugal para esta ocupação e a implantação de um sistema colonial efetivo para a exploração dos recursos econômicos existentes. Sem entrar no mérito da questão do sucesso do empreendimento ultramarino português em termos de prestígio ou de seu caráter “simbólico” – em uma suposta oposição à ênfase material dos projetos de outras potências – é possível afirmar que, da perspectiva da economia ocidental, os resultados dos portugueses foram no máximo medianos.¹³ Os territórios com mais potencial – Angola e Moçambique, nesta ordem – foram priorizados e, ainda assim, boa parte das colônias foi cedida, em regime de concessão, a investidores estrangeiros. Além disso, o precário sistema administrativo e militar português parece ter vivido a primeira metade do século XX acuado e em permanente alerta para as ações das outras potências europeias. Conforme mostra Pélissier, a ameaça de outras potências ao território português na África era bastante explícita no período 1891-1908.¹⁴ Até mesmo pela grande participação que tinha no comércio do território, as três principais potências em atividade na África Ocidental – França, Grã-Bretanha e Alemanha – aparecem em envolvidas em pequenos episódios conflituosos no território (Pélissier, 1989, vol. II). Os britânicos eram contidos, apesar do assédio esporádico da marinha real ao arquipélago das Bijagós, onde eram praticamente a única presença comercial. Como seria de imaginar, havia pressão da grandiosa presença territorial do império francês, tanto através de pequenas ações militares nos arredores do mal guardado lado português das fronteiras, quanto através da influência de emissários comerciais e diplomáticos. Esta influência se fazia sentir tanto na multiplicidade de etnias residentes na maioria rural do território, quanto nos aglomerados urbanos da costa

13 Esta e outras questões relativas à dimensão econômica projeto ultramarino português no período são discutidas de forma mais completa no próximo capítulo.

14 Pélissier constrói ao longo de todo o seu trabalho sobre a Guiné Portuguesa uma cronologia cujo nexó é quase exclusivamente militar. O ano de 1891, como mencionamos, é o marco de definição oficial e em acordo com as potências vizinhas das fronteiras de todas as possessões portuguesas na África, e o ano de 1908 é a data da última campanha militar na Guiné conduzida de um modo que perdurou ao longo de todo o período delimitado pelo autor. Estas campanhas baseavam-se na mobilização de grumetes como tropas auxiliares e um número considerável de soldados metropolitanos. O modelo será abandonado pelo Teixeira Pinto (ver adiante).

e do interior.

Sem territórios próximos à Guiné, as pretensões dos alemães eram mais veladas, ou suas ações mais insidiosas. Seu interesse maior em relação aos territórios portugueses na África era sobre Angola e Moçambique, com a intenção de expandir as colônias vizinhas que estavam em seu poder, o Sudoeste Alemão (atual Namíbia) e a Tanganica (atualmente parte da Tanzânia). É o que mostra o tratado secreto anglo-alemão, analisado por Brunschwig (2004). A consciência deste interesse alemão tácito e a possibilidade de ver seus territórios africanos divididos como espólio de guerra, independente de quem fossem os vencedores, levou os portugueses, em 1916, a abandonar a neutralidade na Primeira Guerra Mundial. Mesmo lutando ao lado dos vencedores, conseguindo manter os territórios ultramarinos, os efeitos da participação na guerra sobre a economia portuguesa foram devastadores (ver capítulo 4). Esta foi uma das principais causas do acirramento das tensões políticas que acompanhavam o regime republicano desde início e que finalmente levaram, em 1926, a sua derrocada.

3.1. Condições da colonização da Guiné Portuguesa

No contexto deste império de segunda classe que era o português, a Guiné era uma colônia, na melhor das hipóteses, de terceira classe. Por muito tempo nem administração colonial específica da Guiné Portuguesa havia: só em 1879 o território deixou de ser uma província de Cabo Verde. Trajano Filho descreve com o conceito de crioulização o tipo de dinâmica social em que estiveram envolvidos os portugueses na Guiné por séculos, desde a chegada dos primeiros barcos (1446) até as mudanças de abordagem introduzidas na passagem para o regime republicano na metrópole começarem a interferir na dinâmica social do território. Segundo o autor, quando utilizado em antropologia:

[O termo crioulização] refere-se a processos de mudança cultural e social que envolvem massas de pessoas com vínculos de pertença social, cultural e política distintos. Ele pressupõe um encontro

histórico entre sociedades diferentes e desiguais cujo resultado tenha sido uma configuração caracterizada por fronteiras abertas e porosas separando os grupos constitutivos e por uma heterogeneidade de práticas culturais internamente e entre estas unidades sociais (...) Nestas circunstâncias, as pessoas remodelam elementos culturais de muitas fontes distintas de modo que elas possam ser criativamente transmutadas em uma nova totalidade social – uma sociedade Crioula (Trajano Filho, 1998, pp.60-1).¹⁵

Mais importante do que definir esta totalidade social resultante é apreender a natureza do processo descrito pelo autor; para isso, dois elementos devem ser destacados aqui. Em primeiro lugar, trata-se de um processo que não se reduz à força física, ausente ou presente. A idéia de processo de crioulação permite ampliar a perspectiva de interpretação dos encontros entre europeus e africanos para além da noção de dominação, sem contudo negar o papel dos embates armados. Isto nos leva ao segundo elemento, que consiste em a resultante do processo ser ela mesma irreduzível a algum dos elementos anteriores: ela não pode ser decomposta e não há um elemento formativo que prepondere sobre os demais. Isso se aproxima do caráter híbrido do processo, tal como descrito por Trajano Filho:

Oscilando como um pêndulo entre os polos da africanização e da lusitanização, sem alcançar nenhuma destas extremidades, o processo de crioulação na Guiné teve continuidade no tempo, dando origem à unidade social híbrida que estou chamando sociedade crioula graças ao equilíbrio relativo de forças entre uma potência colonial fraca e uma coleção fragmentada de sociedades tradicionais, que nunca foram capazes de agir conjuntamente. Não fosse por este frágil equilíbrio, o processo de crioulação seria abortado em suas fases iniciais e, ao invés de uma sociedade crioula, haveria apenas uma elite ocidentalizada ou fragmentos etnicizados (Trajano Filho, 1998, p.121).¹⁶

15 “... to refer to a process of cultural and social change involving masses of people with different bonds of social, cultural and political belonging. It presupposes a historical encounter of different and unequal societies the result of which has been a configuration characterized by open or porous boundaries separating the constituent groups, and by a heterogeneity of cultural practices within and across these social units. In these circumstances, people refashion cultural elements from many different sources so that they can be creatively transmuted into a novel social totality — a Creole society”.

16 “Swinging like a pendulum between the poles of Africanization and Lusitanization, without reaching either extremity, the process of creolization in Guinea had continuity over time, giving birth to the hybrid social unit

Vale lembrar que, assim como o próprio autor, fazemos um uso circunstanciado da noção de criouliização. Tal como aqui utilizada, esta restringe-se à África Ocidental, isto é, não permite comparação imediata com situações diversas. O conceito aqui ajuda a descrever um modelo de presença europeia no continente africano em que a dominação efetiva dos indígenas pelos europeus, no caso, portugueses, nunca esteve no horizonte nem de uns, nem de outros. Só nos idos da década de 1950, durante o Estado Novo, conforme ganhou força a perspectiva de fazer do território um pedaço de Portugal, com a possibilidade de intervenção militar como esteio do projeto, surgiu um conflito polarizado entre colonizadores e indígenas que tomou a forma de luta de libertação nacional.

A administração portuguesa na Guiné na última década do regime monárquico e nos primeiros anos da República agia num contexto político local, concentrado em uns poucos centros urbanos, bastante peculiar. Critérios de diferenciação e pertença de ordens diversas atuavam simultaneamente num cenário dinâmico em que não é possível distinguir grupos de interesse bem definidos e estáveis quanto a sua composição. As definições de estrangeiro ou não-estrangeiro, civilizado ou indígena eram imprecisas e voláteis, de modo que até mesmo sua manipulação era difícil.

Uma minoria de metropolitanos cercada de funcionários advindos de outros territórios ultramarinos, principalmente de Cabo Verde, e crioulos guineenses de origem caboverdiana compunham a administração. O comércio local era o outro espaço de atividade econômica da elite crioula, de que um dos diferenciais era o nível de educação formal, freqüentemente adquirida em períodos dispendidos na metrópole. Um pequeno número de metropolitanos

I am calling Creole society thanks to the relative balance of forces between a weak colonial power and a fragmented collection of traditional societies, which were never able to act jointly. If it were not for this slight equilibrium, the process of creolization would have been aborted during its initial phases and, instead of a Creole society, there would be only a Westernized elite or ethnicized fragments." O autor continua, avançando numa comparação especulativa das distinções entre modos da presença europeia na África Ocidental: "These, too, would have been the extreme fates of the new African nation-states if the French assimilationist and the British indirect-rule colonial policies had been carried to their full conclusion".

também atuava no comércio de escala local e nas poucas companhias comerciais de capital português. A grande maioria destas companhias maiores, voltadas para o comércio externo, porém, tinha capital e gestores estrangeiros, especialmente franceses e alemães.

A população local não-crioula era identificada através de diversos termos cujo nexos classificatório consistia em aproximar ou distanciar indivíduos ou grupos do padrão do português puro: o homem branco civilizado e cidadão pleno. A Lei Orgânica da Administração Civil das Províncias Ultramarinas, de 1914, foi o primeiro texto legal a estabelecer a distinção entre indígenas e não-indígenas e, em 1917, foi regulamentada na Guiné a lei que permitia o Código do Trabalho, de 1899, que estabelecia a legalidade do trabalho forçado dos indígenas.¹⁷ Esta legislação lançou as bases de um regime jurídico específico para a primeira categoria, o Indigenato, elaborado a partir de 1926, quando já fora destituído o regime republicano.¹⁸ Os termos básicos desta e da demais legislação estadonovista pertinente ao tema eram “indígena”, “assimilado” e “civilizado”. Sem entrar nos meandros da operação destas categorias no âmbito jurídico durante o período do Estado Novo,¹⁹ importa destacar que antes de 1914 os termos já eram empregados na Guiné Portuguesa.

“Civilizados” e “indígenas” eram dois entre muitos termos que operavam no contexto da Guiné Portuguesa, tais como “português da Guiné”, “*papel kristo*”²⁰ e “branco da terra”. Estas categorias não delimitavam grupos definidos, antes serviam para classificar indivíduos, situando-os em relação a dois pólos identificados pelas duas primeiras categorias mencionadas. No pólo “civilizado”

17 Portaria nº 392, in *Boletim Oficial*, 1917, p.291 *apud* Mendy, 2003, pp.43-4.

18 Estas leis aplicavam-se a todos os territórios portugueses do ultramar, exceto Goa, Macau e Cabo Verde. Ao longo do Estado Novo a legislação acerca do regime diferenciado passou por novas elaborações; Trajano Filho destaca o Acto Colonial, de 1930; a Carta Orgânica do Império Colonial Português e a Reforma Administrativa do Ultramar, ambas de 1933. Em 1953, São Tomé e Príncipe e Timor entraram para a lista dos territórios submetidos à legislação portuguesa regular, restando Angola, Moçambique e a Guiné sob o regime diferenciado até 1961, quando a separação de regimes jurídicos foi abolida.

19 Ver Thomaz, 2002.

20 Kriol para “Papel (membro da etnia Papel) cristão”.

está a imagem do português metropolitano, no pólo “indígena”, a imagem do nativo animista, morador do mato, que não fala sequer o crioulo ou “português mal falado”, como queriam alguns. Tanto as categorias umas em relação a outras, quanto os indivíduos em relação a essas categorias, ocupam posições sempre provisórias num quadro polarizado, mas não estático.

Nesse conjunto de categorias, a de grumete parece estar mais próxima de delimitar um grupo definido de pessoas, com origem em indivíduos que serviram como assistentes de navegação, intermediários culturais e comerciais, e capangas de portugueses e cabo-verdianos. Insubmissos ao trabalho escravo ou forçado desde pelo menos o início do século XIX e falantes de crioulo ou português, os grumetes constituíam o elemento mais ambíguo do contexto social das “praças”²¹: ao mesmo tempo dentro e fora da sociedade crioula, e dentro e fora da categoria geral de indígenas, sem serem propriamente civilizados. Esta ambigüidade fica clara na história da participação deles nas campanhas de “pacificação” que visavam, principalmente, impor o imposto da palhota sobre as populações locais.

Até 1912, data de início das campanhas de pacificação do Capitão Teixeira Pinto, os grumetes eram o principal componente das forças auxiliares – i.é, que não faziam parte das forças armadas regulares – nas diversas campanhas em todo o território. Ao mesmo tempo, os resistentes Papel, que ocupavam a ilha adjacente à praça de Bissau, e os grumetes, concentrados em um bairro próprio, nas cercanias da praça, entretinham uma relação próxima, de aliança política, e possivelmente de trocas matrimoniais. De acordo com Pélissier (1989, vol. II, p. 134), na colaboração com as forças portuguesas, os grumetes muitas vezes

21 Segundo Trajano Filho (1998, p.27), O termo “praça” é usado na Guiné para designar as principais aglomerações de população onde comerciantes europeus, caboverdianos e luso-africanos viviam e que se tornara, a partir do século XIX, os principais centros urbanos da Guiné. A palavra ainda é utilizada, atualmente em oposição a ‘tabanca’, palavra em crioulo que designa aldeias tradicionais africanas”.

mostravam-se instáveis em sua fidelidade e arredios quanto aos regulamentos de guerra.

Por fim, a pequena comunidade de metropolitanos responsáveis pela administração colonial e presença militar no território era bastante limitada em suas possibilidades de ação em diversos aspectos que já mencionamos: geopolítica interna, geopolítica externa, orçamento, etc. A administração da Guiné Portuguesa era também carente de recursos humanos, pois funcionários civis e militares viam a possibilidade de serem enviados ao território com apreensão. Os principais motivos era a fama de insalubridade do ambiente aliada à ferocidade das populações locais resistentes ao assédio português a seus territórios.

Quanto à ferocidade dos indígenas, as numerosas campanhas fracassadas, contra diversas etnias, especialmente os Papel e os Balanta, fazem jus a esta fama. Sem diminuir o papel dos resistentes – bastante valorizado na literatura militante da Guiné-Bissau independente²² –, para melhor contextualizar esta percepção de metropolitanos residentes e potenciais residentes da Guiné, é preciso manter em mente as condições em que estas campanhas ocorreram. De dimensões modestas em comparação com franceses e britânicos e bastante empenhadas em guerras de ocupação em Angola e Moçambique, as forças armadas portuguesas empregavam nestas campanhas armamentos e soldados em quantidade e qualidade insuficiente. Como demonstra Pélissier, os Governadores da Guiné tinham seus pedidos por reforços militares muitas vezes negados ou, em geral, apenas parcialmente atendidos.

22 Vale notar que esta literatura, produzida no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP), apesar de francamente militante, tende a continuar uma tradição de pesquisa de boa qualidade em diversas áreas iniciada pela produção – também militante, só que para o lado do Império Português – publicada no Boletim Cultural da Guiné Portuguesa (BCGP). O BCGP é considerado o melhor produto do saber colonial no Terceiro Império Português produzido nas colônias (Thomaz, 2001). São 110 números publicados ao longo de 24 anos, entre 1946 e 1976 pelo Centro de Estudos da Guiné, instituição de pesquisa fundada no mesmo ano que o Boletim.

A fama de insalubridade do território está diretamente relacionada com o desempenho militar dos portugueses na Guiné. Por um lado, atribuía-se ao clima e às condições de higiene do território um abatimento físico e moral que contribuía muito para a dificuldade em subjugar as populações locais. Por outro, esta imagem de insalubridade a que concorriam as notícias militares reforçava a resistência a ir e a má-vontade com que geralmente se apresentavam os civis e militares designados a atuarem na Guiné (Pélissier, vol. II, p.114). A atenção dispensada à questão pelo Governador Carlos Pereira, com o intuito explícito de convencer que a Guiné era inofensiva, pelo menos no que diz respeito aos inimigos invisíveis, revela a centralidade do problema e apresenta indícios para sua contextualização:

vê-se que a colônia não se presta à adaptação da raça branca. Todavia, a estação seca... não é desfavorável aos indivíduos desta raça, desde que estejam regularmente organizados e que tenham uma vida regrada, porque é sabido que a alteração da saúde dos brancos resulta mais da falta de higiene pública e privada que de perturbações funcionais devidas ao clima.

Uma vez que o clima é debilitante para o branco, este não deve, normalmente, passar na colônia duas estações chuvosas consecutivas. Convém portanto que ele aí permaneça apenas por períodos de dezoito meses, separados por períodos de seis meses na metrópole...

As obras de saneamento realizadas ultimamente na colônia, assim como um melhor conhecimento e uma aplicação mais rigorosa das prescrições higiênicas por parte dos brancos, fizeram baixar consideravelmente os números das estatísticas nosológicas, o que facilita hoje em dia a contratação dos funcionários necessários à boa organização dos serviços públicos e dos colonos necessários à seu desenvolvimento econômico (Pereira, 1914, p.13).²³

23 "on voit que la colonie ne se prête pas à l'adaptation de la race blanche. Toutefois, la saison sèche (...) n'est pas défavorable aux individus de cette race, du moment où ils sont régulièrement organisés et qu'ils ont une vie réglée, car on sait que l'alteration de la santé des blancs provient davantage du défaut d'hygiène publique et privée que des perturbations fonctionnelles dues au climat.//Le climat étant débilitant pour le blanc, ce dernier ne doit pas, normalement, passer dans la colonie deux saisons pluvieuses consécutives. Il convient donc qu'il n'y séjourne que pour des périodes de 18 mois, séparées par des périodes de 6 mois à la métropole (...)//Les travaux d'assainissement réalisés dernièrement dans la colonie, ainsi qu'une meilleure connaissance et une application plus rigoureuse, par le blanc, des prescriptions hygiéniques, ont fait baisser considérablement les chiffres des statistiques nosologiques, ce

O horror às doenças tropicais, ao clima úmido e ao ambiente sórdido que a circulação da imagem da Guiné insalubre despertou na metrópole pode ser entendido no quadro do imbricamento entre poder e saber sobre o corpo elaborados por Michel Foucault, por exemplo, em *Naissance de la biopolitique* (2004) e *Em defesa da sociedade* (2002). Não cabe aqui aprofundarmo-nos na análise do tema, mas vale indicar como os elementos centrais da interpretação do autor acerca da experiência social e a relação com o corpo na Europa fazem sentido também para pensar o contexto colonial. Por um lado, temos a disciplina da intimidade e a medicalização do corpo e do corpo da cidade, de que o discurso da higiene é síntese (Fortunato, 2008, pp.7-27). Pelo outro, a coincidência, como um único grande problema, dos problemas da higiene e da guerra de ocupação contra as populações africanas na Guiné Portuguesa. Um bom ponto de partida para a reflexão sobre articulação entre aquela trilha analítica e este objeto de análise é a proposta de Ann Stoler de extrapolar o pensamento de Foucault para pensar o império.

Em “A Colonial Reading of Foucault”, Stoler (1997) identifica na *História da Sexualidade* (Foucault, 2002) e num conjunto parcialmente inédito de palestras proferidas por Foucault no Collège de France, em meados da década de 1970, o prenúncio de uma teoria sobre a raça que seria a pedra de toque do projeto, não realizado pelo autor, de descrição da dimensão estatal do biopoder. Para a autora, esta dimensão pouco explorada do trabalho de Foucault é um convite para pensar uma história da burguesia europeia menos auto-referente que partisse do questionamento da política imperial. Porém, ao contrário de Foucault, Stoler entende que o racismo moderno, questão fundamental do poder imperial, é um elemento constitutivo, e não uma consequência, do “class body in the making” (*idem*, pp.152-5). O imperialismo moderno é, portanto, antes um processo no qual

qui rend facile aujourd’hui le recrutement des fonctionnaires nécessaires à la bonne organisation des services publics et des colons indispensables à son développement économique”.

a Europa moderna se constituiu do que o projeto de exportação para outras partes do mundo de uma modernidade bem definida.

3.2. A Guiné Portuguesa durante a República

O advento da República em Portugal, em 1910 – mesmo período da chegada dos primeiros sírio-libaneses na Guiné Portuguesa – marca um aprofundamento inequívoco da ação da metrópole no ultramar, com mudanças muito importantes no tipo de política adotada. O período 1910-1926 foi de transformação das condições econômicas, sociais, legislativas e administrativas nos territórios ultramarinos na África e, particularmente, na Guiné Portuguesa. Segundo Pélissier, ao longo do período a Guiné passou da condição de “enclave semi-independente” a ser uma colônia portuguesa de fato (1989, p.123). Isto quer dizer que foi a ação administrativa e, segundo autor, especialmente, a ação militar no território sob a República que generalizou e estabilizou a presença do Estado português neste território.

A conjuntura militar portuguesa em 1912 era de arrefecimento dos combates de ocupação nas duas colônias do sul e experiência acumulada pelas forças armadas em campanhas de ocupação na própria Guiné, em Angola e no sul de Moçambique, contra o Gungunhana, por exemplo. Assim, estavam então disponíveis os recursos materiais e humanos para que um conjunto de campanhas com características bastante diversas daquelas empreendidas até então na Guiné Portuguesa tivesse lugar. Armamentos de melhor qualidade e, acima de tudo, as mudanças de estratégias postas em prática pelo comandante de operações transferido de Angola para a Guiné Portuguesa, o Capitão Teixeira Pinto, tornaram radicalmente mais efetivas as campanhas militares portuguesas no território (Pélissier, 1989, pp.121-215).

Teixeira Pinto comandou as chamadas campanhas de “pacificação” da Guiné Portuguesa entre 1912 e 1915. A principal diferença da estratégia

empregada por ele em comparação com as numerosas campanhas anteriores foi substituição radical e definitiva dos auxiliares grumetes pelo grupo de guerreiros mercenários comandados pelo polêmico Abdul Injai, originário do lado de lá da fronteira com o Senegal. Ao fim das campanhas, a quase totalidade do território que por tanto tempo fora só nominalmente colônia portuguesa, encontrava-se “pacificada”, isto é, submissa a autoridade portuguesa e gerando as receitas de imposto da palhota que tanto almejavam sucessivas administrações.²⁴ As campanhas de Teixeira Pinto como um todo, especialmente a última e mais violenta, contra os papel de Bissau aliados aos grumetes, geraram muita polêmica na colônia.

A Liga Guineense, entidade fundada em 1910 para fins beneficente, na verdade atuou, em sua breve existência, como instituição política da articulação e vocalização dos interesses da elite crioula na Guiné Portuguesa (Trajano Filho, 1998, pp.228-313). Aparentemente a Liga agia também no interesse dos grumetes e, até a chegada de Teixeira Pinto, era ela que os recrutava para atuarem como força auxiliar nas campanhas de ocupação. A recusa a utilizar auxiliares grumetes, garantiu a permanência de ocupantes no territórios vencidos, tornando estas vitórias definitivas e possibilitando a manutenção do regime fiscal. Porém, privados dos saques de guerra que os recompensava pela participação em combate, os grumetes e a Liga Guineense tornaram-se ferozes opositores do Capitão Teixeira Pinto e de Abdul Injai. Apesar de terem alcançado plenamente os objetivos de suas campanhas militares, a campanha política movida contra eles culminou na imediata transferência do Capitão Teixeira Pinto após a campanha contra os Papel, em 1915, e a deportação de Abdul Injai da Guiné, em 1919.

Além da grande mudança que a “pacificação” significou para a Guiné Portuguesa, os primeiros anos do regime republicano na metrópole foram também

²⁴ O último rincão resistente ao domínio português, único lugar que não se submeteu no período de Teixeira Pinto que só viria a ser “pacificado” em 1936, foi o arquipélago das Bijagós, habitado pela etnia de mesmo nome.

o início de mudanças na estrutura administrativa e nas regras da economia desta e das demais colônias portuguesas. Entre 1910 e 1914, uma série de leis e regulamentos foi criada e começou a ser implementada para a descentralização da administração das colônias portuguesas. Em 1911, criou-se o Ministério das Colônias, o que se refletiu na transição de uma série de administrações militares para a administração civil da Guiné Portuguesa. O primeiro governador foi Carlos de Almeida Pereira, um tenente da marinha pouco afeito ao emprego da força. Em 1912, foi editado um Regulamento das Circunscrições, estabelecendo as divisões e a estrutura administrativa da Guiné Portuguesa, mas a principal mudança estava por vir.

Em 1914, ficou pronta a Lei Orgânica da Administração Civil das Províncias Ultramarinas, o grande marco legal da abordagem republicana em relação aos territórios ultramarinos, indicando o começo do fim dos monopólios, promovendo diminuição significativa das barreiras protecionistas e atribuindo um alto grau de autonomia às administrações locais dos territórios ultramarinos que passaram então a receber a denominação de “província”, não mais “colônia”. No que diz respeito à África, a Lei previa regimes diferenciados para Angola e Moçambique, por um lado, e o restante dos territórios, por outro, sendo que os dois primeiros foram dotados de muito mais autonomia (Mota, 1954, pp.45). Apesar da grave instabilidade que marcou todo o período republicano (1910-1926) em Portugal e do escândalo político e econômico das más gestões dos Altos Comissários em Moçambique e, sobretudo, Angola, a Guiné Portuguesa parece ter se tornado uma colônia mais estável, mais importante e mais rentável ao longo da República (Clarence-Smith, 1985, p.22).

No que diz respeito diretamente à administração, o período foi marcado por oscilações, com a instabilidade nos mandatos dos governadores pontuada por uns poucos e importantes mandatos estáveis. O governador Carlos Pereira de Almeida, primeiro governador nomeado pela República, que permaneceu no cargo

por dois anos e dez meses, foi o primeiro a apresentar à metrópole contas públicas equilibradas, após décadas de déficit orçamentário a onerar o tesouro português. Contribuíram para isso tanto o controle de despesas ocasionado por uma gestão melhor, quanto o substancial aumento das receitas propiciado pela cobrança do imposto da palhota, generalizada no território após as campanhas de pacificação. O equilíbrio das contas públicas só foi interrompido durante a Primeira Guerra Mundial, com a interrupção das receitas dos impostos alfandegários (Pélissier, 1989, pp.140,181).

Outro impacto da República nascente e da colonização de fato na Guiné foi o que Pélissier chama de “febre de construções oficiais”, que afetava tanto os modestos centros urbanos, especialmente a Bissau recém-pacificada, quanto o interior do território. A infra-estrutura de transportes e comunicações deu um grande salto: melhoria de portos, construção de estradas (por onde, até 1918, a carga era transportada exclusivamente por animais) e implementação de correios e telégrafos no interior (1989, pp.138-9). O primeiro mandato do governador Oliveira Duque, sucessor de Pereira, é dominado pelas campanhas de Teixeira Pinto, e as polêmicas que as sucederam custaram-lhe o cargo.

A partir daí, o governo da Guiné parece acompanhar indiretamente a gangorra política que dominava o parlamento português, sendo a versão local da instabilidade política dominada por um único assunto, o controverso Abdul Injai. Alternam-se governadores radicalmente contra e os mais amigáveis ao personagem e, mais amplamente, à abordagem em relação ao ultramar caracterizada pela “pacificação” do Capitão Teixeira Pinto: brutal e definitiva. Em 1919, o governador Sousa Guerra, que curiosamente fora tenente do famoso capitão, acaba por ser o responsável por deportar Abdul Injai para a ilha da Madeira (Pélissier, 1989, pp.193-202).

Finda a Primeira Guerra Mundial, a metrópole às voltas com as dívidas contraídas durante sua participação no conflito, volta-se novamente às colônias em busca de salvação financeira. Para este fim, é enviado à Guiné J. F. Velez Carozo, derradeiro governador republicano da colônia, que durou no cargo de junho de 1921 a dezembro de 1926, quando a ditadura militar instaurada na metrópole o substituiu. Novamente, a Guiné, então alçada ao posto de terceira colônia africana em importância econômica, superando São Tomé, vive período de intensa atividade administrativa, marcada pelo desenvolvimento de estradas, uma nova onda de obras públicas e avanços na educação formal pública para os indígenas. O governador é responsável também por implementar uma mudança fiscal importante, a proibição da importação de álcool e o aumento em compensação de outros impostos, fortemente influenciada pelo movimento, digamos, inter-imperial, acerca do alcoolismo na África (Pélissier, 1989, pp.202-5).

Ainda que todos os processos porque passou a Guiné Portuguesa no período 1910-1926 tenham ocorrido em proporções bem mais modestas do que os que se deram em Angola e Moçambique, é inegável que a colônia passou por importantes transformações. Justamente por ser uma colônia menos importante do que as outras, o efeito da descentralização na Guiné foi o de aumentar e intensificar a atividade administrativa, em consonância com o contexto de intensificação geral do colonialismo na África. Acirravam-se as tensões entre impérios, o que levou à Primeira Guerra Mundial, e também os conflitos da instável República portuguesa. Ao mesmo tempo, o microcosmo da pequena colônia tornou-se ele também mais complexo. Na costa e nos principais núcleos urbanos do interior, a competição comercial entre alemães, franceses e portugueses se acirrava; e a complexa dinâmica social guineense dava o tom das intensas disputas políticas.

3.3. Os sírio-libaneses na Guiné Portuguesa

É na intersecção multi-dimensional dos diferentes contextos elaborados até agora que se dá o estabelecimento dos migrantes sírio-libaneses na Guiné Portuguesa. Quase nada se sabe sobre a chegada dos primeiros sírio-libaneses ali, provavelmente advindos de alguma das colônias francesas vizinhas. A data mais antiga de presença de algum deles no território guineense de que temos notícia é 1908. O mais provável é que eles chegassem pelo mar e que tenham iniciado a vida na Guiné Portuguesa nos três principais núcleos urbanos de então: Bolama, Bissau e Cacheu,²⁵ mas documentos relativos ao período indicam forte concentração destes migrantes no interior do território já em 1911, seguindo a tendência da região, conforme apontado no capítulo anterior.

Menções aos sírio-libaneses nos documentos administrativos pesquisados surgem já em relatórios relativos ao período 1909-1914, um elaborado pelo governador Carlos de Almeida Pereira (1914), e outro pelo administrador da circunscrição civil de Geba – região que logo passou a ser a de maior concentração de sírio-libaneses – Vasco de Souza Calvet de Magalhães (1916). Os relatórios indicam que, também a exemplo do restante da região, a população de sírio-libaneses no período, e mesmo depois, nunca foi muito numerosa, mas os mesmos dados estatísticos apresentam indícios da importância destes migrantes na Guiné. A Tabela 1 (abaixo), embora extrapole nosso recorte cronológico, mostra o declínio das outras principais populações e o crescimento inversamente proporcional do número de sírio-libaneses.

²⁵ Bolama, a capital, e Bissau, emergente centro comercial que recebeu investimentos consideráveis durante a administração do governador Pereira (1910-1913), são hipóteses mais ou menos óbvias. Quanto ao terceiro núcleo urbano, Barreto (1938, p.374) menciona vários “súditos turcos” detidos em Cacheu, em 1916, por ocasião da entrada de Portugal na Primeira Guerra Mundial.

Tabela 1: Lugar de nascimento dos "civilizados"

ANO	PAÍS ²⁶					
	Guiné	Cabo Verde	Portugal	França e colônias	Alemanha	Líbano
1924	-	-	312	65	18	101
1940	3739	928	784	31	11	221
1950	4644	1703	1501	26	7	297

Fonte: Moraes e Castro, 1925, p.105; Província da Guiné, 1946, p.73; 1959, vol. 1 *apud* Trajano Filho, 1998, Table IV.

Os poucos franceses e alemães que habitavam a Guiné eram indivíduos ligados às companhias de comércio exterior de capital de mesma nacionalidade. Portanto, o aprofundamento da tendência ao aumento da participação de portugueses no comércio externo, que vinha desde 1910, explica o decréscimo das populações francesa e alemã no território. Já o aumento do número de metropolitanos habitando a colônia deve-se tanto a este aumento das atividades comerciais de capital metropolitano, quanto ao aumento considerável do número de funcionários públicos na Guiné “pacificada”. Além disto, estes dados demográficos vão na mesma direção dos dados do comércio (ver capítulo 4), indicando que o lugar da atividade comercial dos sírio-libaneses não era o mesmo das companhias comerciais de grande porte.

O número de sírio-libaneses na Guiné Portuguesa em 1924 era 101; é difícil estimar, mas é presumível que o número fosse menor em 1914. Os dados apresentados por Calvet de Magalhães relativos ao ano de 1914 relatam uma população de 32 indivíduos e “mais de 20 estabelecimentos de sirianos” (1916, anexo, mapa nº 1) apenas em Bafatá (Tabela 1, acima), sede da circunscrição de Geba, por ele administrada. O mesmo relatório aponta ainda a presença de estabelecimentos comerciais licenciados de propriedade de “sirianos” em ao menos duas outras localidades, Cruntubu El (atual Contuboe) e Sonacó (*idem*). O

26 Os nomes dos locais de origem estão conforme os escolhidos por Trajano Filho (1998, Table IV). Os dados de Moraes e Castro (1925, p.105), apresentam os gentílicos relativos à origem dos indivíduos: “Portugueses”, “Franceses”, “Alemães”, “Italianos”, “Austriacos”, “Suíços”, “Belgas” e “Syrios”. Os dados do recenseamento feito em dezembro de 1940, também são apresentados por gentílicos: “Portugueses”, “Sírios”, “Franceses”, “Alemães” e “Outras nacionalidades”.

administrador sintetiza: “a colônia siriana, que aqui começou a aparecer em 1911, é hoje já elevadíssima e bastante importante” (*idem*, p.11).

Tabela 2: "População de Bafatá em 31 de julho de 1914"

Europeus		Senhoras europeias		Mulatos		Sirianos		Grumetes de ambos os sexos		Indígenas de diversas raças e ambos os sexos		TOTAL GERAL
Maiores de 15 anos	Menores de 15 anos	Maiores de 15 anos	Menores de 15 anos	Maiores de 15 anos	Menores de 15 anos	Maiores de 15 anos	Menores de 15 anos	Maiores de 15 anos	Menores de 15 anos	Maiores de 15 anos	Menores de 15 anos	
9	-	2	1	44	40	32	-	153	59	330	115	785

Fonte: Calvet de Magalhães, 1916, anexo: mapa nº 2.

A informação organizada por Moraes e Castro (Tabela 3, p.45), referente ao ano de 1924, confirma a tendência à concentração dos sírio-libaneses no interior da Guiné Portuguesa. O autor apresenta dados sobre os cinco núcleos urbanos considerados mais importantes por ele, três deles costeiros e dois no interior, onde estariam concentrados 101 dos 221 sírio-libaneses habitantes da colônia naquele momento. Bolama era então a capital, mas perdera o protagonismo econômico que tivera no início do século XX, o que explica a concentração de portugueses e a presença relativamente baixa de franceses e alemães. Cacheu, localizada na foz do rio de mesmo nome, era então um porto bem pouco movimentado, mas ainda assim era a via mais direta ligando o norte do território ao mar (ver Figura 5, p.46).

Bissau àquela altura já se tornara o principal centro comercial da Guiné, daí 57% dos franceses e 56% dos alemães enumerados pelo autor estarem então concentrados nesta cidade. As razões que levaram a administração a investir para que Bissau se tornasse o principal porto da Guiné são fáceis de entender. A cidade está localizada no estuário do Rio Geba, que atravessa todo o interior do território no sentido oeste-nordeste, adentrando o Senegal. Além disso, o porto tem condições de navegação bem melhores que o de Bolama. É importante ter em mente que, pelo menos até 1920, o tráfego de pessoas e mercadorias no território dependia quase por inteiro das vias fluviais, especialmente para acesso ao mar.

Tabela 3: "Relação dos habitantes europeus residentes em Bolama, Bissau, Cacheu, Farim e Bafatá em Dezembro de 1924"

Designação das cidades e vilas	Portugueses	Franceses	Alemães	Italianos	Austríacos	Suíços	Belgas	Syrios	Total	Indivíduos recenseados
Bolama	150	12	3	1	2	1	-	1	170	300
Bissau	100	37	10	-	-	1	1	16	165	315
Cacheu	12	3	2	-	-	-	-	-	17	32
Farim	10	6	1	2	-	2	-	14	35	71
Bafatá	40	7	2	-	-	1	1	70	121	100
<i>Total</i>	312	65	18	3	2	5	2	101	508	816

Fonte: Moraes e Castro, 1925, p.105.

Os dados sobre Farim e Bafatá, as duas vilas do interior, são os que mais nos interessam. Antes de mais nada, salta aos olhos a informação de que nas duas vilas consideradas as principais do interior da Guiné Portuguesa os sírio-libaneses são maioria entre os considerados “civilizados”. Farim era, e ainda é, uma localidade no norte do território, bem próxima à fronteira com o Senegal, e é o principal porto interior do Rio Cacheu, ligado ao porto marítimo de mesmo nome. Os dois portos são os vértices principais do movimento de mercadorias da região onde estão localizados, as circunscrições de Cacheu e Farim, e é notável o pequeno número de portugueses aí residentes. Isso se explica tanto pela atividade comercial – aí bem menos volumosa do que em Bissau – mas, principalmente, pelo estatuto administrativo da região, que até 1919 foi administrada, a título de recompensa de guerra, pelo mercenário Abduj Injai.

Bafatá, por sua vez, encontra-se em posição semelhante à de Farim, mas no Rio Geba, que liga a vila ao porto de Bissau. Novamente, trata-se dos dois principais vértices de uma rota, que, neste caso, é a principal rota comercial da Guiné Portuguesa. Ao contrário da circunscrição de Farim, onde está localizada a região de Oio, a circunscrição de Geba – de que Bafatá era a sede – e o conselho de Bissau encontravam-se sob plena administração portuguesa; daí a presença muito maior de metropolitanos na área do que no eixo Cacheu-Farim. Como veremos em mais detalhe no próximo capítulo, o comércio é um nexos fundamental para entender tanto a relação das cidades e vilas selecionadas por Moraes e

Castro com o território como um todo – especialmente os eixos Cacheu-Farim e Bissau-Bafatá –, quanto a distribuição da população “civilizada” entre elas. Por ora, é importante tentar entender outros nexos possíveis da trajetória que levou os sírio-libaneses a se sediarem preferencialmente nos portos interiores e arredores – como indicam os dados de Calvet de Magalhães mencionados acima.

Figura 5: Guiné Portuguesa (político), 1910



Elaborado a partir de United Nations Cartographic Section (2004a).

Nossa hipótese é que esta ida para o interior foi ocasionada também pela conjuntura política em que se deu a chegada dos sírio-libaneses aos portos marítimos da Guiné Portuguesa, especialmente a oposição entre eles e as elites locais europeias e crioulas que a coexistência nos centros urbanos da costa provocou. É importante termos em mente, a exemplo de Boumedouha (1992), que

não se trata de uma relação em bloco entre não-sírio-libaneses e sírio-libaneses. O autor mostra, no caso do Senegal, como a atitude em relação aos sírio-libaneses variava muito entre diferentes categorias sociais e também no tempo. Membros da administração colonial, a posição oficial da administração, grandes e pequenos comerciantes europeus, “*métis*”, ou “*indigène*”, colocavam-se em relação à “questão” sírio-libanesa de modos distintos. Processo análogo parece ter se dado na Guiné Portuguesa.

3.4. Estrangeiros no meio político

A análise apresentada por Omar Thomaz (2004a; 2004b) sobre a construção social dos indianos como “potenciais inimigos da nação” no processo de formação de uma nacionalidade moçambicana é um referencial valioso para o estudo de outros contextos. O modo como o estrangeiro é construído em discursos hegemônicos ou que disputam a hegemonia em diferentes países da África é elemento fundamental para a compreensão não só do estatuto desses estrangeiros nestes lugares, mas das trajetórias políticas destes países. Segundo Mamdani, os Estados pós-coloniais africanos seriam herdeiros desracializados dos Estados coloniais em que a produção da diferença passaria pela separação entre rural e urbano e por clivagens étnicas (1998, p.10,19-22). Nesta mesma linha, analisando a *questão indiana* no contexto moçambicano, Thomaz demonstra que, no período colonial, os *autóctones* eram os subordinados a um poder cuja marca era a *exterioridade* (2004a, p.215) e que o advento da independência, em 1974, não fez outra coisa que inverter a relação entre estes pólos. Com isto, manteve-se a vulnerabilidade da posição ambígua ocupada por aqueles classificados como *indianos* (*monhês*, *baneanês* e *canecos*), presente desde cedo no período colonial (2004b).

No caso da Guiné, questões semelhantes aparecem em diferentes momentos.²⁷ Em relação ao período colonial, um evento notável envolvendo os libaneses é a hostilidade a eles por parte da Liga Guineense. Antes de se voltar para a polêmica das guerras de “pacificação”, a instituição dedicou-se a atuar junto à administração colonial em Bolama na defesa dos interesses dos comerciantes cabo-verdianos e luso-africanos. Dedicados ao comércio interno e à intermediação entre as companhias voltadas para o comércio externo e a população local, esses comerciantes sofreram imediatamente com a competição dos recém-chegados sírio-libaneses e logo reagiram a ela. Como mostra Trajano Filho, em 1911, a Liga Guineense reivindicou mudanças na administração de Bissau, vista por eles como corrompida por comerciantes “estrangeiros”, e propôs a imposição de barreiras fiscais para “proteger o pequeno comércio nacional” e “evitar a crescente desnacionalização da população indígena”.²⁸

O governador da Guiné Portuguesa daquele momento, Carlos de Almeida Pereira, refere-se à questão de modo distinto. No item dedicado ao comércio do texto publicado por ele em francês em 1914, o governador indica a concorrência oferecida pelos sírio-libaneses, aos quais se refere como “*Syrien*”, às “firmas” que fazem o comércio externo, por um lado, e aos

pequenos comerciantes indígenas ou de Cabo Verde (estes últimos em número bem maior) disseminados por todo o território e que, diretamente ou por outros intermediários, realizam as operações comerciais com o negro (Pereira, 1914, p.111).

Tudo indica que eram estes intermediários os mais afetados pela concorrência dos sírio-libaneses, mas é a reclamação por parte das companhias européias que ele menciona, e a ela que responde:

27 Principalmente após a ascensão do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), em sucessivas crises no processo de formação da nação guineense. Na violenta guerra civil de 1998, em que houve inclusive a intervenção dos exércitos de países vizinhos (Senegal e Guiné-Conacri) em todo o território, na turbulenta eleição presidencial de 2005 e no assassinato do presidente João Bernardo “Nino” Vieira em março de 2009.

28 Campos; Oliveira, 1911, pp.5-11 *apud* Trajano Filho, 1998, p.275.

As firmas européias queixam-se constantemente dessa concorrência à administração. Entretanto, a verdade é que o lucro do *sírio* vem justamente da rivalidade existente entre as firmas em questão...

A questão econômica que a presença do *sírio* criou na colônia não é possível de ser resolvida de outro modo que não seja através das casas comerciais européias. Não concerne à administração (e ela se esquivava desta obrigação) nada além de inspecionar rigorosamente a ação dos *sírios* sobre o indígena; isso porque ela os proíbe de se estabelecer longe das vistas das autoridades (Pereira, 1914, p.111).²⁹

As reclamações da Liga Guineense sequer são mencionadas. Este indício de que a relação entre o governador Pereira e esta instituição de representação dos pequenos comerciantes “guineenses” estava longe de ser amigável é reforçada pelo documento de 1912, assinado por um dos membros mais ativos da Liga.³⁰ No irônico panfleto, Valetim Campos deseja que o governador faça boa viagem e não retorne. Em outro documento administrativo referente especificamente aos anos de existência da Liga Guineense, o relatório do administrador da circunscrição de Geba, Calvet de Magalhães, está expressa postura semelhante. Dedicando atenção considerável aos por ele chamados “sirianos”, o autor menciona suas práticas comerciais em relação aos indígenas (1914, p.12). Não há no texto nenhuma referência a outros pequenos comerciantes na região, embora a lista apresentada em anexo inclua, entre os proprietários de estabelecimentos licenciados na circunscrição, vários nomes de cabo-verdianos e luso-africanos (*idem*, mapa nº 1).

29 “Les firmes européennes, se plaignent constamment de cette concurrence à l'administration. Cependant, la vérité est que le *Syrien* ne parvient à réussir qu'en profitant de la rivalité que existe entre les dites firmes... La question économique que la présence du *Syrien* a créée dans la colonie ne peut donc être résolue que par les maisons commerciales européennes. Il n'appartient à l'administration (et elle s'acquitte de ce devoir) que de surveiller rigoureusement l'action des *syrien* sur l'indigène; c'est pourquoi elle leur interdit de s'établir loin du regard des autorités”.

30 Campos, 1912, p.54 *apud* Trajano Filho, 1998, p.87.

Isto não significa que Pereira ou Calvet de Magalhães tivessem opiniões lisonjeiras dos sírio-libaneses; pelo contrário. O governador Carlos Pereira descreve os comerciantes “Syrien”, que haviam chegado à Guiné havia dois anos,³¹ da seguinte maneira:

O *sírio* também é tão bom vendedor quanto o contratante negro, mas ele vive, em geral, mais miseravelmente que este último. Por sua insensibilidade moral, pelos procedimentos condenáveis que ele adota em suas transações com os indígenas, pelo conhecimento que possui dos costumes e da língua destes, o sírio é um concorrente ameaçador, não somente para as grandes casas européias, mas também e principalmente, para os pequenos comerciantes (Pereira, 1914, p.111).³²

Calvet de Magalhães, no relatório citado critica claramente os “sirianos”. A seção “Comércio” inicia com um comentário sobre a multiplicação dos estabelecimentos comerciais da circunscrição entre 1909 e 1911 e segue da seguinte maneira:

A colônia siriana, que aqui começou a aparecer em 1911, é hoje já elevadíssima e bastante importante.

É uma raça predestinada para o negócio.

Vivem, em geral, miseravelmente, restringindo as suas necessidades ao mínimo possível e, juntando umas centenas de escudos, lá vão até Beiruth!

E mais acusações a essa “colônia”:

31 É difícil saber qual é o ano de referência desta afirmação, pois apesar de o texto ter sido publicado em 1914, há uma referência no BCGP à chegada dos primeiros libaneses à Guiné Portuguesa em 1908. A afirmação de Pereira parece ter sido retirada de algum texto produzido durante seu Governo (note-se a formulação no presente: “As firmas européias reclamam...”), que durou de 1910 até 1913. O autor foi inspirado, provavelmente, pelas reclamações dos comerciantes europeus mencionadas, por um lado, e pelo relatório de Calvet de Magalhães, por outro. Parece plausível, portanto, que os primeiros “syrianos” tenha chegado à Guiné entre 1908 e 1910.

32 “Le *Syrien* et aussi bon vendeur que le traitant noir, mais il vit, en général, plus misérablement que ce dernier . . . Par son insensibilité morale, par les procédés condamnables qu’il adopte dans ses transactions avec l’indigène, par la connaissance qu’il a des usages e de la langue de ce dernier, le *Syrien* est un concurrent d’angereux, non seulement des grandes maisons européennes, mais aussi et principalement des petits commerçants. Les firmes européennes, se plaignent constamment de cette concurrence a l’administration”.

O indígena, que parece destinado a ser explorado, é uma vítima nas mãos destes indivíduos, que sem consciência nem escrúpulos o exploram. Põem acima de tudo as suas ambições e por isso enganam no peso, na medida, nos preços gerais do mercado, o indígena, e não levam mais longe a ganância dos seus lucros, porque a fiscalização rigorosa, que se começou a exercer, e a aplicação de multas constantes tem detido tão gananciosos indivíduos de prosseguirem nesses abusos.

As balanças destes comerciantes só trabalham por meio de extravagantes engenhos e nunca pelo equilíbrio natural dos pratos onde o produto é colocado e o peso relativo!

Algumas balanças se tem encontrado dignas de figurar num museu de apreensões! (Calvet de Magalhães, 1916, pp.11-2).

Ambos os autores iniciam seus trechos sobre os sírio-libaneses identificando neles a qualidade de “bons comerciantes”, para logo colocarem em causa as razões de seu sucesso. Na fórmula de Pereira, são “concorrentes perigosos” de “europeus” e “pequenos comerciantes”, sendo estes últimos os que Trajano Filho identifica como “elite crioula” e, muito provavelmente, os que Calvet de Magalhães classifica como “mulatos” (1916, mapa nº 2; ver Tabela 2, p. 44). Os “sirianos” constituem uma categoria intermediária entre estas duas últimas, um tipo diferente de comerciante, “predestinado para o negócio” (Calvet de Magalhães, *idem*) e capaz de conhecer “os costumes e a língua” dos indígenas e disto fazer bom uso. Porém, constituem também uma categoria intermediária entre “indígenas” e uma outra, difícil de precisar, que seria a do sujeito do discurso. A distância que separa as categorias “indígena” e “siriano” é ao mesmo tempo moral e racional. No plano moral, o “indígena” não tem malícia, é “destinado” a ser “vítima”, enquanto o “siriano” não tem “consciência nem escrúpulos”. Porém, se não tem moral, o “siriano” tem mais inteligência que o “indígena”, sendo capaz de “extravagantes engenhos” que o enganam.

Nossa reticência em nomear a outra categoria a que os discursos de Pereira e Calvet de Magalhães se referem deve-se a que os autores mesmo não a

nomeiam. Deve-se também ao cuidado que é preciso ter para lidar com a categoria “civilizado”, que entendemos ser a mais pertinente para o caso. Como discutimos antes, seguindo Trajano Filho, o uso da categoria “civilizado” na Guiné foi sempre bastante complexo, constituindo-se em um marcador social ao mesmo tempo volátil em seus significados e perene em sua relevância (ver p.31). Os documentos relativos à administração colonial na Guiné Portuguesa do período analisados são unânimes em classificar de forma incontestada os sírio-libaneses como “civilizados”,³³ mas o texto de Pereira e, especialmente, o de Calvet de Magalhães não são tão claros quanto ao assunto.

Na tabela apresentada por Calvet de Magalhães que reproduzimos acima (Tabela 2, p.44), é interessante notar as categorias de classificação dos indivíduos utilizadas: “Europeus”, “Senhoras européias”, “Mulatos”, “Sirianos”, “Grumetes de ambos os sexos”, “Indígenas de diversas raças e ambos os sexos”. Não há critérios homogêneos de sexo, origem geográfica ou estatuto legal. Não sabemos de onde vêm os “mulatos” e se “europeus” e “senhoras européias” são categorias distintas, enquanto para “grumetes” e “indígenas” uma categoria basta para ambos os sexos; não há nenhuma especificação quanto a isto para “mulatos” e “sirianos”. Entendemos que esta aparente confusão classificatória organiza-se justamente pela categoria tácita “civilizado”, que embora não tivesse então uso oficial, já era de uso corrente na Guiné (Trajano Filho, 1998, pp.75-126). Dispostas na Tabela na mesma ordem em que as elencamos acima, as categorias utilizadas por Calvet de Magalhães constituem uma lista hierárquica de níveis que separam, o “europeu”, plenamente “civilizado”, do “indígena”.

A classificação nessa hierarquia obedece justamente à combinação entre os elementos moral e racional que identificamos anteriormente no texto de Calvet de Magalhães. Os “sirianos”, por sua superioridade nos negócios, seriam mais “engenhosos” que os “mulatos”; entretanto, aparecem como menos

33 Moraes e Castro, 1925; Junta, 1946; 1959; Rodrigues, 1929, p.22.

“civilizados”. Isto se deve ao que Pereira sintetiza como “insensibilidade moral”, um conjunto de características a que os dois textos remetem de formas mais ou menos explícitas. Os sírio-libaneses são retratados como comerciantes “sem escrúpulos”: excessivamente gananciosos, oportunistas e dispostos a recorrer a “procedimentos condenáveis” com os indígenas. Além disso, em contraste com europeus, cabo-verdianos e luso-africanos, “vivem de forma mais miserável” e, embora possam até constituir entre eles uma “colônia”, não têm vínculos com a Guiné.

O elemento moral na definição de quem é mais ou menos civilizado é, portanto, o resultado da combinação de três critérios: o comportamento na interação com outras categorias sociais, o modo de vida e o tipo de vínculo com a Guiné Portuguesa. É interessante notar que, embora os três critérios sejam igualmente importantes na construção da imagem negativa dos sírio-libaneses presente nos dois textos, apenas o problema da conduta especificamente nas transações com os indígenas é tomado como pertinente à ação administrativa. A afirmação de Pereira não deixa dúvidas: “a questão econômica criada na colônia pela presença do Siriano (...) não compete à administração (e ela se abstém deste dever)”.

Quanto ao problema da pertença, não há qualquer esboço de reação prática por parte dos administradores. Em Serra Leoa, a percepção de que, juntando algum dinheiro, os sírio-libaneses “lá vão até Beirute!” (Calvet de Magalhães, 1916, p. 11) foi um dos elementos que levou a graves conflitos de 1919 e a sua expulsão do país (Leighton, 1992). No Senegal, não se chegou a medidas tão extremas, mas a expulsão dos sírio-libaneses, algumas vezes reivindicada por comerciantes concorrentes, foi seriamente considerada por setores da administração francesa (Boumedouha, 1992). Na Guiné Portuguesa, porém, tudo indica que, por um lado, o repúdio aos sírio-libaneses teve seu ponto máximo nas manifestações da Liga Guineense. Por outro, o engajamento

administrativo na questão limitou-se a umas poucas palavras inflamadas e balanças confiscadas, e uma única imposição: que os sírio-libaneses só atuassem comercialmente em localidades onde houvesse a presença de uma autoridade portuguesa.³⁴

A acusação moral feita nos textos em relação à aceitação por parte dos sírio-libaneses de um modo de vida “miserável” parece ser a contra face do reconhecimento de uma das vantagens que permitiram a eles estabelecerem-se e, numa medida difícil de precisar, prosperarem na Guiné Portuguesa. Do ponto de vista dos administradores, nas palavras de Calvet de Magalhães, os “sirianos” são uma “raça predestinada para o negócio” e corrobora para isso seu “conhecimento dos costumes e da língua” de seus clientes, os indígenas, apontado por Pereira. Este conhecimento que diferencia os libaneses dos demais comerciantes só pode ter advindo do contato prolongado com os indígenas. Trata-se de um indício de que houve naquele momento um convívio entre sírio-libaneses e indígenas, embora novamente, numa medida difícil de precisar por enquanto. É justamente este contato que constitui, ao mesmo tempo, o diferencial positivo no comércio e o diferencial moral negativo dos sírio-libaneses em relação aos então considerados mais “civilizados”.

3.5. Estrangeiros estabelecidos

Em agosto de 1915, o sucessor de Carlos de Almeida Pereira como governador da Guiné Portuguesa, Josué de Oliveira Duque, num dos últimos atos oficiais de seu primeiro mandato como governador,³⁵ extinguiu a Liga Guineense e

34 Tudo indica que esta tenha sido a primeira iniciativa administrativa de controle sobre as atividades comerciais de estrangeiros. Em 1917, mirando não os sírio-libaneses, mas as companhias européias, a restrição às áreas com presença de autoridades portuguesas para estabelecimentos de propriedade estrangeira tornou-se regra para todo o território (Boletim Oficial da Guiné Portuguesa, 1917, p.371 *apud* Mendy, 2003, p.48). Assim como no caso do Indigenato, aqui a legislação republicana lança as bases da política estadonovista em relação ao assunto, que eventualmente levou à “nacionalização” quase completa das economias luso-coloniais (Mendy, *idem*).

35 Este primeiro mandato durou de maio de 1914 até agosto de 1915; o segundo, de agosto de 1918 até abril de 1919 (Pélissier, 1989, vol. II, pp.167-8; 189).

mandou prender alguns de seus membros, sob a alegação de que a instituição teria se afastado de suas finalidades beneficentes e de que aqueles indivíduos haviam fomentado a desordem à época da campanha de Teixeira Pinto contra os Papel de Bissau (Pélissier, vol. II, p.177). Com a morte da Liga e as atenções na colônia voltadas para a polêmica em torno das campanhas do Capitão Teixeira Pinto, cessaram as manifestações de repúdio aos sírio-libaneses na Guiné Portuguesa, tanto por parte dos administradores quanto pelo setores da sociedade que até então haviam se manifestado.

Um conjunto de elementos compõe o contexto que melhor ajuda a compreender o fim e a não recorrência de manifestações anti-libaneses na Guiné Portuguesa. Em primeiro lugar, os anos posteriores à “pacificação” foram de consolidação da recém-conquistada autoridade portuguesa sobre o território. Isto significou o declínio do impacto das polêmicas levantadas pelos comerciantes luso-africanos e cabo-verdianos, que eram resistentes ao domínio português, como mostra Trajano Filho. Diante dessa resistência, sucessivas administrações tomaram atitudes para disciplinar este setor da sociedade, cujas associações foram se esvaziando e ficando mais fracas. Em 1921, relata Trajano Filho, a Associação Comercial da Guiné (ACG), herdeira da Liga Guineense, protestava acerca de medidas de proteção ao vinho português no mercado guineense (Trajano Filho, 1998, cap. 3). Neste episódio, o governador J. F. Velez Caroço contou com o apoio das companhias comerciais portuguesas e francesas, dos comerciantes libaneses, de comerciantes crioulos de Bissau e de toda Guiné, além do silêncio expressivo dos poucos grandes comerciantes crioulos que restavam em Bolama (Velez Caroço, 1923, pp.121-36).³⁶

Neste processo de definição do campo político-administrativo da Guiné Portuguesa, os sírio-libaneses não saíram beneficiados apenas porque as

³⁶ É interessante notar que a ACG tinha sede em Bolama e, segundo o governador Velez Caroço, “não representava o comércio da Guiné”; daí ele denominar a ACG, em documento oficiais inclusive, Associação Comercial de Bolama (1923, p.121).

circunstâncias lhes resultaram favoráveis. A concentração destes migrantes no interior da colônia – um padrão recorrente em toda a África Ocidental – parece-nos ter tido um papel importante em seu posicionamento diante do que ocorria. No que diz respeito às atividades econômicas, o estabelecimento dos sírio-libaneses no interior foi um elemento fundamental da inserção comercial que eles atingiram, conforme mostraremos no próximo capítulo. Do ponto de vista político e legal, entendemos que a distância física em relação aos principais centros políticos da Guiné no período, Bolama e Bissau, garantiu certa invisibilidade, possibilitada pela polarização dos embates políticos. O apoio dado por alguns comerciantes libaneses sediados em Bissau às campanhas de Pacificação (Mendy, 1990, p.34) também ajudou a fazer com que a desconfiança da administração em relação aos pequenos e médios comerciantes sediados no interior do território recentemente “pacificado” se concentrasse nos comerciantes cabo-verdianos e luso-africanos.

Por fim, é importante notar que o modo como são tratados os sírio-libaneses nas fontes administrativas não reflete apenas as mudanças da conjuntura local discutidas até aqui. Tiveram impacto também as mudanças de estatuto político internacional da região de origem dos migrantes, no contexto do declínio do Império Otomano. Em 1916, Portugal entrou na Primeira Guerra Mundial no lado oposto ao dos otomanos, e em abril daquele ano, um Decreto manda deter cidadãos da Alemanha e aliados residentes na Guiné. Segundo Barreto, “tendo-se aplicado ao princípio a mesma legislação à numerosa colônia da Síria que vivia na província”. Os alemães seriam nove, citados nominalmente; os “sirianos”, “vários” (Barreto, 1938, p.374). Segundo Pélissier, que nos parece melhor embasado, os onze alemães, e não nove, e os “vários” súditos turcos teriam sido detidos em julho de 1916, e apenas em Cacheu, não havendo relato de conseqüências para os sírio-libaneses em outras partes da Guiné.³⁷

³⁷ Para os alemães, sim, houve, já que sua participação no comércio externo da Guiné Portuguesa, a própria razão de ser de sua presença no território, foi inteiramente interdita. Apesar disso, segundo Pélissier, “A opinião pública em Bissau e Bolama continua pró-germânica, sobretudo porque não gosta dos franceses” (1989, vol. II, p.183).

Tudo indica que não tenha havido repercussão da oposição entre o lado onde se colocava Portugal e o lado onde se colocava o Império Otomano na Primeira Guerra Mundial na Guiné Portuguesa além deste acontecimento isolado de Cacheu. Não obstante, tratava-se de um elemento a mais na condição legal vulnerável dos migrantes sírio-libaneses. Após o fim da Primeira Guerra Mundial, em 1920, grande parte dos territórios que formavam o Império Otomano foi legado às potências vencedoras do conflito, especialmente França e Grã-Bretanha, como protetorados. A área que constituía a região da Síria no Império Otomano foi dividida entre as duas potências, cabendo à França o mandato sobre o território correspondente aos atuais Líbano e Síria. Com isso, os sírio-libaneses espalhados pelo mundo ganharam o estatuto de *protégés* da República Francesa. Isso explica a menção aos “franceses (naturais da Síria)” que aparece num artigo de 1929 do *BGC* (Rodrigues, 1929, p.22).³⁸

É difícil avaliar o impacto sobre os sírio-libaneses estabelecidos na Guiné Portuguesa que esta novidade possa ter ocasionado, o que é mais claro para a AOF. Boumedouha mostra que no Senegal o novo estatuto, por um lado, diminuiu drasticamente a vulnerabilidade dos sírio-libaneses a possíveis sanções administrativas. Por outro lado, com o início da Segunda Guerra Mundial, surgiu o debate naquele país acerca da mobilização militar destes protegidos, o que acabou não acontecendo. De forma mais geral, a mudança política de 1920, associada a um movimento de expansão do comércio externo da região, fez aumentar significativamente o fluxo de entrada de sírio-libaneses na África Ocidental. É possível afirmar também que houve então uma concentração destes migrantes nas colônias francesas, em detrimento dos demais países.

38 A última grande mudança deste tipo adveio em 1948, com a independência Líbano e da Síria, quando os migrantes tornaram-se cidadãos libaneses e, onde houvesse algum – o que não parece ser o caso da Guiné Portuguesa –, sírios. “Libaneses” já é a categoria oficial para eles no Censo da Guiné Portuguesa de 1950 (Junta, 1959) e já em 1952 há no Boletim Cultural da Guiné Portuguesa uma referência ao “Cônsul do Líbano, Sr. Salim Elawar” (BCGP, vol. VII, nº 27, pp.658-9).

3.6. Conclusões preliminares

Como buscamos demonstrar, houve na Guiné Portuguesa, por parte da Liga Guineense, uma tentativa de fazer dos migrantes sírio-libaneses presentes na colônia o bode expiatório num momento de particular tensão política, durante a primeira metade da década de 1910. O evento, apesar de concomitante a outros de natureza semelhante ocorridos em outras colônias da África Ocidental, como Senegal e Serra Leoa (ver cap. 1 e pp.47,53), teve um desdobramento bastante diferente. O conjunto de fatores que buscamos trabalhar no item acima permitiu aos sírio-libaneses manter uma posição politicamente discreta, de modo que a vulnerabilidade a que estavam submetidos como estrangeiros na colônia portuguesa não se convertesse em ameaças imediatas, como no caso de Senegal e, de modo crítico, Serra Leoa.

É importante notar que esta análise é restrita quanto à parcela dos processos sociais em curso na região que recebeu, por parte do Estado Português, o nome de Guiné Portuguesa, com estatuto de território deste Estado, ora com denominação de Província, ora como Colônia. Deve-se à natureza das fontes a restrição da análise ao espaço social da nascente Guiné Portuguesa. Nascente tanto no que diz respeito à dimensão territorial – como demonstra Pélissier, em sua descrição do período 1909-1925 (1989, vol. II, pp.121-218) –, quanto no que diz respeito à autoridade – como demonstra Trajano Filho, em sua análise do proto-nacionalismo crioulo (1998, p.274-313). É a relação da administração colonial com sírio-libaneses que aqui fica analisada.

Outras abordagens importantes são passíveis de análise a partir de outras fontes, tanto presenciais, através de pesquisa de campo, quanto as várias fontes documentais possíveis. Especialmente interessante, como as nossas próprias fontes administrativas sugerem, seria o estudo dos sírio-libaneses no contexto específico do interior da província, em suas relações com os chamados “indígenas”. Muito há a ser compreendido sobre a trajetória dos sírio-libaneses na

África Ocidental em pesquisa acerca das relações entre eles e a grande população Fula e Mandiga islamizada – muçulmanos, falantes de árabe e, muitos deles, alfabetizados – que era maioria numa vasta região em que muitos dos migrantes se estabeleceram, inclusive o interior da Guiné Portuguesa.

Capítulo 4 - Intermediários estrangeiros no comércio colonial

Através da história da economia, em toda parte o estrangeiro aparece como comerciante, ou o comerciante como estrangeiro (G. Simmel).³⁹

O comércio trouxe os europeus à África pela primeira vez, no século XV, e o comércio manteve-se como fundamento de suas relações com o continente dali em diante (A. G. Hopkins).⁴⁰

No capítulo anterior, buscamos compreender o modo como os sírio-libaneses se situavam nas disputas políticas em curso na Guiné Portuguesa nascente, no período 1910-1926. Pela análise de fontes administrativas, vimos como lidaram com a vulnerabilidade na condição de estrangeiros naquele momento e de que modo isso contribuiu para a sua permanência no território. A discriminação mantida pelos sírio-libaneses em relação às grandes polêmicas do período esteve associada – conforme começamos a descrever – ao tipo de atividade econômica por eles exercida e ao modo como faziam-no. Neste capítulo, buscamos descrever estas atividades, através de sua contextualização em três dimensões: a dimensão internacional, ou mesmo global, em que se constituiu a grande rede comercial sírio-libanesa; a dimensão regional da circulação de mercadorias e pessoas em que se inserem os sírio-libaneses na Guiné Portuguesa e nas demais colônias da África Ocidental; e o contexto local da Guiné Portuguesa.

39 “Throughout the history of economics the stranger everywhere appears as the trader, or the trader as the stranger”.

40 “Trade first brought the Europeans to Africa in the fifteenth century, and trade remained the basis of their relations with the continent from then onwards”.

4.1. Mercadorias globais, redes globais

Em sua introdução ao compêndio *The Lebanese in the World*, Albert Hourani (1992, p.4) discorda da associação feita com frequência entre a Guerra Civil da região do Monte Líbano, em 1860, e a grande imigração daquela população entre os séculos XIX e XX. Segundo o autor, a principal causa da grande imigração, que viria a começar apenas vinte anos depois, em 1880, foi econômica: o excesso de mão-de-obra jovem e bem qualificada em uma economia que não crescia nem se diversificava. O impacto demográfico e econômico da emigração sobre a região foi imenso e imediato. A saída de dezenas de milhares de pessoas aliviou aquela que era de longe a parte mais densamente povoada da Síria sob o Império Otomano, e as remessas enviadas pelos emigrados deram novo fôlego à economia local e tiveram um papel importante na história econômica do Líbano ao longo do XX. De acordo com dados apresentados por Issawi (1992, p.27), em 1917, apenas as remessas enviadas dos EUA representavam aproximadamente 41% da renda do Monte Líbano.

Embora a maioria deles tenha saído de pequenas propriedades rurais familiares, o comércio foi a atividade econômica básica dos sírio-libaneses migrados a partir de 1880 em todo o mundo. Isto se manteve ao longo da primeira metade do século XX, embora em muitos lugares eles tenham se expandido para outros setores econômicos, especialmente como profissionais liberais (Hourani, 1992, p.7).⁴¹ As tentativas de explicar a origem desta recorrência tão marcante não são bem-sucedidas, seja porque buscam certa psicologia do tipo-ideal de sírio-libanês, seja porque acabam por se apoiar em alguma característica particular deste ou daquele contexto imigratório. São, enfim, tentativas de indução por especulação teórica ou extrapolação indevida de casos particulares e, portanto, carecem de fundamentação.

⁴¹ O autor menciona como exemplo a escola americana de medicina em Beirute, que qualificava seus formandos para o mercado norte-americano (Hourani, 1992, p.7).

A pergunta sugere uma comparação, em si mais interessante que a própria investigação da origem. Esta comparação depende da produção de sínteses regionais sobre a presença dos sírio-libaneses, não obstante certos contextos nacionais serem equivalentes a regiões, como é o caso do Brasil e dos EUA. Estas sínteses ainda estão por fazer, apesar do volume considerável de trabalhos sobre esta migração com recortes localizados. Como buscamos mostrar no capítulo 1, a bibliografia corrente sugere pontos de partida bastante interessantes para estudos que se proponham algum recorte regional, intercontinental ou global. A recorrência, em termos quase idênticos, de certos elementos na descrição da chegada e da presença de sírio-libaneses no período 1880-1930 em uma grande variedade de contextos específicos é impressionante, especialmente no que diz respeito ao exercício de atividades comerciais.

Do ponto de vista econômico, esta trajetória inicial geral aos migrantes sírio-libaneses no mundo todo pode ser entendida como sua inserção no comércio internacional de mercadorias. Hourani (1992) e Winder (1962) são dois dos autores a apontar a importância da ligação dos sírio-libaneses espalhados pelo mundo com a pequena comunidade conterrânea sediada em Manchester, especificamente estudada por Halliday (1992). Um pouco de dezenas de casas comerciais sírio-libanesas – entre centenas de outras, parte das quais de proprietários também árabes, mas de outros lugares – eram a origem da imensa quantidade de tecidos de algodão que outros sírio-libaneses recebiam e vendiam em todo o mundo. Os tecidos e um conjunto variável de outros bens de consumo eram negociados no varejo – no comércio ambulante, inicialmente, e em lojas.

Faltam estudos mais detalhados, mas sabemos que esta importação era feita diretamente pelos que conseguiam acumular capital e expandir o negócio, ou indiretamente, através de companhias comerciais maiores e, onde e quando houvesse alguma, de outros sírio-libaneses. O crescimento de algum comerciante que se tornava agente autônomo de importação e exportação, ou

mesmo o aprofundamento de relações com outras companhias comerciais permitiam aos sírio-libaneses atuar também no comércio de exportação. Há indício de que fosse este o caso, por exemplo, dos sírio-libaneses estabelecidos na região norte do Brasil que visavam ao comércio da borracha. No caso da África Ocidental, isto se deu com as principais exportações do período: amendoim e derivados da palma (Hopkins, 1993, pp.176-7).

Foi só a partir da consolidação e expansão das atividades de importação e exportação que se deu a diversificação, em maior ou menor grau, dos tipos de atividades econômicas exercidas por migrantes sírio-libaneses em diferentes contextos. Quanto à África Ocidental, a diversificação destas atividades dar-se-ia após a Segunda Guerra Mundial (Winder, 1992, p.307) no contexto de um amadurecimento das comunidades e das redes de sírio-libaneses na região, possivelmente estimulado pela crescente tensão no Oriente Médio a partir da criação do Estado de Israel. A diversificação da estrutura econômica da África Ocidental, que acompanhou a tendência mundial de crescimento econômico no mesmo período, certamente contribuiu para que os sírio-libaneses passassem a atuar em outras áreas de atividade além do comércio.

4.2. A economia da invasão da África Ocidental

Anthony G. Hopkins, em *An Economic History of West Africa* (1993), descreve o nexos econômico da invasão da África Ocidental pelos europeus no início do século XX. Segundo o autor, os efeitos da Grande Depressão do último quartel do século XIX e o esgotamento do modelo de integração do território oeste-africano à economia capitalista são elementos fundamentais para compreender o processo de partilha da África, muitas vezes descrito como um grande e veloz xadrez diplomático. A crise que assolou a Europa a partir do final da década de 1870 teve efeito também sobre a África Ocidental: embora a produção das matérias-primas para o mercado europeu estivesse em franca

ascensão, a demanda caiu radicalmente, e com ela, os preços (Hopkins, 1993, p.135).

O encolhimento do mercado e a diminuição dos lucros levaram ao acirramento de disputas econômicas no setor comercial. Por um lado, crescia a competição entre companhias européias, por outro, os europeus sofriam a competição de comerciantes africanos “europeizados”. Estes africanos, alguns deles libertos retornados das Américas, tinham companhias sediadas na costa e atuavam sobretudo na importação e varejo de bens de consumo, e na intermediação das relações entre as grandes companhias européias e os produtores agrícolas do interior. Ao longo do século XIX, companhias européias e africanas conviveram nos enclaves coloniais da costa da região. Com a crise, entretanto, uns passaram a almejar o mercado dos outros: europeus queriam eliminar estes intermediários comerciais africanos entre eles e as matérias-primas para exportação; e comerciantes africanos com algum capital acumulado começavam a atuar sem a intermediação de companhias européias na exportação das matérias-primas (Hopkins, 1993, pp.57, 152-4).

Além disso, os produtores de matérias-primas do interior – africanos de inúmeras etnias, e com formas de produção e organização social muito variadas – também reagiam à queda dos preços de seus produtos, resistindo a ela e muitas vezes negando-se a vender. Muitos africanos, produtores e comerciantes que haviam contraído empréstimos junto às companhias européias tornaram-se insolventes, e eram acusados de outras práticas maliciosas, como a venda de óleo vegetal fraudado. Neste contexto, os comerciantes europeus começaram a reclamar às metrópoles atitudes em relação aos africanos, comerciantes e produtores, e nisso foram secundados pelos administradores coloniais.

A demanda por uma política colonial mais ativa na África Ocidental variava em conteúdo de território para território, mas apresentava elementos

comuns fundamentais. Por um lado, tratava-se de impor um domínio europeu de direito e de fato. Em relação aos Estados africanos do interior, isso significava não mais relacionar-se com eles como Estados soberanos como se fazia até então. Já não lhes seriam pagos impostos por parte dos comerciantes europeus, e a prática de interrupção do fornecimento de produtos às companhias costeiras para forçar a subida de preços seria combatida pela força. Igualmente seriam combatidos os intermediários africanos na costa, acusados de práticas de concorrência desleal. Por outro lado, havia a percepção, contrária à visão preponderante no século XIX, de que a expansão do mercado africano para os produtos europeus não se daria sem mais presença militar e administrativa dos Estados imperiais na região (Hopkins, 1993, p.156).

Às vozes das companhias comerciais e dos administradores coloniais presentes na região juntavam-se os interesses dos industriais nas metrópoles, também ávidos por novos mercados para seus produtos, especialmente diante da estagnação econômica por que passava a Europa. É este o contexto econômico que Hopkins julga ser um dos elementos básicos para compreender a impressionante invasão da África Ocidental por poderes europeus. Como exemplo do quanto este processo, no lado europeu, se deu pela conjugação de diversos interesses – estatais e privados, econômicos e políticos, além do importante papel exercido por diversas igrejas, através da missionação –, vale mencionar o regime de concessões.⁴²

O impulso econômico por trás da invasão da África Ocidental não era apenas de expansão e domínio europeu na competição com africanos. A

42 Em grandes porções de território, em toda a África ao sul do Saara, as atividades de administração pública e mesmo de policiamento eram exercidas sob concessão por grandes companhias privadas, que detinham o monopólio de exploração econômica dos territórios que elas controlavam, inclusive a cobrança de impostos. Estas companhias muitas vezes tinham capital de origem coincidente com os impérios que faziam concessão, muitas delas inclusive tinham seu capital dividido em vários países europeus. A Guiné Portuguesa quase não experimentou esse tipo de ocupação, tendo havido apenas uma concessão duradoura, e não muito grande (Pélissier, vol. II, p.26). No Império português, o caso mais notável é o das imensas concessões feitas, em grande parte a companhias de capital britânico, em Moçambique.

preponderância do critério de “ocupação efetiva” sobre o de “esfera de influência” nas conferências de Berlim, entre 1884 e 1885, e Bruxelas, em 1890, foi o marco diplomático não apenas das regras de disputa e conduta das potências europeias no continente africano (Brunschwig, 2004), mas do início de uma grande corrida econômica entre elas (Fage, 1969, pp.163-5). Isto porque, ao mesmo tempo em que a ascensão da Alemanha e as pretensões imperiais da França alteravam o quadro geopolítico na Europa, a grande depressão do final do século XIX levou ao declínio do livre-comércio como modelo do comércio internacional. Assim, a invasão da África Ocidental no período 1880-1914 era também uma disputa por mercados que, uma vez “efetivamente ocupados”, tornavam-se reservados ou, ao menos, preferenciais.

Naquele momento, a França via a Grã-Bretanha se distanciar cada vez mais, tornando-se a maior potência econômica mundial, e ao mesmo tempo, via-se ameaçada pelo crescimento da economia alemã. A África Ocidental aparecia como uma grande oportunidade, e os franceses tomaram a iniciativa de implantação do modelo de imperialismo que esteve vigente ao longo da primeira metade do século XX na região. Foi implantada uma política econômica protecionista em seus territórios já a partir de 1877 (Hopkins, 1993, p.160)⁴³ e os contornos de seu domínio, definidos em 1900, foram expandidos pela via militar de modo impressionante, alcançando do Senegal ao Lago Chad, além de boa parte da costa. Em 1902, as colônias francesas na região foram consolidadas como África Ocidental Francesa (AOF), com governo central em Dakar, Senegal, e aproximadamente 4,7 milhões de quilômetros quadrados de território (Fage, 1969, pp.176-8).

⁴³ Vale notar que o protecionismo implementado, em medidas diferentes, por todas as potências coloniais presentes na região antes de 1930 foi apenas uma prévia. A Grande Depressão da década 1930 levaria os poderes europeus a adotar um protecionismo muito mais radical em relação a suas colônias africanas (Hopkins, 1993, pp.174-6).

Aos britânicos coube manter sua posição de principal potência econômica da região. Para isso, asseguraram a “ocupação efetiva” de seus territórios, mantendo um conjunto economicamente muito relevante de colônias. No conjunto, Nigéria, Costa do Ouro (atual Gana), Serra Leoa e Gâmbia geravam um movimento comercial superior ao de toda a AOF, apesar de ser quase quatro vezes menor em território (Hopkins, 1993, pp.178-9; Fage, 1969, p.175). A terceira força na região eram os alemães, que detiveram, até o fim da Primeira Guerra Mundial, o pequeno território do Togo.⁴⁴ Apesar da parca presença territorial, as companhias comerciais alemãs tiveram uma participação muito importante na região entre 1880 e 1914, tendo elas inclusive retomado parte de sua atuação no entreguerras (Hopkins, 1993, 157-64, 175). Como sabemos, a Portugal coube a Guiné, com o território bastante diminuído em relação às pretensões portuguesas pré-1880. Sobre ela, falaremos mais adiante.

4.3. Comércio externo na África Ocidental, 1900-1929

Após a invasão e a consolidação das fronteiras, o século XX na África Ocidental começou com os poderes combatendo as resistências africanas, como no caso do processo de pacificação da Guiné Portuguesa que descrevemos no capítulo anterior. De acordo com Hopkins, isto foi facilitado pelo ciclo de crescimento econômico experimentado pela região nos períodos 1900-1913 e 1922-1929. Os marcos cronológicos expressam o quão subordinada à economia mundial, dominada pelas nações industrializadas do hemisfério norte, estava a economia da região, seguindo o mesmo roteiro dos outros países não-industrializados do mundo que não haviam adotado algum regime socialista. O período de crescimento corresponde ao intervalo entre Grandes Depressões – a do final do século XIX e a que se iniciou em 1929 –, interrompido pela Primeira Guerra Mundial, entre 1914-1921.

⁴⁴ É importante lembrar que os interesses territoriais alemães no continente africano estavam concentrados em outras regiões, inclusive imediatamente ao sul da África Ocidental, onde detinham o grande território de Camarões.

O vínculo entre a África Ocidental e as economias industrializadas se dava tanto pela exportação dos produtos locais – que serviam de matéria-prima nas economias industriais – quanto pela importação de bens industrializados de consumo.⁴⁵ Com o declínio do comércio atlântico de mão-de-obra escrava, os óleos vegetais e sementes oleaginosas tornaram-se os principais produtos de exportação da região. A Senegâmbia concentrava a produção de mancarra (um tipo de amendoim), enquanto o restante da região, especialmente as colônias ao longo do Golfo de Benim, concentrava a extração dos produtos da palma, de que se exportava tanto o óleo quanto a amêndoa (também chamada *coconote*, na Guiné Portuguesa). Além desses dois produtos fundamentais, havia também no período uma economia expressiva do cacau, que representava cerca de 80% das exportações da Costa do Ouro e 20% das da Nigéria.⁴⁶

Os produtos da palma e o amendoim eram consumidos basicamente pela indústria europeia de sabão e margarina. Pelo porto de Hamburgo, abasteciam-se da amêndoa de palma o setor pecuarista alemão – que utilizava o produto restante da extração do óleo desta semente como matéria-prima para ração animal – e a indústria de margarina dos Países Baixos. Em Liverpool, a Lever⁴⁷ e outras indústrias de sabão absorviam a produção de óleo de palma, enquanto os grupos franceses do mesmo setor, concentrados em Marselha e Bordeaux, ficavam com a produção de amendoim. A produção de cacau era destinada à indústria do chocolate, liderada por empresas suíças, como a Nestlé, e a britânica Cadbury.

Diferente do que aconteceu com as exportações, os tipos de produtos importados na África Ocidental mudaram bastante em comparação com o século

45 A região só passaria a realizar alguma importação de bens de produção, ainda que diminuta, após a Segunda Guerra Mundial (Hopkins, 1993, p.174).

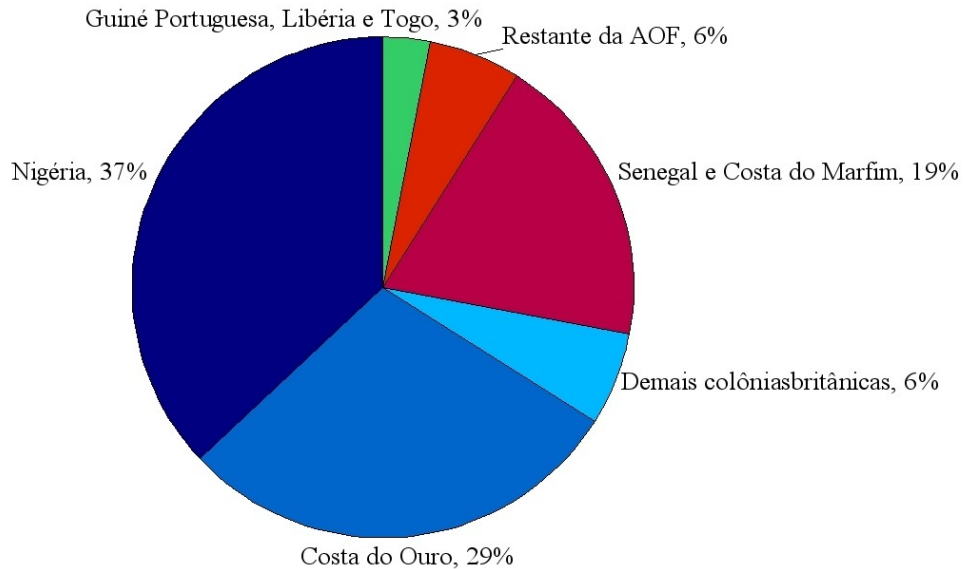
46 Os minérios, que neste período já tinham um papel central na economia de outras regiões do continente, especialmente a África Austral, só viria a ganhar importância no contexto oeste-africano a partir de 1934, com o crescimento da exploração de diamantes e minério de ferro em Serra Leoa.

47 Em 1930, a Lever e a principal produtora de margarina dos Países Baixos uniram-se para formar a até hoje gigante multinacional Unilever.

XIX, com forte declínio do comércio de bebidas alcoólicas e armamentos, afetado pelas resoluções da Conferência de Bruxelas, em 1906 (Hopkins, 1993, pp.177-8). Entretanto, os tecidos, principal produto de importação na região ao longo dos séculos XVII e XIX, mantiveram-se em seu posto, apesar das mudanças ocorridas na produção ao longo deste vasto período. Hopkins estima em cerca de 30% a parcela relativa aos tecidos no conjunto das importações da região no período 1900-1929. Produtos alimentícios também foram cada vez mais importados nas primeiras décadas do século XX, anunciando o grande aumento ocorrido após a Segunda Guerra Mundial, quando houve um grande aumento da população de colonos europeus na região. O restante dos bens de consumo importados, basicamente da Europa, pela África Ocidental era bastante variado, incluindo ferramentas, utensílios domésticos e produtos alimentícios.

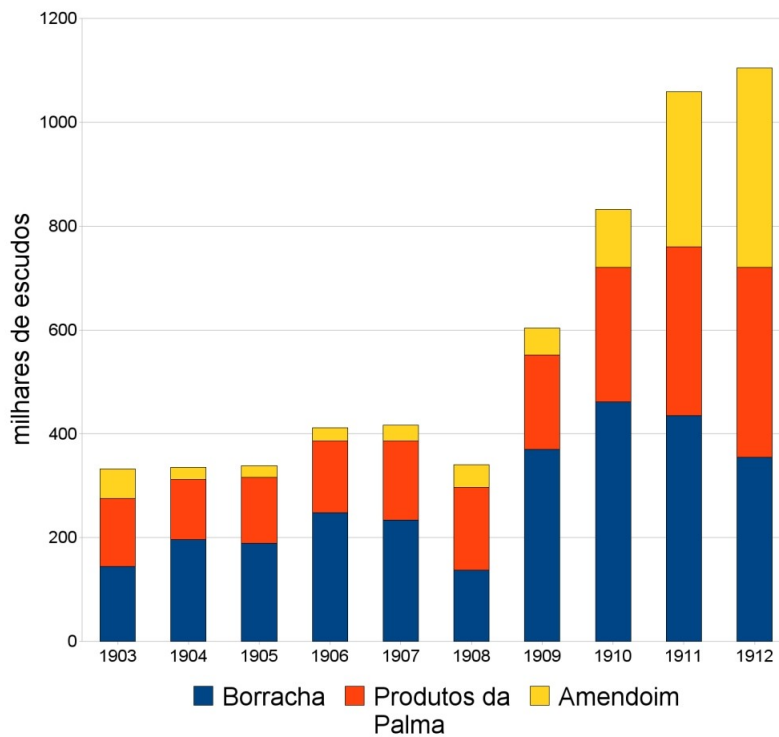
As administrações coloniais européias, na medida em que avançavam na ocupação e “pacificação” dos territórios, tornavam efetiva a proibição do comércio de armas, e confiscavam as existentes. No caso do álcool, há uma primeira queda, antes da Primeira Guerra Mundial, associada ao declínio dos intermediários comerciais africanos, que usavam aguardente como moeda de troca nas transações com os produtores no interior da região. Após a guerra, medidas legislativas levaram a uma diminuição ainda mais radical deste comércio, como resultado da combinação de dois fatores: (1) o discurso moralizante dos colonizadores acerca do alcoolismo na África, expresso, por exemplo, nas resoluções da convenção de Bruxelas de 1906; e (2) a reação de franceses e britânicos ao crescimento da participação alemã no comércio do continente. Até aquele momento, o comércio de bebidas alcoólicas para a África Ocidental era dominado por fornecedores de aguardente de cereais barata sediados em Hamburgo.

Figura 6: Participação das colônias nos valores exportados na África Ocidental, 1900-1960



Elaborado a partir de dados apresentados por Hopkins (1993).

Figura 7: Principais exportações da Guiné Portuguesa, 1903-1912



Elaborado a partir de dados compilados por Trajano Filho (1998, p.278).

A “ocupação efetiva” da África Ocidental e a implementação de políticas protecionistas em relação às principais importações e exportações logo no início do século XX levou a uma situação em que as transações do comércio externo de cada colônia se concentrassem na relação com a respectiva metrópole. Apesar de ter sido pioneira neste processo e da vastidão de seu território, a França não chegou a ameaçar a Grã-Bretanha em seu posto de principal potência comercial da região. O gráfico acima (Figura 6, p.71) mostra as estimativas de participação das colônias nos valores exportados pela região no período 1900-1960, e é um bom indicador da participação no total do comércio externo.

É importante notar que se tratava de uma economia bastante concentrada. Descontadas as participações dos quatro principais exportadores – Nigéria, Costa do Ouro, Costa do Marfim e Senegal –, restam 15% dos valores exportados a serem distribuídos entre dez territórios: os britânicos Gâmbia e Serra Leoa; os franceses Sudão Ocidental, Niger, Guiné Francesa, Alto Volta, Daomé; o Togo, alemão; a Libéria independente; e a Guiné Portuguesa. Com isto, podemos estimar entre 1% e 3% a participação de cada um destes territórios nas exportações da região; ou seja, dez entre as quatorze colônias da região tinham posição semelhante, de baixa importância econômica.

A produção das exportações da África Ocidental no período dava-se majoritariamente em pequena escala. Para Hopkins, as características dos produtos e da produção da mancarra e dos derivados da palma possibilitavam isto. Em comparação com o tráfico de escravos, em séculos anteriores, e com outros produtos exportados a partir do continente africano entre o final do século XIX e a metade do XX, este tipo de produto demandava menos mão-de-obra por área de produção e tinha o rendimento menos afetado pela escala de produção. Assim, enquanto atividades de mineração e produtos agrícolas que demandam beneficiamento (como o algodão) favoreciam a concentração da produção em grandes unidades e exigem grandes investimentos; uma unidade doméstica tinha

boas condições de trabalhar no cultivo e extração da palma e da mancarra de forma independente. No caso destes produtos, o sistema de *plantation* não representava grandes ganhos de produtividade (Hopkins, 1993, p.125).

Não se pode reduzir a explicação do caráter muito descentralizado da produção agrícola na região apenas às características daquilo que era produzido. É plausível supor que houvesse influência também das relações sociais locais e do tipo de interação resultante do avanço do comércio, dos exércitos e das burocracias coloniais, mas este é um assunto muito pouco estudado. De qualquer modo, a descentralização também era uma característica importante do modo como se organizava a distribuição desses produtos ou, melhor, seu fluxo rumo aos mercados europeus. A forma de produção demandava que o setor comercial se espalhasse pelo interior para absorver a produção e encaminhá-la aos portos da costa, de onde era transportada para a Europa. As companhias européias que dominavam o comércio marítimo intercontinental fizeram diretamente muito pouco para realizar esta entrada pelo território, restringindo sua presença a sucursais nas principais cidades do interior.

A função de fazer chegar às grandes companhias comerciais o produto do trabalho das pequenas unidades produtivas da região – vencendo distâncias tanto espaciais quanto sociais – coube a pequenos e médios comerciantes. Em grande medida, os africanos “europeizados” que já eram intermediários sociais e comerciais desde o século anterior – mas que antes estavam localizados mais nas regiões próximas à costa – cumpriram este papel. Porém, tanto pela perda de *status* e poder econômico sofrido por essa categoria – conforme discutimos acima – quanto pela grande expansão do volume de exportações experimentada pela região no período (Hopkins, 1993, p.174), houve espaço para que outros agentes se tornassem também intermediários. Em parte, este lugar foi ocupado em cada colônia por seus respectivos metropolitanos, e em parte, pelos migrantes sírio-libaneses em sua chegada à África Ocidental.

A literatura que descreve a competição entre os três conjuntos distintos de comerciantes intermediários – euro-africanos, europeus e sírio-libaneses – indica que só na AOF houve uma população significativa de europeus, sendo que, nos demais territórios, a competição era apenas entre euro-africanos e sírio-libaneses (Trajano Filho, 1998, p.274-302; Boumedouha, 1992, pp.554-8; Leighton, 1992, pp.581-2). Esta mesma literatura indica também a preponderância dos sírio-libaneses sobre seus competidores. O modelo de exploração econômica da região, baseado em comércio, e não na participação direta na produção, ajuda a entender o tamanho reduzido da população européia no interior das colônias.⁴⁸ Porém, é preciso olhar mais detalhadamente para aventar uma descrição das atividades dos intermediários ali e, o que nos interessa particularmente, começar a compreender o processo de estabelecimento dos sírio-libaneses na região, especialmente na Guiné Portuguesa.

4.4. Novos intermediários comerciais na África Ocidental

É difícil exagerar a importância do comércio de tecidos de Manchester para o estabelecimento dos migrantes sírio-libaneses na África Ocidental e vice-versa. Como vimos, os tecidos constituíam aproximadamente um terço das importações da África Ocidental ao longo da primeira metade do século XX e, segundo Fred Halliday, para os comerciantes sírio-libaneses em Manchester:

A conexão oeste-africana era especialmente importante já que, apesar de os libaneses ali não serem tão numerosos [como na América do Sul] – alguns milhares em cada país – sua posição como comerciantes era muito forte, dado o nível baixo de comércio internacional prévio na região (Halliday, 1992, p.171).⁴⁹

Ainda segundo Halliday (p.172), os sírio-libaneses de Manchester abriram as portas da África Ocidental para os tecidos e outros produtos da

48 Hopkins estima uma população branca flutuante em torno de 130 mil pessoas na África Ocidental, na primeira metade do século XX (1994, p.171).

49 “The West African connection was especially important since, although the Lebanese there were not as numerous [as in South America] - a few thousands in each country - their position as traders was very strong given the previously low level of international commerce in that region”.

indústria britânica. Uma das questões que as redes comerciais sírio-libanesas suscitam é sobre como estes migrantes conseguiram se estabelecer, ao menos do ponto de vista econômico, em atividades muito semelhantes, em contextos tão diversos quanto as recém-estabelecidas colônias européias na África Ocidental, a grande potência mundial emergente, os EUA, países da América Latina e as ilhas do Caribe. Não pretendemos aqui enfrentar tamanho desafio, mas entender quais eram as principais características específicas deste processo de estabelecimento na África Ocidental e, particularmente, na Guiné Portuguesa.

A literatura que aborda as primeiras décadas da presença de sírio-libaneses em diferentes contextos específicos da África Ocidental – Serra Leoa (Leighton, 1974; 1992), Senegal (Boumedouha, 1992), Costa do Marfim (Bierwirth, 1997; Peleikis, 2000) e Nigéria (Falola, 1990; Winder, 1962) – indica que a trajetória inicial destes migrantes ali coincide, em linhas gerais, com a dos sírio-libaneses no resto do mundo no mesmo período (ver capítulo 2). Também na África Ocidental, eles atuaram no comércio, inicialmente como mascates, e estabeleceram-se como varejistas e intermediários no comércio internacional de bens de consumo, bastante apoiados em outros sírio-libaneses do local, da região e de outros continentes.

Onde o europeu relutava ou era incapaz de ir, o comerciante [libanês] adentrava o mato, demonstrando grande interesse no africano e dedicando tempo a familiarizar seu freguês com a utilidade dos novos utensílios. Os compatriotas que permaneceram em Freetown começaram a abastecer o comerciante do interior com itens para venda em troca de produtos agrícolas, e logo aqueles que foram para o interior começaram a construir pequenas lojas nos terminais ferroviários e deixaram de fazer as longas viagens a Freetown (Leighton, 1992, p.582).⁵⁰

50 “Where the European was unwilling or unable to go, the [Lebanese] trader penetrated the bush, showing a keen interest in the African, and taking the time to acquaint his customer with the utility of the new wares. Their compatriots who remained in Freetown began to supply the up-country trader with trade items in exchange for produce, and in time those who had gone up-country began to build little stores at the railheads and ceased their time-consuming trips back to Freetown.”

A descrição acima, apresentada por Neil Leighton em estudo sobre os sírio-libaneses em Serra Leoa, além de tocar a questão da integração dos migrantes entre si, traz elementos referentes a detalhes de seu processo de estabelecimento relacionados com o contexto social geral e o econômico, em particular, tal como descritos anteriormente. Estes detalhes, presentes também em outros estudos dedicados à região, dizem respeito ao modo de vida dos sírio-libaneses na África Ocidental e dão indícios de que a chave para compreender sua inserção ali está em suas relações com a população local do interior. Said Boumedouha, em estudo sobre o Senegal, elenca como razões da vantagem dos comerciantes sírio-libaneses sobre os competidores franceses o emprego e mão-de-obra familiar, o nível de consumo mais baixo e o conhecimento dos idiomas locais, que facilitava a barganha e permitia o oferecer crédito de forma mais segura (1992, p. 556).

Ainda segundo Boumedouha, “os franceses se distanciavam dos [fregueses africanos] porque supostamente representavam *la nation civilisatrice*”⁵¹ (1992, p.556). Os elementos apontados pelo autor como constitutivos da vantagem econômica os sírio-libaneses sobre os franceses são também indícios de que os primeiros não compartilhavam com os segundos a idéia, projeto ou experiência de civilização. Isto nos sugere que, no contexto da África Ocidental, os hábitos e as relações mais próximas com os africanos os colocou, ao mesmo tempo – e de forma indissociável –, em uma posição vulnerável na relação com o poder colonial, e em vantagem no que diz respeito à competição econômica no setor em que se inseriram. Nas próximas páginas pretendemos explorar esta hipótese no contexto da Guiné Portuguesa.

51 "the French distanced themselves from the [African customers] because they supposedly represented *la nation civilisatrice*".

4.5. A economia da Guiné Portuguesa sob a República

O regime republicano em Portugal foi instaurado em um período de grave crise econômica que afetava toda a Europa e que se arrastava pelo menos desde a década de 1870. As economias agrárias foram especialmente afetadas. Portugal, que era uma delas, sofreu um aprofundamento da defasagem econômica e tecnológica que advinham de sua incapacidade de acompanhar o ritmo das mudanças ensejadas pela revolução industrial. A estrutura produtiva portuguesa, quase exclusivamente agrária, ficou profundamente atrelada à economia britânica a partir da metade do século XVIII. A importante marinha mercante portuguesa declinou vertiginosamente a partir da metade do século XIX, pois na ausência de capital financeiro e técnico, foi incapaz de converter a frota à navegação a vapor (Clarence Smith, 1985, p.16).

Com a queda dos preços dos produtos agrários e a dependência externa na aquisição de insumos – diversos minérios, especialmente carvão e, posteriormente, derivados do petróleo – que sofria a pequena indústria portuguesa, houve uma série longa de resultados negativos no balanço de pagamentos. Com as reservas diminuindo ano a ano, incidiu gravemente também sobre o escudo e as finanças portuguesas em geral. O protecionismo adotado na política econômica relativa ao ultramar no período 1890-1910 não conseguiu amenizar a crise. Segundo Clarence-Smith, a ausência de competição forjada por este protecionismo contribuiu para a manutenção da imensa defasagem da indústria e transportes portugueses em comparação com os principais poderes europeus e os EUA (1985, p.17).

Durante o século XIX, Portugal e as populações estabelecidas nos enclaves africanos não souberam converter a afluyente economia baseada no comércio escravo. Um exemplo disto é a própria manutenção deste comércio nos territórios portugueses, onde resistiram por muito tempo, entrando na segunda metade do século XIX e mantendo resquícios até nas primeiras décadas do XX. A

grande mudança ansiada pelos apoiadores da República e que logo começou a ser implementada foi a da política econômica em relação ao ultramar. O império na África, especialmente em Moçambique e Angola, era visto como potencialmente lucrativo. Clarence-Smith, porém, alerta para os limites deste potencial, considerando que na “partilha” do continente Portugal não reteve os territórios mais ricos em recursos que pretendeu.

Neste contexto, associado também ao declínio da importância econômica de São Tomé e Príncipe e à grande expansão experimentada pelo comércio exportador da África Ocidental, situa-se o aumento da importância econômica relativa da Guiné Portuguesa para a metrópole. No que diz respeito ao Estado, isto se manifestou na presença e organização da administração colonial e seus investimentos em obras públicas, especialmente na área de infra-estrutura para os transportes e comunicações. Quanto aos interesses econômicos privados, o período foi de aumento da participação portuguesa em investimentos e no comércio da Guiné, em termos superiores ao do ultramar como um todo (Pélissier, 1989, vol. II, p.141).

Até 1910, a política portuguesa para obtenção de reservas era baseada no monopólio português em diversos setores de atividade no ultramar, especialmente dos portos nacionais como receptores das exportações africanas. Na prática, isto criou um sistema de reexportações, em que os produtos coloniais exportados para os países europeus industrializados eram taxados duas vezes, na colônia africana e em Portugal. O regime republicano eliminou a obrigatoriedade de reexportação e os monopólios, colocando em seu lugar um protecionismo moderado, baseado em tarifas diferenciais. Segundo Clarence-Smith, esta política, em princípio eficaz, foi atrapalhada pela instabilidade do regime, refletida na grande instabilidade da política fiscal em relação ao ultramar. O resultado foi que, embora os investimentos portugueses no ultramar tenham subido em relação aos investimentos estrangeiros no período, a participação portuguesa no comércio

externo das colônias caiu de 15%, patamar em que se encontrava no fim da monarquia, para 10% em 1926 (1985, p.122).

Quanto às finanças públicas, as reformas realizadas a partir de 1910 tiveram grande impacto, nem sempre positivo, em todos os territórios africanos. A Guiné não foi incluída na descentralização mais radical implementada em Angola e Moçambique em 1920, na tentativa de cobrir a grande dívida contraída por Portugal durante a Primeira Guerra Mundial, e que acabou se tornando um escândalo financeiro internacional e contribuindo para o agravamento dos problemas que buscava sanar. A descentralização mais moderada promovida na Guiné – e também nas demais colônias africanas – suscitou administrações eficientes que, exceto pelo período da guerra, mantiveram o balanço de pagamentos da colônia equilibrado.

Em sua posição mais discreta, a Guiné não foi objeto de grandes projetos de desenvolvimento por parte do Estado português. Entretanto, a situação de razoável equilíbrio político (ver capítulo 3) e econômico que viveu ao longo da República, possibilitou a manutenção de um nível estável, ainda que modesto, de investimentos públicos em infra-estrutura. Os transportes e as comunicações foram priorizados, com a expansão da rede telegráfica e do serviço de correios e a melhoria das condições de navegação do Rio Geba (Figura 5, p.46), principal via de escoamento para a costa da produção agrária do território. Os principais centros urbanos dos extremos deste rio – Bissau, na costa, e Bafatá, no interior – concentraram também investimentos em urbanização.

Bissau tornou-se, nas primeiras décadas do século XX, o principal porto exportador da Guiné, suplantando a capital, Bolama, e Cacheu. A cidade é o porto natural do Rio Geba, um grande potencial econômico que pôde se realizar plenamente a partir da construção de um desembarcadouro, durante o mandato do Governador Pereira de Almeida (1910-1913), e da “pacificação” dos resistentes

Papel da ilha de Bissau pelas colunas do Capitão Teixeira Pinto, em 1915 (ver capítulo 3). Bafatá, por sua vez, era o principal porto interior do Rio Geba, e teve seu crescimento econômico associado, por um lado ao comércio intermediário – em que os sírio-libaneses tiveram, como veremos adiante, papel fundamental –, e por outro, à incomum administração da circunscrição civil de que era sede.

4.6. Comércio externo da Guiné Portuguesa, 1910-1926

A organização do comércio externo da Guiné Portuguesa era conforme o padrão regional descrito anteriormente, com algumas características que podem ser atribuídas às particularidades do domínio português e ao tamanho reduzido de sua economia. Parte da bibliografia sobre o império português na África associa esta pequenez da economia guineense a uma incompetência econômica portuguesa generalizada, que ficaria explícita na comparação entre o seu e os demais impérios europeus no continente. Os argumentos mais radicais defendem a idéia de um império português “não econômico”, cuja ação no ultramar dedicava-se basicamente à busca de prestígio na Europa e à construção de uma identidade nacional (Hammond, 1966). É verdade que os portugueses lucraram menos do que outras potências com o empreendimento colonial nos séculos XIX e XX, como também é verdade que isto em parte deve-se à incompetência do Estado e dos capitalistas portugueses. Porém, não se deve essencializar este fracasso relativo, nem para dizer que o império não era econômico, nem para reduzir a isto as realidades econômicas particulares de cada colônia portuguesa.

Como demonstram os dados sobre exportações da África Ocidental discutidos anteriormente (p.72), a Guiné era sim uma economia pequena, assim como eram nove outras das quatorze economias da região. Isto nos sugere que a comparação da economia da Guiné Portuguesa na primeira metade do século XX com as demais economias da região – grandes e pequenas – pode revelar coisas que a insistente abordagem concentrada no império português não revela.

Complementarmente, a incorporação da perspectiva regional à história econômica da Guiné Portuguesa, ainda por fazer, pode colaborar na desconstrução da idéia de excepcionalidade do colonialismo português no que diz respeito às relações econômicas com o ultramar. Feito este parêntese, passemos às informações sobre o comércio externo da Guiné no período.

Os principais produtos exportados pela Guiné Portuguesa no período eram o amendoim e os derivados da palma, como no resto da região, e também a borracha, que fora importante também nas exportações do Senegal, até o início do século XX. Dispomos de dados mais precisos para a proporção entre os três produtos no conjunto das exportações apenas para o período 1903-1912, como demonstra o gráfico acima (Figura 7, p.71). Porém, Mendy indica que a paridade entre os três produtos se desfez nos anos subsequentes, com a manutenção da tendência de queda na produção da borracha e a preponderância do amendoim sobre os produtos da palma (1990, pp.124-8). Mendy estima a média de 16 mil toneladas anuais de amendoim exportado no período 1918-1927 (1990, p.28), e Cortesão apresenta dados sobre a exportação de amêndoa da palma que resultam na média de cerca de 9 mil toneladas anuais entre 1917 e 1924 (1925, p.122).⁵²

Segundo Pélissier, o advento da República na metrópole coincidiu com uma “profunda modificação na corrente de trocas” na Guiné, em benefício da participação portuguesa (1989, vol. II, p.124). Há um exagero nisso, pois o comércio externo do território continuou dominado por companhias estrangeiras, especialmente alemãs, que haviam suplantando a hegemonia francesa no setor já no início do século XX. Segundo dados do autor, a participação alemã caiu de aproximadamente 62%, em 1903, para 47% dez anos depois, cedendo espaço para companhias portuguesas, cuja participação, abaixo dos 10% em 1903, elevou-se a cerca de 24% em 1913 (*idem*, pp.140-1). Companhias francesas e

52 Não encontramos dados sobre a exportação do óleo de palma neste período.

belgas participavam do mercado em cotas de 7% e 5%, respectivamente. Os dados apresentados por Mendy demonstram que estas proporções mantiveram-se mais ou menos as mesmas até a Segunda Guerra Mundial, exceto por um intervalo durante a Primeira Guerra Mundial, quando a participação portuguesa no comércio da Guiné atingiu picos de 70%, em 1918 (1990, p.31).

Como no restante da região, os principais produtos importados eram os tecidos, os armamentos e a pólvora, as bebidas alcoólicas e os alimentos. Os alemães eram os grandes fornecedores de armamentos e pólvora – utilizados inclusive pelas forças armadas portuguesas –, e de bebidas destiladas, até o declínio da venda destes dois produtos em toda a África Ocidental na década de 1910, como vimos antes. A importação de produtos alimentícios e de vinho acompanhou o crescimento da população metropolitana na Guiné ao longo da primeira metade do século XX, e vinha quase exclusivamente da própria metrópole. O principal produto de importação, como em toda a região, eram os tecidos. Não encontramos dados precisos, mas Pélissier indica que portugueses e alemães participavam deste mercado (1989, vol. II, pp.140-1). Clarence-Smith, complementarmente, mostra a importância dos mercados ultramarinos africanos para a precária indústria têxtil portuguesa, que exportava 97% de sua produção para estes locais (1985, pp.124-5).

Os britânicos, apesar de ausentes da disputa entre companhias comerciais na Guiné Portuguesa, também tinham participação na economia da colônia. É plausível imaginar que as companhias atuantes na Guiné vendessem produtos britânicos. Além disso, eram geralmente britânicas as empresas contratadas para executar obras públicas na colônia. Portugal, por ter uma estrutura de educação formal muito precária, não contava com engenheiros suficientes para suprir a demanda na metrópole e no ultramar (Clarence-Smith, 1985, p.141).

4.7. Os sírio-libaneses no comércio interno da Guiné Portuguesa

Os sírio-libaneses tornaram-se intermediários indispensáveis ao comércio exportador e importador dominado por companhias comerciais alemãs e portuguesas no início do século XX. A descrição desta posição econômica – associada a sua postura política ao longo do período, conforme discutido no capítulo anterior – é muito importante para compreender a presença continuada dos sírio-libaneses na Guiné Portuguesa. A análise contribui também para o estudo mais amplo da presença destes migrantes em toda a África Ocidental a partir do final do século XIX. São dois os elementos fundamentais para descrever as atividades comerciais dos sírio-libaneses na Guiné Portuguesa: sua distribuição no espaço da colônia e o modo como se relacionavam com a população local.

Em artigo sobre a economia da Guiné sob domínio português, Mendy (1990, pp.32-4) descreve a organização do comércio interno da colônia resultante da grande expansão das atividades de exportação e importação no período 1909-1925, e o lugar dos sírios-libaneses nisto. Ao final deste período, havia 24 cidades e vilas que contavam com a presença de companhias comerciais consideradas pela administração colonial como centros comerciais de primeira e segunda classe. Há indícios da presença de libaneses em pelo menos oito destes centros comerciais, ao longo dos principais rios da Guiné, exceto o Rio Grande. Cinco deles de “primeira classe” – Bissau, Bafatá, Bambadinca, Sonaco e Farim – e três de “segunda classe” – Cacheu, Geba e Xitole (ver também capítulo 3).

Dados apresentados por Mendy referentes à presença dos sírio-libaneses confirmam a tendência de concentração no interior da província que já se encontra nos dados sobre esta população apresentados por Calvet de Magalhães (1916, mapa nº 1) no início da década de 1910. Em 1948, apenas algumas companhias comerciais maiores de sírio-libaneses, como a Aly Souleimane & Cia., e representantes das companhias que atuavam no interior estavam presentes nos portos marítimos de Cacheu e Bissau. Ao mesmo tempo,

as firmas sírio-libanesas representavam aproximadamente metade dos estabelecimentos comerciais em Geba, Xitole, Farim e Bafatá, esta última, o segundo principal centro comercial de todo o território, atrás apenas de Bissau. Nas localidades de Bambadinca e Sonaco, esta proporção chegava a 70% (Anuário da Guiné Portuguesa, 1948).

A lista de estabelecimentos comerciais na circunscrição civil de Geba em relatório referente ao período 1909-1914 indica que “mais de vinte” dos 38 estabelecimentos comerciais de Bafatá pertenciam a “sirianos”, e que eles estavam presentes também em pelo menos três outras localidades. O mesmo relatório aponta que a chegada dos “sirianos” é um aspecto importante da transformação da vila em um centro comercial tão importante:

Conforme se vê pelo mapa nº 1, anexo a êste relatório, há sessenta e dois estabelecimentos na Circunscrição.

Êste número é elevadíssimo, se considerarmos que em 1909, quando tomei conta desta Administração, apenas havia dez estabelecimentos comerciais, sendo apenas destes, três importantes.

A colónia siriana, que aqui começou a aparecer em 1911, é hoje já elevadíssima e bastante importante. (Calvet de Magalhães, 1916, p.11).

No período 1910-1926, os sírio-libaneses em Bafatá e nas localidades vizinhas ajudaram a constituir, ao longo do Rio Geba, o principal eixo comercial da Guiné Portuguesa, que manteve sua importância ao longo de todo o período colonial e se mostra relevante até hoje. A área de influência do Geba abrange todo o centro e nordeste da Guiné, região rica nos três principais produtos de exportação da colônia. O Rio Corubal, apesar de sua grande extensão e de cruzar uma região também bastante fértil, só era navegável, naquele momento, até Xitole, onde uma queda d'água impedia a passagem dos barcos. Naquele

momento, os produtores localizados na parte alta do Rio Corubal iam à região de Bafatá para comercializar seus produtos e adquirir artigos importados.

Tudo indica que a produção agrícola era captada pelos pequenos comerciantes sírio-libaneses espalhados na região, nos afluentes do Geba. Estas mercadorias eram somadas àquelas já captada nos portos ao longo do rio principal – Bafatá, à jusante, e Bambadinca, à vazante –, e então encaminhadas em grandes lotes para as companhias do comércio externo em Bissau. O pequeno número de sírio-libaneses presentes em Bissau era responsável por receber os lotes e pelo relacionamento com as companhias européias, às quais vendiam os produtos agrícolas locais e das quais compravam as importações a serem vendidas no interior. Não encontramos informações sobre companhias sírio-libanesas atuando diretamente no mercado externo no período 1910-1926, embora já em 1940 a Aly Souleimane & Cia. o fizesse em grande escala, com sede em Bissau e dezenove sucursais no interior (Mendy, 1990, p.34).

Um esquema semelhante, mas em menor escala, estava estabelecido no segundo principal eixo comercial da Guiné Portuguesa, ao longo do Rio Cacheu. Além das dificuldades da pacificação discutidas no capítulo anterior, esta era a região que concentrava a atividade dos *ponteiros*, crioulos produtores de álcool e intermediários comerciais, de origem cabo-verdiana. Este foi exatamente o setor comercial que entrou em grande conflito com a administração portuguesa, o comércio europeu e sírio-libanês no período, através de seus representantes em Bissau, a Liga Guineense.

O modo como os sírio-libaneses se organizavam no espaço é um aspecto fundamental de sua colocação no circuito de mercadorias, como elemento que ligava os produtores agrícolas do interior aos agentes comerciais dedicados à exportação do amendoim, da amêndoa da palma e da borracha. Esta organização é também um indício do modo como que se davam as relações dos sírio-libaneses

entre si, algo que reforça a idéia de rede que vimos sugerindo. Um indício de como funcionava esta rede no contexto da Guiné, já no início da década de 1910, está no relatório de Pereira. Referindo-se ao clima turbulento no comércio de Bissau no início da década de 1910, o autor considera que os “sirianos” constituem uma “espécie de sindicato” que os protege na “guerra” a eles declarada pelos comerciantes europeus que, não obstante, compram os produtos dos primeiros (Pereira, 1914, p.111).

O outro elemento que consideramos fundamental para o estabelecimento dos sírio-libaneses na Guiné Portuguesa como intermediários comerciais é sua relação com a população local. Este é um assunto que só pode ser abordado de forma muito indireta, tendo em vista o modo como as fontes administrativas estudadas referem-se aos dois elementos da relação. Como buscamos demonstrar até aqui, os sírio-libaneses aparecem nas fontes administrativas do período estudado sempre dentro de descrições do comércio na colônia e arrolamentos da população. O tom de desconfiança que aparece nos relatório de Pereira e Calvet de Magalhães está associado, em parte, ao descontentamento de comerciantes europeus e crioulos, aos quais a administração, interpelada, precisa responder.

A desconfiança surge também a propósito da suposta exploração dos “indígenas”, a quem a administração, em sua função civilizadora, precisa proteger. Mas a desconfiança é só um dos aspectos da questão, pois as descrições dos administradores revelam uma ambiguidade diretamente relacionada a uma dificuldade de classificação. Como buscamos demonstrar no capítulo anterior, a desconfiança dos administradores em relação aos sírio-libaneses está associada ao problema que a conduta destes comerciantes apresentava para as categorias básicas das relações coloniais: “civilizados” e “indígenas”. Por um lado, como vimos, esta ambiguidade se expressou como vulnerabilidade política, no episódio da Liga Guineense. Por outro lado, como buscamos demonstrar agora, os

elementos que aparecem nas descrições como algo que os afastava da civilização são os mesmos que fizeram dos sírio-libaneses bons comerciantes funcionais à economia da colônia.

Nas palavras de Calvet de Magalhães, “[os sirianos] vivem, em geral, miseravelmente, restringindo as suas necessidades ao mínimo possível” (1916, p.11). Este modo de vida “miserável” é outra face da “insensibilidade moral” que, segundo Pereira, os levava a enganar os indígenas:

Por sua insensibilidade moral, pelos procedimentos condenáveis que ele adota em suas transações com os indígenas, pelo conhecimento que possui dos costumes e da língua destes, o sírio é um concorrente ameaçador (Pereira, 1914, p.111).⁵³

Ao que tudo indica, o “viver miseravelmente” era viver nas condições de “falta de higiene” que caracterizavam a vida “indígena”. Isto incluía, certamente, ter a palhota, ou algo semelhante, como moradia e adotar hábitos alimentares locais; também, provavelmente, uma série de outros aspectos da sociabilidade indígena, inclusive casamentos e rituais. Ou seja, as evidências de “insensibilidade moral” eram também os elementos que diferenciavam os sírio-libaneses na competição com outros comerciantes intermediários: a proximidade com os “indígenas” lhes permitia “conhecer os usos e a língua” deles. Na linguagem econômica, o que aos olhos dos administradores configurava a ambiguidade social dos sírio-libaneses, pode ser descrito como a vantagem comparativa que fez deles “operador[es] empreendedor[es], de baixo custo” (Hopkins, 1993, p.200)⁵⁴, tal como descrito por Bayly Winder:

o sucesso dos libaneses na competição por preços baseava-se nas vantagens de custos de negócio e pessoais baixos (...) Antes da Segunda Guerra Mundial, o lojista libanês, que combinava o *know-how* com a disposição a aceitar um padrão de vida abaixo

53 “Par son insensibilité morale, par les procédés condamnables qu’il adopte dans ses transactions avec l’indigène, par la connaissance qu’il a des usages e de la langue de ce dernier, le *Syrien* est un concurrent d’angereux”

54 “Entreprising, low-cost operator”.

daquele do europeu, não importa se oficial colonial ou empreendedor, pode dominar o comércio varejista (Winder, 1962, p.310).⁵⁵

Acreditamos que há um grande campo para o aprofundamento deste aspecto do processo de estabelecimento dos sírio-libaneses na Guiné Portuguesa. As fontes administrativas só arranham a superfície da questão, pois estão constrangidas pelas categorias de operação do colonialismo português. A incorporação de fontes presenciais e documentais que permitam uma descrição complexa das relações entre os sírio-libaneses e a população com que eles interagem na região em que se estabeleceram fica aqui como proposta para pesquisas futuras.

⁵⁵ “successful price competition by the Lebanese was based on the advantages of both lower business and personal costs... Before the second World War the Lebanese merchant, who combined know-how with a willingness to settle for a standard of living below that of the European, whether colonial official or entrepreneur, was able to dominate retail trade”.

Capítulo 5 - Etnografia e etnografia de documentos

A contemporaneidade radical da humanidade é um projeto (Johannes Fabian).

Na primeira metade do século XX, período de consolidação da antropologia como disciplina acadêmica, a relação entre pesquisa de campo e antropologia foi naturalizada e valorizada na forma de um modelo elevado a cânone: a combinação malinowskiana de observação participante e escrita etnográfica. Posteriormente, este modelo veio a ser criticado e o lugar da pesquisa de campo na antropologia foi historiado e revisto. Hoje, a idéia de uma antropologia sem pesquisa de campo já não é tão estranha e muitos trabalhos recentes têm contribuído para sua legitimação. Contudo, se a relação entre campo e disciplina já não é automática, problemas metodológicos e epistemológicos associados ao automatismo antes vigente permanecem. À guisa de considerações finais sobre esta dissertação, buscaremos neste capítulo realizar uma reflexão sobre metodologia pertinente ao trabalho de pesquisa aqui apresentado e seus possíveis desdobramentos, em diálogo com uma parcela importante da bibliografia da disciplina.

Limitações da crítica ao evolucionismo social que se baseia na oposição entre presença e ausência de documentos escritos engendraram a manutenção de mecanismos epistemológicos de distanciamento que, nas palavras de Johannes Fabian (1983), fazem da antropologia uma atividade aporética. De acordo com o autor, os dois pilares básicos sobre os quais se erigiu a atividade antropológica institucionalizada no início do século XX – a pesquisa de campo e o texto etnográfico – subsumem usos do tempo diametralmente opostos. O pressuposto da pesquisa de campo é o compartilhamento do tempo com o objeto da pesquisa, requisito de qualquer diálogo; o pressuposto do texto etnográfico é

que ele seja um discurso sobre um objeto, sustentado, assim, por dispositivos discursivos que produzem o afastamento em relação a este objeto.

Ainda segundo Fabian, a chamada crítica pós-moderna, apesar de debater questões próximas a esta, não teve fôlego para superar esses mecanismos, que são de dois tipos: um compreende os dispositivos de distanciamento temporal através dos quais construímos o objeto do discurso antropológico, conforme procura demonstrar Fabian em *Time and the Other* (1983); o outro inclui os mecanismos de formação de matrizes analíticas fundamentadas em grandes divisores. A crítica de ambos os tipos de mecanismos diz respeito ao problema do distanciamento, mas no caso dos grandes divisores a questão do tempo não ocupa um lugar tão central.

Apresentamos aqui uma síntese de argumentos da crítica metodológica e epistemológica à antropologia centrados nesses mecanismos para fundamentar referências metodológicas para a análise etnográfica de documentos escritos, sistematizando aqueles que julgamos ser os parâmetros pertinentes à análise elaborada nos capítulos anteriores. O argumento geral é reforçado pelo comentário analítico de exemplos concretos de pesquisa centrado no artigo “Memory-work in Java”, de Ann Stoler (2002), além de um breve balanço do nosso próprio trabalho. Além da defesa da etnografia de documentos aqui apresentada, percebemos que soltar os nós que amarram a disciplina a uma técnica específica implica também em desfazer o encadeamento aporético dos procedimentos de construção do conhecimento que caracteriza o modelo rígido (dito clássico) de antropologia.

5.1. Trabalho de campo e antropologia

No artigo intitulado “The Ethnographer’s Magic”, publicado pela primeira vez em 1983, Stocking Jr. analisa o lugar do trabalho de campo (*fieldwork*) na antropologia e o legado de Malinowski. O autor argumenta que a

elevação da técnica de trabalho de campo/observação participante a fundamento da antropologia apóia-se na ênfase dada à “dimensão experiencial” do trabalho de campo, uma novidade do modelo malinowskiano de pesquisa antropológica baseado em observação participante. A pesquisa de Malinowski junto aos trobriandeses representou uma ruptura técnica importante com a chamada “antropologia de varanda”, sobretudo por substituir interrogatórios visando o preenchimento de questionários formulados de antemão por observação do cotidiano e conversas menos dirigidas. Porém, argumenta Stocking Jr. com base em ampla pesquisa acerca do exercício profissional de Malinowski, a forma do texto etnográfico apresentado n’ *Os argonautas do Pacífico Ocidental* (1978) é que permitiu ao autor ser alçado à posição de herói do mito evemerístico do surgimento da antropologia moderna. A “magia do etnógrafo” que alimenta o mito encontra-se na passagem do trabalho de campo ao texto etnográfico: na leitura, é como se víssemos através dos olhos do autor-testemunha as coisas vividas por ele em campo, enquanto, na verdade, como demonstra Stocking Jr., muito do que é descrito como experimentado por Malinowski não o foi. Por exemplo, ele nunca navegou numa canoa do *kula*, embora o texto nos leve a acreditar nisso (Stocking Jr., 1983a).

Ao longo das décadas de 1920 e 1930, esse modelo de pesquisa de campo e monografia etnográfica se consolidou no contexto da investida estrutural-funcionalista para superação do evolucionismo social, protagonizada pelo próprio Malinowski e por Radcliffe-Brown. Um dos elementos centrais da reação contra o evolucionismo social é a recusa canônica da diacronia expressa nos termos de uma impossibilidade técnica: a ausência de documentos sobre os povos estudados pelos antropólogos. Para Radcliffe-Brown, o grande problema do evolucionismo social é a tentativa de fazer uma historiografia sem documentos, uma “história imaginária”. Ele estabelece a distinção entre a tarefa da reconstrução histórica e a tarefa da compreensão cumulativa das leis gerais da

organização social; as entende como tarefas complementares, mas separadas: a primeira sendo matéria de historiadores e etnógrafos e a segunda, de antropólogos/sociólogos munidos do método comparativo. O autor parece radicar sua distinção entre antropologia e história no fato de a coleta dos dados com que o antropólogo lida não se dar em arquivos, mas presencialmente. O trabalho do etnógrafo justifica-se e define-se pela ausência de documentos escritos sobre as sociedades estudadas pela antropologia social (Radcliffe-Brown, 1978).

A centralidade do trabalho de campo no argumento contra o evolucionismo social teve como resultado uma naturalização da relação entre antropologia e trabalho de campo. O trabalho de campo e a escrita etnográfica, como delimitadores metodológicos da disciplina associados à experiência individual do pesquisador, tornaram-se chancela necessária (e até suficiente) da antropologia como profissão e vocação (Giumbelli, 2002). O comentário de Stocking Jr. sobre o arquétipo do “antropólogo enquanto herói” dá a dimensão dessa centralidade do trabalho de campo em relação ao conjunto das características fundamentais da antropologia naquele momento:

É um tipo de experiência arquetípica compartilhada que informa, ou mesmo gera, um sistema de valores metodológicos ou ideologia disciplinar generalizado: o valor atribuído ao trabalho de campo em si como a experiência básica constitutiva não só do conhecimento antropológico, mas dos antropólogos; o valor atribuído a uma abordagem holística das culturas (ou sociedades) que são tema desta forma de conhecimento; o valor atribuído à igual valoração de tais entidades; e o valor atribuído em seu papel especialmente privilegiado na constituição da teoria antropológica. Em resumo, esta tem sido a base de legitimação da alegação de autoridade cognitiva especial da antropologia (Stocking Jr. , 1983b, pp.7-8).⁵⁶

56 “It is a kind of shared archetypical experience that informs, if it does not generate, a system of generalized, methodological values or disciplinary ideology: the value placed on fieldwork itself as the basic constituting experience not only of anthropological knowledge but of anthropologists; the value placed on a holistic approach to the cultures (or societies) that are the subject of this form of knowledge; the value placed on the equal valuation of all such entities; and the value placed on their uniquely privileged role in the constitution of anthropological theory. It has, in short, been the legitimizing basis for anthropology’s claim to special cognitive authority”.

Uma passagem de Edmund Leach, possivelmente o mais rebelde dos herdeiros imediatos do estrutural-funcionalismo, reforça este argumento. Em conferência proferida em 1959 e posteriormente publicada com o título “Repensando a antropologia”, o autor faz considerações acerca do método da antropologia a partir de uma visão muito clara sobre o desenvolvimento da disciplina na Grã-Bretanha. No início do texto, é afirmada a unidade e a dupla paternidade da antropologia, reconhecendo a centralidade de Radcliffe-Brown e Malinowski e louvando a contribuição ao campo mais consagrada de ambos, respectivamente as propostas teórico-metodológicas de um e o modelo empírico paradigmático do outro. Em seguida, Leach critica de forma contundente o modelo metodológico estrutural-funcionalista, sugerindo sua substituição por outro, voltado para generalizações abstratas, no marco de sua aproximação em relação ao estruturalismo de Lévi-Strauss. O interessante é que o autor pensa esse outro método como derivado da técnica estabelecida por Malinowski e devendo respeitá-la. O resultado é uma proposta ambígua, em que o nexos da atividade do antropólogo está ora na especulação abstrata, ora na empiria radicalmente individual. O trabalho de campo é abordado nos seguintes termos:

O âmago da antropologia social é o trabalho de campo – a compreensão do modo de vida de um determinado povo. Esse trabalho de campo é um tipo de experiência extremamente pessoal e traumática, e o envolvimento pessoal do antropólogo em seu trabalho reflete-se na sua produção (Leach, 2005, p.14).

Uma seqüência de comentários metodológicos de Evans-Pritchard também é reveladora da naturalização da relação entre antropologia e pesquisa de campo e da mencionada ambigüidade metodológica decorrente disso. Menos polêmico do que Leach, Evans-Pritchard, embora tenha sido aluno também de Malinowski, é considerado o grande discípulo de Radcliffe-Brown, principalmente pela notória etnografia sobre *Os Nuer*, publicada em 1940 (1978). No período subsequente a esta publicação, porém, o autor gradativamente redimensionaria a

centralidade do estrutural-funcionalismo na antropologia social britânica, afastando-a das ciências naturais (Evans-Pritchard, 1950). Em “Anthropology and History”, já no início dos anos 1960, o autor falaria sobre a profunda afinidade, e até mesmo sobreposição, entre antropologia e história. O ponto fundamental do texto em questão é o refinamento da metodologia da disciplina a partir da consideração da relação entre antropologia e história (assim como tempo e mudança). Para os presentes fins, entretanto, interessa mais notar a apologia ao trabalho de campo, identificado como traço distintivo da antropologia, ao mesmo tempo em que é classificado como técnica. A diferença entre antropologia e história é colocada como uma diferença de “orientação”, não de “objetivo”. A orientação peculiar da antropologia, curiosamente, “deve-se em grande medida à ênfase que damos ao trabalho de campo como parte de nossa formação”. O autor completa o raciocínio dizendo que os “historiadores escrevem a história como foi, do começo para o fim, e nós tenderíamos a escrevê-la do fim para o começo” (Evans-Pritchard, 1964, pp.184-6).

A perenidade da indefinição metodológica em torno do trabalho de campo pode ser identificada até mesmo em autores que se opõem declaradamente ao estrutural-funcionalismo. Na formulação de Clifford Geertz, a etnografia “escrita aqui” deve se apresentar como “um relato autêntico elaborado por alguém pessoalmente familiarizado com o modo pelo qual a vida ocorre em algum lugar, em algum tempo, entre algum grupo.” (Geertz, 1988, p.153). Se o questionamento do modo como se faz e se escreve sobre e a partir do trabalho de campo é um foco central de discussão do autor, esta parece não afetar a idéia de que o trabalho de campo, especialmente em sua dimensão experiencial, deve ser a base de qualquer antropologia. A fórmula “antropologia é o que antropólogos fazem”, portanto, também coloca a técnica de trabalho de campo numa posição *sui generis*, pois a autoridade científica é baseada na particularidade radical da experiência individual a ele associada.

A ênfase na dimensão experiencial da pesquisa de campo, naturalizada como elemento central e definidor da disciplina antropológica, é, assim, responsável por uma confusão entre método e técnica. Por trás do problema de como classificar a pesquisa de campo está uma suposição de consistência metodológica e epistemológica. Muitas vezes, a naturalização da pesquisa de campo como método inibe a reflexão sistemática sobre procedimentos de pesquisa que são um requisito da atividade da científica, o que o próprio Malinowski denomina “sinceridade metodológica”. Segundo Giumbelli (2002), isso se expressa na ausência de codificação e normatização da prática antropológica, marcada por uma falta de reflexão sobre coleta, análise e interpretação de dados; empiricismo exagerado; e ausência de treinamento formal para pesquisa de campo.

Assim, por exemplo, a solução que a proposta estrutural-funcionalista representou no esforço de suplantar o evolucionismo social teve como efeito colateral, no plano epistemológico, a manutenção do procedimento de constituição do objeto do conhecimento da antropologia através de operações de distanciamento. Mais adiante, a crítica elaborada, a partir dos anos 1960, ao positivismo embutido nas práticas da escola estrutural-funcionalista, por sua vez, embora pertinente, tem sérias limitações. O problema maior estaria em fazer da proposta de exercício crítico e reflexivo na construção de conhecimento – que deve ser uma condição da prática científica – eixo central de uma suposta grande revelação. Segundo Fabian, perde-se de vista “que crítica e reflexão não são virtudes extraordinárias ou, pior, especialidades filosóficas, [mas] o modo como a antropologia é feita mesmo por aqueles que dão pouca atenção ao assunto ou rejeitam a idéia como não-científica”. Conforme o autor, faltou reconhecer que a crítica ao positivismo e a idéia de que a subjetividade do observador não deve ser ignorada e não pode nunca ser completamente neutralizada “tem sido colocada e debatida ao menos desde a reação romântica ao Iluminismo” (Fabian, 2000, p.ix-

xi). Este hiperdimensionamento do conteúdo da crítica reflexiva às correntes antropológicas precedentes levou a um sentimento de falência referencial e um grande esforço de auto-análise sem que, contudo, as operações de distanciamento fossem satisfatoriamente superadas, conforme pretendemos demonstrar a seguir.

5.2. Distanciamento temporal e outros isolamentos

Em *Time and the Other*, Fabian (1983, p.21) define três modos como o tempo aparece e é manipulado na antropologia. O tempo físico é o tempo das cronologias de longo prazo do processo de evolução biológica e da geologia. São escalas amplas entendidas como objetivas e neutras e estão associadas à antropologia física – tanto a clássica quanto a que até hoje é produzida em departamentos de antropologia, principalmente em universidades norte-americanas – e à arqueologia. O segundo modo identificado pelo autor contempla dois subtipos: um é o tempo mundano, marcado por periodizações mais detalhadas, que encenam um distanciamento objetivo em relação às “idades” e “estágios” que definem, como nas escalas produzidas por evolucionistas sociais; o outro subtipo, mais independente do tempo físico como vetor, é o que Fabian denomina tempo tipológico: aquele que marca o intervalo entre eventos significativos do ponto de vista sociocultural numa linguagem superficialmente não-temporal. Trata-se do tempo por trás das categorias de classificação de estados como “com escrita vs. sem escrita, tradicional vs. moderno, agrário vs. Industrial, (...) tribal vs. feudal, rural vs. urbano”. A tipologização do tempo mundano também permeia a discussão sobre povos com e sem história, inclusive em suas versões mais sofisticadas, como a distinção levi-straussiana entre sociedades quentes e frias (*idem*, p.23). O terceiro modo, finalmente, é o que reconhece o tempo como “dimensão constitutiva da realidade social” e enfatiza a “natureza comunicativa da ação e interação humanas”, denominado tempo intersubjetivo. Este é, evidentemente, o modo temporal da pesquisa de campo.

A partir desses conceitos, Fabian identifica a contradição que expressa o problema metodológico básico a que dirige sua crítica. Por um lado, uma vez que seja mantido o pressuposto de que a antropologia se baseia necessariamente em pesquisa de campo, o tempo intersubjetivo ocupa o lugar de fundamento epistemológico da disciplina. Por outro, o conhecimento produzido a partir daí, o texto etnográfico, articula-se, em geral, em torno de uma atitude de distanciamento que se realiza em mecanismos baseados nos tempos físico, mundano e tipológico. Segundo o autor, o distanciamento temporal produzido no texto etnográfico é a garantia da objetividade – e, portanto, condição da legitimidade – do conhecimento produzido a partir de uma situação necessariamente intersubjetiva. Eis a contradição. Esta “esquizocronia” da antropologia é um indício da postura epistemológica que caracteriza a disciplina: “a tendência persistente e sistemática a situar o(s) referente(s) da antropologia num Tempo que não o presente do produtor do discurso antropológico”, ou “negação da coetaneidade” (1983, p.31).

Coetaneidade ou compartilhamento do tempo é um modo temporal de relação que vai além do simultâneo – coexistência no tempo físico – e do contemporâneo – coexistência no tempo tipológico. É condição de possibilidade da ação mutuamente referida de observadores e observados e, especialmente, da ação política pautada no reconhecimento da possibilidade de ação política do outro. Compartilhar o tempo é reconhecer ativamente que minhas ações afetam o outro e me afetam, assim como as ações do outro afetam a mim e a ele próprio. O distanciamento temporal identificado por Fabian como chave epistemológica da construção pela antropologia de seu objeto é, portanto, fundamentalmente a mesma coisa que, em recente prefácio a um livro de Pierre Clastres, Márcio Goldman e Tânia Stolze Lima (2007) identificam como “isolamento do político” na constituição da antropologia.

Os autores argumentam que a antropologia fundou-se a partir de um “grande divisor” entre um “nós” e um “eles” cujo critério primeiro, já contido na

oposição entre sociedades do contrato e sociedades do *status*, foi a presença ou ausência do Estado, identificando sociedades mais ou menos evoluídas. À antropologia caberia o estudo das sociedades sem Estado. Posteriormente, a antropologia britânica incorporou a política como tema sem, contudo, eliminar a divisão e a assimetria entre as sociedades com Estado constituído e as outras, onde as funções do Estado estão por surgir ou são exercidas em outras instâncias da vida social, por exemplo, no parentesco, no caso das sociedades de linhagens. O “nós” continuava a ser definido pelo Estado, e é o Estado, portanto, o parâmetro para olhar para e falar sobre o “eles” sempre afastado do lugar do político onde se situa o antropólogo (Goldman e Lima, 2003, pp.11-3). Foi só a partir da abordagem de Pierre Clastres – e, devemos acrescentar, de Foucault, sendo que ambas foram elaboradas sob o pano de fundo do pós-guerra e do fim dos Estados coloniais europeus na África –, que a antropologia logrou alcançar uma transformação epistemológica de sua abordagem do político.

Assim como as formas de “isolamento do político” vigentes na metade do século XX foram desdobramentos do grande divisor presente nos primórdios da disciplina, remontando a meados do século XIX, a negação da coetaneidade é uma herança epistemológica persistente das opções primeiras da antropologia. Segundo Fabian, na crítica estrutural-funcionalista ao evolucionismo, marcada pela opção radical pela sincronia, ao invés de ser superada, “a negação da coetaneidade intensifica-se na medida em que o distanciamento temporal deixa de ser uma preocupação explícita e passa a ser um pressuposto teórico implícito”. Isto significa que, se a antropologia já há algumas décadas elabora a questão de seu envolvimento moral e político com o colonialismo, é preciso, ainda hoje, ir mais fundo na questão do envolvimento cognitivo (Fabian, 1983, p.53).

A questão da mudança social e o estudo de contextos urbanos foram inovações sensíveis introduzidas na antropologia social pelo grupo de pesquisadores liderados por Max Gluckman e relacionadas ao momento de

insurreição anticolonial em grande parte do continente africano. A escola de Manchester e o Rhodes-Livingstone Institute foram também responsáveis por inovações técnicas importantes, apresentando um grau de elaboração e formalização dos procedimentos de pesquisa possivelmente sem par na história da disciplina (Epstein, 1967; Gluckman, 2006; Mitchell, 2006). Porém, esta grande contribuição traz a marca do pressuposto da tendência à estabilidade, também presente na obra de Evans-Pritchard. Estruturas, sistemas e premissas de organização social aparecem como sujeitos últimos da “mudança social” e, portanto, da própria história. A noção de etnicidade – formulada inicialmente por F. Barth (1997), um discípulo de Gluckman inspirado pelo individualismo metodológico weberiano – alcança o limite dessa concepção ao radicar a dinâmica das relações sociais no presente na reinvenção situacional, contrastiva e política de uma história putativa. Segundo Manuela Carneiro da Cunha:

é nesse sentido que os estudos de etnicidade, essa construção de uma cultura da diferença, põem em causa a própria noção de cultura. (...) A produção cultural em uma sociedade dada é uma inovação constante e perceptível: a ênfase está na continuidade, não na imutabilidade do produto. Ao contrário, na constituição da etnicidade, há uma descontinuidade real e uma ênfase na imutabilidade aparente do produto (1985, pp.107-8).

Diante da percepção incontornável da “inovação constante”, os modelos da estabilidade encontram um último recurso ao localizar no coração do próprio movimento o elemento que recoloca a estabilidade: não são os modelos dos antropólogos que forjam a estabilidade, mas as próprias culturas através do mecanismo da etnicidade. O conceito de etnicidade realiza, no marco da perspectiva relativista, um isolamento da história. A noção de historicidade, ou melhor, de historicidades, por sua vez, atribui a sociedades diferentes modos distintos de lidar com o tempo. Mas este abster-se de impor as próprias concepções de tempo e história aos povos que se estuda é também um mecanismo bastante claro de distanciamento. O que se tem são historicidades

inconciliáveis, uma diferença que afirma num plano ao mesmo tempo abstrato e englobante a mesma divisão radical entre o que estuda e o que é estudado, que discutimos até aqui como negação da coetaneidade e grande divisor. O problema não é simples, pois os procedimentos do “mecanismo relativamente simples de produção de assimetrias” facilmente passam despercebidos; o caminho para evitá-lo começa com uma postura epistemológica crítica e autocrítica:

a partilha é o espaço que habitamos, a fronteira que transgredimos e um certo tipo de linha que traçamos. Ela é a própria condição do projeto antropológico e de seu exercício; que seja sua consequência é algo que nos cabe evitar (Goldman e Lima, 1999, p.84).

5.3. Etnografia e documentos

Em texto recente, Márcio Goldman (2006) advoga a favor da exigência da pesquisa de campo em antropologia, não pelas dimensões técnica e metodológica, que o autor também identifica, mas porque “as próprias características epistemológicas da disciplina exigem a experiência de campo”. A etnografia baseada em pesquisa de campo seria “a única forma de operar a síntese de conhecimentos obtidos de forma fragmentada e a condição para a justa compreensão até mesmo de outras experiências de campo”. Sua particularidade estaria associada ao fato de “que o etnógrafo também é, ou deveria ser, modificado por ela” e à “idéia estruturalista de que cada sociedade atualiza virtualidades humanas universais e, portanto, potencialmente presentes em outras sociedades” (2006, pp.29-31). Na argumentação de Fabian, o tempo intersubjetivo ocupa, num primeiro momento, o lugar de fundamento epistemológico da disciplina, pois é a condição de sua premissa, a pesquisa de campo. Ao longo do texto, enquanto o problema do distanciamento temporal é revelado e problematizado nas dimensões técnica, metodológica e epistemológica, o tempo intersubjetivo passa a ser também um modo de construir o conhecimento a ser elaborado e defendido.

Não se pode perder de vista que a pesquisa de campo foi elemento fundamental do processo de emergência da mais elaborada consciência antropológica, os fundamentos metodológicos da etnografia: a busca pelo deslocamento do ponto de vista através do deixar-se afetar pelo outro. Ciente disso, e uma vez esclarecido o nó entre técnica, método e episteme ensejado pela centralidade da pesquisa de campo na antropologia, não obstante sua pertinência num certo período, é preciso reconhecer que a pesquisa de campo, por si só, não garante a consistência do método historicamente associado a ela. A associação entre antropologia e pesquisa de campo reiterada por Fabian e Goldman é questionável, mas isso não compromete os pontos fundamentais dos argumentos dos dois autores e de Tânia Stolze Lima apresentados anteriormente. Descartamos a suposição de uma raiz intersubjetiva comum a toda a disciplina, mas podemos manter no horizonte, simultaneamente como premissa e objetivo, a coetaneidade de sujeitos e objetos na construção do conhecimento.

É possível, assim, expandir a idéia de etnografia, entendendo-a como um conjunto de princípios metodológicos a orientar pesquisas sobre certo conjunto de questões valendo-se, para isso, das técnicas adequadas à conjuntura, entre as quais as de pesquisa de campo e as de leitura de fontes documentais. O trabalho de Ann Stoler, em especial o artigo intitulado “Memory-work in Java” (2002), é um exemplo interessante disto. No artigo, a autora relata como – após anos de trabalho documental sobre raça, gênero, vida doméstica e relações de trabalho na ilha de Java, no período da colonização holandesa – um incômodo crescente em relação à experiência dos trabalhadores domésticos javaneses e aos desdobramentos históricos das relações que estudava levou-a a realizar uma série de entrevistas com essas pessoas, em 1998.

Marshall Sahlins elabora questão semelhante em “Adeus aos tristes tropos” (2004). O autor defende uma proposta de elaboração conjunta de pesquisa de campo e documental ao falar dos equívocos das interpretações correntes sobre

a prática da dança do *hula-hula* no Havaí contemporâneo. Tais interpretações consideram o fenômeno do renascimento do *hula-hula* como um uso comercial, no contexto do capitalismo contemporâneo, de uma invenção feita a partir da imagem da dança e da havaianidade produzida por marinheiros, colonizadores e missionários no contexto do colonialismo. Para o autor, porém, as supostas invenções são formas locais de apreender e provocar a mudança, e não novidades que só podem ser entendidas a partir do que vem de fora. Sahlins propõe que se busque entender os havaianos como agentes da história do colonialismo e do capitalismo tanto quanto os europeus, através de uma “etnografia histórica cujo objetivo é sintetizar a experiência de campo de uma comunidade através de seu passado documental” (*idem*, pp.503-4).

Em Sahlins, trata-se de confrontar os documentos com o conhecimento construído a partir da pesquisa presencial; em Stoler, o caminho é o inverso e os resultados, algo diversos. No caso da autora, a necessidade da pesquisa campo surgiu de um longo trabalho de problematização da relação de dominação colonial, no sentido da compreensão do sujeito e da ação histórica, na análise de fontes documentais diversas: fotografias, atas jurídicas e manuais de boas maneiras, por exemplo. Esse trabalho resultou numa perspectiva de não-vitimização dos colonizados e num questionamento sobre o significado histórico dos marcos cronológicos do colonialismo que, por sua vez, possibilitaram e demandaram a incorporação daquela outra fonte.

Pesquisadora experiente até então sem experiência de campo, Stoler não foi a campo para suprir a necessidade de uma transformação pessoal com alcance epistemológico, ainda que viagens possam ser experiências interessantes em diferentes momentos da vida. O contato pessoal com ex-trabalhadoras e trabalhadores domésticos e a análise contextualizada de seus discursos acerca da experiência do período da dominação holandesa respondem à necessidade do esforço continuado de deslocamento do ponto de vista que marca a reflexão

antropológica, como vimos acima. A pesquisa presencial, entretanto, não significou um contato mais imediato com “as percepções e práticas coloniais” (Stoler, 2002, p.162) que constituíam o objeto de pesquisa da autora, pelo contrário, “estes relatos rechaçaram o colonial como domínio discreto de relações sociais e políticas, de experiência e memória” (*idem*, p.203).

Pergunto se, no caso da perspectiva antropológica – cujo acesso ao “outro” passa obrigatoriamente pela consideração de seus “outros” –, este acesso não será sempre, e de modo ineludível, indireto, independentemente das técnicas empregadas (Peixoto, 2008, p.30).⁵⁷

A colocação de Fernanda Peixoto é um referencial interessante para situar o percurso de Stoler. A investigação acerca das “percepções e práticas coloniais” na ilha de Java entre os séculos XIX e XX levou a pesquisadora a buscar os discursos de diferentes agentes coloniais – homens e mulheres, administradores coloniais, capitalistas e trabalhadores, ricos e pobres –, isto é, holandeses, e brancos em geral, ocupando diferentes posições na dinâmica colonial. A sucessiva consideração desses pontos de vista através dos arquivos delineou a ausência discursiva que levou a autora a buscar um outro “outro”.

Na obra de Stoler, o ponto de vista de trabalhadores e trabalhadoras javaneses, inobservável nos documentos, é colocado em cena através da pesquisa presencial. Se os discursos das diferentes categorias de brancos se revelaram indiretamente na análise e confrontação de diferentes tipos de documentos, o mesmo ocorre com os relatos de javaneses, ainda que a análise destes demande técnicas específicas. Não só foi a busca dos relatos provocada indiretamente pelo que (não) estava nos documentos como, uma vez recolhidos, os relatos passam a ser observados como documentos discursivos, cuja compreensão é mediada pela construção analítica de um contexto de significação

57 “Pregunto si en el caso de la perspectiva antropológica – cuyo acceso al “otro” pasa obligatoriamente por la consideración de sus “otros” - este acceso no será siempre, y de manera ineludible, indirecto, independientemente de las técnicas empleadas”.

(Comaroff e Comaroff, 1992, p.16). No caso dos diversos tipos de arquivos analisados pela autora, a contextualização passa por abordar o processo de produção e arquivamento daqueles documentos e a complexidade das relações entre as diferentes categorias de brancos na metrópole e na colônia. Na análise dos relatos dos javaneses, por sua vez, a contextualização passa por identificar o conjunto de novos referentes ali presentes, dentre os quais se destacam: um outro conjunto de marcadores cronológicos, em que o período da ocupação japonesa é central; e a ansiedade, os silêncios e as meias-palavras que permeiam um discurso sobre o poder elaborado à sombra do regime político autoritário que sucedeu o domínio japonês.

Tanto no trabalho de Sahlins (2004) quanto no de Stoler (2002), a consideração conjunta do documental e do presencial, assim como do presente e do passado, implica uma problematização muito importante da relação entre história e memória. A idéia reificada de cultura como jogo de interesses, em que se baseia a interpretação do renascimento do *hula-hula* como resquício do sistema mundial colonial-capitalista, implica uma desqualificação da memória local em que está implícita uma noção de verdade histórica. Entendo que só é possível a Sahlins recorrer aos documentos por ele partir de uma postura epistemológica diversa, que estabelece uma equivalência entre os documentos e os relatos orais e, numa outra dimensão, entre memória e história. No caso de Stoler, uma postura semelhante e o recurso à pesquisa presencial são alcançados a partir do refinamento da análise das fontes documentais coloniais. Além disso, a autora dá um passo a mais ao contrapor, numa perspectiva de equivalência epistemológica, os diferentes discursos presentes nos documentos e nos relatos presenciais e, assim, problematizar as grandes divisões entre global e local, e colonial e pós-colonial.

Procuramos aqui demonstrar que a análise de documentos escritos ou de discursos recolhidos em pesquisa presencial pode ser realizada num mesmo

marco metodológico e epistemológico. A diferença na abordagem de um e outro tipo de objeto restringe-se ao tipo de contextualização adequada a um e outro tipo de discurso, assim como diferem a contextualização de arquivos públicos e privados, por exemplo. Desse modo, devemos concluir que os fundamentos para uma etnografia dos documentos são os fundamentos de qualquer etnografia: a postura epistemológica e os princípios metodológicos que nos permitam lançar mão das (ou mesmo inventar as) técnicas mais apropriadas para discutir problemas específicos.

5.4. Considerações finais

No caso do estudo sobre o processo de estabelecimento dos sírio-libaneses na Guiné Portuguesa aqui apresentado, os documentos etnografados têm características bem específicas. Analisamos um conjunto de textos redigidos por membros da administração colonial portuguesa em atividade na Guiné nas três primeiras décadas do século XX e destinados a circular na Europa, especialmente nos órgãos metropolitanos de administração ultramarina a que estava subordinada a administração da colônia. A contextualização destes documentos orientou-se por suas características e pelo modo como buscamos construir nosso objeto com base, não nos próprios documentos, mas em diálogo com a literatura acadêmica dedicada aos temas que nos interessavam e que nos chamaram a atenção numa primeira leitura dos documentos.

Por seu vínculo com a administração colonial portuguesa, o estudo do nosso conjunto de documentos demandou um olhar sobre mudanças importantes na política interna portuguesa e no contexto social da África Ocidental como um todo que ocorriam no período em que foram produzidos. Os autores dos documentos encontravam-se na intersecção entre estes dois processos e em relação a ambos foi preciso situá-los. Além disto, os vínculos entre um e outro processo não são restritos a esta intersecção, pois ambos situam-se num cenário

mais amplo, em que as mudanças em curso no continente europeu eram um aspecto muito importante do que ocorria na África e vice-versa. De modo complementar, a leitura dos estudos sobre a migração libanesa no mundo e, particularmente, na África Ocidental, nos colocou na trilha da hipótese sobre as redes comerciais e determinou dois elementos importantes do nosso esforço de contextualização: o processo global de migração dos sírio-libaneses iniciado em 1880 e a perspectiva sobre a região.

A exemplo dos autores que discutimos neste capítulo, os resultados das nossas análises, tal como apontado nos finais dos capítulos 3 e 4, apresentam algumas conclusões acerca do nosso objeto de pesquisa e também levam à formulação de novas perguntas. As duas principais dizem respeito a uma hipotética rede comercial de sírio-libaneses na África Ocidental e à relação destes migrantes com as populações locais durante o processo de seu estabelecimento no interior da Guiné Portuguesa e dos demais países da região. No espírito da discussão teórico-metodológica, apresentada no presente capítulo, que foi desenvolvida de forma concomitante ao trabalho de análise dos documentos, entendemos que estas novas questões apontam o caminho para a ampliação do leque de técnicas de pesquisas a serem empregadas. No horizonte da continuação desta etnografia estão tanto técnicas de pesquisa presencial – num possível encontro com remanescentes do período e seus descendentes – quanto a análise de outros tipos de documentos – como arquivos pessoais destes remanescentes, por exemplo; com elas, o renovado esforço de contextualização.

Referências bibliográficas

- AKARLI, E. D. *The Long Peace: Ottoman Lebanon, 1861-1920*. Berkeley: University of California Press, 1993. Disponível em: <<http://www.escholarship.org/editions/view?docId=ft6199p06t&brand=ucpress>>
- _____. Ottoman Attitudes Towards Lebanese Emigration, 1885-1910. In: SHEHADI, N.; HOURANI, A. (Ed.). *Th Lebanese in the World: A Century of Emigration*. London: The Center for Lebanese Studies, 1992. p. 313-338.
- BARRETO, J. *História da Guiné*. Lisboa: Edição do Autor, 1938.
- BIERWIRTH, C. The Initial Establishment of the Lebanese Community in Cote d'Ivoire, CA. 1925-45. *The International Journal of African Historical Studies*, v. vol. 30, nº 2, p.325-348, 1997. Disponível em: <<http://www.jstor.org/sici?sici=0361-7882%281997%2930%3A2%3C325%3ATIEOTL%3E2.0.CO%3B2-J>>.
- _____. The Lebanese Communities of Côte d'Ivoire. *African Affairs*, v. vol. 98, nº 390, p.79-99, 1999. Disponível em: <<http://links.jstor.org/sici?sici=0001-9909%28199901%2998%3A390%3C79%3ATLCOCD%3E2.0.CO%3B2-D>>.
- BOUMEDOUHA, S. Change and Continuity in the Relationship Between the Lebanese in Senegal and their Hosts. In: SHEHADI, N.; HOURANI, A. (Ed.). *Th Lebanese in the World: A Century of Emigration*. London: The Center for Lebanese Studies, 1992. p. 549-463.
- BRUNSCHWIG, H. *A partilha da África Negra*. Tradução de SILVA, J. J. D. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2004. (Khronos, 6).
- CALVET DE MAGALHÃES, V. D. S. *Relatório apresentado pelo Administrador da Circunscrição Civil de Geba em 1914*. Porto: Província da Guiné, 1916.
- CAMPOS, V. D. F.; OLIVEIRA, M. A. *Explicação ao Povo da Guiné: Porque Pedimos a Demissão de Vogaes da Comissão Municipal de Bissau*. Lisboa: Imprensa Africana, 1911.
- CLARENCE-SMITH, G. *O terceiro Império Português (1825-1975)*. Tradução de PINTO, M. J. Lisboa: Teorema, 1985.

- _____. The Myth of Uneconomic Imperialism: the Portuguese on Angola, 1836-1926. *Journal of Southern African Studies*, 1979. Disponível em: <<http://www.jstor.org/pss/2636654>>. Acesso em: Abril 1979.
- COMAROFF, J.; COMAROFF, J. L. *Ethnography and the Historical Imagination*. Boulder: Westview Press, 1992.
- CUNHA, M. C. D. *Negros, estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- CUNHA, O. M. G. D. Do ponto de vista de quem? Diálogos, olhares e etnografia dos/nos arquivos. *Estudos Históricos*, v. nº 36, n. Antropologia e Arquivos, p.1-29, 2005. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/asp/dsp_edicao.asp?cd_edi=54>.
- DIAS, P. F. Prevenir é melhor do que curar: as especificidades da França nos estudos da Eugenia. Dissertação de Mestrado, PUC-SP, 2008. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=111540>.
- EVANS-PRITCHARD, E. E. *Anthropology and History*. Manchester: Manchester University Press, 1961.
- _____. *Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande*. Tradução de VIVEIROS DE CASTRO, E. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2004.
- _____. *Os nuer: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota*. Tradução de COELHO, A. M. G. São Paulo: Perspectiva, 1978. (Estudos, 53).
- _____. Social Anthropology: Past and Present. *Man* [S.I.], v. 198, p. 118-124, Setembro, 1950.
- FABIAN, J. *Time and the Other: How Anthropology Makes Its Objects*. New York: Columbia University Press, 1983.
- _____. *Time and the Work of Anthropology: critical essays, 1971-1991*. Amsterdam: Harwood Academic Publishers, 2000. (Studies in Anthropology and History).
- FAGE, J. D. *A History of West Africa: an introductory survey*. 4ª ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1969.
- FALOLA, T. Lebanese Traders in Southwestern Nigeria, 1900-1960. *African Affairs*, v. vol. 89, nº 357, p.523-553, 1990. Disponível em: <<http://links.jstor.org/sici?sici=0001-9909%28199010%2989%3A357%3C523%3ALTISN1%3E2.0.CO%3B2-5>>.

- FAUSTO, C. Fragmentos de história e cultura tupinambá: da etnologia como instrumento crítico de conhecimento etno-histórico. In: CUNHA, M. C. D. (Ed.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 381-396.
- FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- _____. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 2001.
- _____. *Naissance de la biopolitique*. Paris: Seuil/Gallimard, 2004.
- GEERTZ, C. *Works and Lives: the Anthropologist as Author*. Stanford: Stanford University Press, 1988.
- GINZBURG, C. O inquisidor como antropólogo: Uma analogia e suas implicações. In: *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1991. p. 143-179.
- _____. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 143-179.
- GIUMBELLI, E. Para além do 'trabalho de campo': reflexões supostamente malinowskianas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 17, nº 48, p.91-107, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092002000100007&lng=en&nrm=iso>
- GLUCKMAN, M. Ethnographic Data in British Social Anthropology. In: EVENS, T.; HANDELMAN, D. (Ed.). *The Manchester School*. Oxford: Berghahn Books, 2006. p. 13-22.
- GOLDMAN, M. *Como funciona a democracia: uma teoria etnográfica da política*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006.
- GOLDMAN, M.; STOLZE LIMA, T. Como se faz um grande divisor? In: GOLDMAN, M. *Alguma antropologia*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/NuAP, 1999.
- _____. Prefácio. In: CLASTRES, P. (Ed.). *A sociedade contra o Estado: pesquisas de antropologia política*. São Paulo: Cosac Naify, 2003.
- GOULD, S. J. A descoberta do tempo profundo. In: *Seta do tempo, ciclo do tempo: mito e metáfora na descoberta do tempo geológico*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 13-29.
- HALLIDAY, F. The 'Millet' of Manchester: Arab Merchants and Cotton Trade. *British Journal of Middle Eastern Studies*, v. vol. 19, nº 2, p.159-176, 1992. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/195698?origin=JSTOR-pdf>>
- HAMMOND, R. J. *Portugal and Africa, 1815-1910: A Study in Uneconomic Imperialism*. Stanford: Stanford University Press, 1966.

- HANDWERKER, W. P. Market Places, Travelling Traders, and Shops: Commercial Structural Variation in the Liberian Interior Prior to 1940. *African Economic History*, v. n° 9, p.3-26, 1980. Disponível em:<<http://links.jstor.org/sici?sici=0145-2258%281980%290%3A9%3C3%3AMPTTAS%3E2.0.CO%3B2-S>>
- HASHIMOTO, K. Lebanese Population Movement, 1920-1939: Towards a Study. In: SHEHADI, N.; HOURANI, A. (Ed.). *The Lebanese in the World: A Century of Emigration*. London: The Center for Lebanese Studies, 1992. p. 65-107.
- HOPKINS, A. G. *An Economic History of West Africa*. London: Longman, 1993.
- HOURANI, A. Introduction. In: SHEHADI, N.; HOURANI, A. (Ed.). *The Lebanese in the World: A Century of Emigration*. London: The Center for Lebanese Studies, 1992. p. 33-39.
- HOURANI, A.; SHEHADI, N. (Eds.) *The Lebanese in the World: A Century of Emigration*. London: The Center for Lebanese Studies, 1992.
- ISSAWI, C. The Historical Background of Lebanese Emigration, 1800-1914. In: SHEHADI, N.; HOURANI, A. (Ed.). *The Lebanese in the World: A Century of Emigration*. London: The Center for Lebanese Studies, 1992. p. 13-31.
- JACOBS, N.; PEÑATE, R. Animated Atlas of African History (1879-2002). Disponível em:<<http://www.brown.edu/Research/AAAH/map.htm>>
- KHURI, F. I. Kinship, Emigration, and Trade Partnership among the Lebanese of West Africa. *Africa: Journal of the International African Institute*, v. vol. 35, n° 4, p.385-395, 1965. Disponível em:<<http://www.jstor.org/sici?sici=001-9720%28196510%2935%3A4%3C385%3AKEATPA%3E2.0.CO%3B2-5>>
- LEACH, E. R. Repensando a antropologia. In: *Repensando a antropologia*. São Paulo: Perspectiva, 2005, 2ª ed. p. 13-51. (Debates, 88).
- LEIGHTON, N. O. The Lebanese in Sierra Leone. *Transition*, v. n° 44, p.23-29, 1974. Disponível em:<<http://www.jstor.org/sici?sici=0041-1191%281974%290%3A44%3C23%3ATLISL%3E2.0.CO%3B2-T>>
- _____. Lebanese Emigration: its Effect on the Political Economy of Sierra Leone. In: SHEHADI, N.; HOURANI, A. (Ed.). *The Lebanese in the World: A Century of Emigration*. London: The Center for Lebanese Studies, 1992. p. 579-601.

- LEITE DE MAGALHÃES. *A Guiné Portuguesa através da história*. Lisboa: Cosmos (Cadernos Coloniais, 24).
- LESSER, J. H. From Pedlars to Proprietors: Lebanese, Syrian and Jewish Immigrants in Brazil. In: SHEHADI, N.; HOURANI, A. (Ed.). *The Lebanese in the World: A Century of Emigration*. London: The Center for Lebanese Studies, 1992. p. 393-410.
- MALINOWSKI, B. *Argonautas do pacífico ocidental*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores).
- MAMDANI, M. *Ciudadano y súbdito: África contemporánea y el legado del colonialismo tardío*. México: Siglo veintiuno, 1998.
- MENDY, P. K. A economia colonial da Guiné-Bissau: "nacionalização" e exploração, 1915-1959. *Soronda - revista de estudos guineenses* [S.l.], nº 9, p. 23-51, Janeiro, 1990.
- MITCHELL, J. C. Case and Situation Analysis. In: EVENS, T.; HANDELMAN, D. (Ed.). *The Manchester School*. Oxford: Berghahn Books, 2006. p. 23-42.
- MORAES E CASTRO, A. A. *Anuario da Província da Guiné do Anno de 1925*. Bolama: Imprensa Nacional da República Portuguesa, 1925.
- NICHOLLS, D. Lebanese of the Antilles: Haiti, Dominican Republic, Jamaica, and Trinidad. In: SHEHADI, N.; HOURANI, A. (Ed.). *The Lebanese in the World: A Century of Emigration*. London: The Center for Lebanese Studies, 1992. p. 339-360.
- OWEN, R. Lebanese Migration in the Context of World Population Movements. In: SHEHADI, N.; HOURANI, A. (Ed.). *The Lebanese in the World: A Century of Emigration*. London: The Center for Lebanese Studies, 1992. p. 33-39.
- PEIL, M. Ghana's Aliens. *International Migration Review*, v. 8, nº 3, n. International Migration in Tropical Africa, p.367-381, 1974. Disponível em: <<http://links.jstor.org/sici?sici=0197-9183%28197423%298%3A3%3C367%3AGA%3E2.0.CO%3B2-L>>
- _____. The Expulsion of West African Aliens. *The Journal of Modern African Studies*, v. vol. 9, nº 2, p.205-229, 1971. Disponível em: <<http://links.jstor.org/sici?sici=0022-278X%28197108%299%3A2%3C205%3ATEOWAA%3E2.0.CO%3B2-9>>
- PEIXOTO, F. El diálogo como forma: antropologia y historia intelectual. *Prismas* [S.l.], v. 12, p. 17-32, 2008.

- PELEIKIS, A. The Emergence of a Translocal Community: the case of a South Lebanese Village and its Migrant Connections to Ivory Coast. *Cahiers d'Études sur la Méditerranée Orientale et le Monde Turco-Iranien*, v. 30, n. Les diasporas, 2000. Disponível em: <<http://cemoti.revues.org/document651.html>>
- PÉLISSIER, R. *História da Guiné: portugueses e africanos na Senegâmbia, 1841-1936*. Lisboa: Estampa, 1989.
- PEREIRA, C. *La Guinée Portugaise (subsides pour son étude)*. 2ª ed. Lisboa: A Editora Limitada, 1914.
- PROVÍNCIA DA GUINÉ. *Censo da População de 1950*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar (Coleção Estudos de Ciências Políticas e Sociais).
- RADCLIFFE-BROWN, A. R. O método comparativo em antropologia social. In: MELATTI, J. C. (Ed.). *Radcliffe-Brown*. São Paulo: Ática, 1978. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).
- RODRIGUES, A. A Guiné Portuguesa sob o ponto de vista político e econômico. *Boletim da Agência Geral das Colónias*, v. V, nº 44, p.20-32, 1929. Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Digital_Show.aspx?q=/BGC/BGC-N044&p=29>
- SAHLINS, M. D. Adeus aos tristes tropos: a etnografia no contexto da moderna história mundial. In: *Cultura na prática*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2004. p. 503-534.
- SIMMEL, G. The Stranger. In: WEINBERG, D. (Ed.). *Qualitative Research Methods*. Maiden: Blackwell Publishers, 2002. p. 30-4.
- STOCKING JR., G. *After Tylor: British Social Anthropology, 1888-1951*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1995.
- _____. The Ethnographer's Magic: Fieldwork in British Anthropology from Tylor to Malinowski In: *Observers observed: Essays in the History of Anthropology*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1983. p. 70-120. (History and Anthropology, 1).
- _____. The Ethnographer's Magic: Fieldwork in British Anthropology from Tylor to Malinowski. In: *The Ethnographer's Magic and Other Essays*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1992.
- STOLER, A. *Carnal Knowledge and Imperial Power: race and the intimate in colonial rule*. Berkeley: University of California Press, 2002a.
- _____. Colonial Archives and the Arts of Governance. *Archival Science* [S.l.], v. nº 2, p. p. 87-109, 2002b.

- TEIXEIRA DA MOTA, A. *Guiné Portuguesa*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1954. (Monografias dos Territórios do Ultramar).
- THOMAZ, O. R. Relações raciais em Moçambique: histórias sobre autóctones e forasteiros. In: PEIXOTO, F. ET AL. (Ed.). *Antropologias, Histórias, Experiências*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2004. p. 199-220.
- _____. *Ecossistemas do Atlântico Sul: representações sobre o terceiro império português*. Rio de Janeiro / São Paulo: Editora da UFRJ / FAPESP, 2001.
- _____. Entre inimigos e traidores: suspeitas e acusações no processo de formação nacional no Sul de Moçambique. *Travessias* [S.l.], v. 4/5, 2004.
- _____. 'O bom povo português': usos e costumes d'aquém e d'além mar. *Mana*, v. 7, nº 1, p.55-87, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132001000100004&lng=en&nrm=iso>
- TRAJANO FILHO, W. *Jitu ten: a investigação científica na Guiné-Bissau*. Brasília: Universidade de Brasília, 1998. (Série Antropologia).
- _____. *Outros rumores de identidade na Guiné-Bissau*. Brasília: Universidade de Brasília, 2000. (Série Antropologia).
- _____. *Polymorphic Creole: The creole society of Guinea-Bissau*. Ph.D. , University of Pennsylvania, 1998.
- _____. *Rumores: uma narrativa da nação*. Brasília: Universidade de Brasília, 1993. (Série Antropologia).
- TRUZZI, O. O lugar certo na época certa: sírios e libaneses no Brasil e nos Estados Unidos. *Revista Estudos Históricos* [S.l.], v. 27, n. Brasil-Estados Unidos, p. 110-140, 2001.
- VALVERDE, E. Integration and Identity in Argentina: the Lebanese of Tucuman. In: SHEHADI, N.; HOURANI, A. (Ed.). *The Lebanese in the World: A Century of Emigration*. London: The Center for Lebanese Studies, 1992. p. 313-338.
- VELEZ CAROÇO, J. F. *Relatório anual do Governador da Guiné (1921-1922)*. Coimbra: Ministério das Colónias, Biblioteca e Arquivo Histórico, 1923.
- UNITED NATIONS CARTOGRAPHIC SECTION. Reference map of Guinea-Bissau. , 2004a. Disponível em: <<http://www.un.org/Depts/Cartographic/map/profile/guineabi.pdf>>. Acesso em: 2004a.
- _____. Reference map of Western Africa. , 2004b. Disponível em: <<http://www.un.org/Depts/Cartographic/map/profile/westafrica.pdf>>. Acesso em: 2004b.

WINDER, R. B. The Lebanese in West Africa. *Comparative Studies in Society and History*, v. vol 4, nº 3, p.296-333, 1962. Disponível em:<<http://links.jstor.org/sici?sici=0010-4175%294%3A3%3C296%3ATLIWA%3E2.0.CO%3B2-N>>